

**RAFAEL BEGHINI RUAS**

**A RELAÇÃO ENTRE INCIDÊNCIA POLÍTICA E MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS:  
O CASO DO CEPAGRO E SUA ATUAÇÃO NA AGROECOLOGIA**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Administração, Centro de Ciências da Administração e Socioeconômicas, Universidade do Estado de Santa Catarina, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Administração.

Orientadora: Prof.º. Dr.ª Paula Chies Schommer

**FLORIANÓPOLIS, SC**

**2018**

R894r Ruas, Rafael Beghini  
A relação entre incidência política e mobilização de recursos: o caso do  
Cepagro e sua atuação na Agroecologia / Rafael Beghini Ruas. - 2018.  
176 p. il.; 29 cm

Orientadora: Paula Chies Schommer

Bibliografia: p. 163-171

Dissertação (Mestrado) - Universidade do Estado de Santa Catarina,  
Centro de Ciências da Administração e Socioeconômicas, Programa de Pós-  
Graduação em Administração, Florianópolis, 2018.

1. Organizações não-governamentais. 2. Alocação de recursos.  
3. Ecologia agrícola - Santa Catarina. I. Schommer, Paula Chies. II.  
Universidade do Estado de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em  
Administração. III. Título.

CDD: 323.042 – 20.ed.

**RAFAEL BEGHINI RUAS**

**A RELAÇÃO ENTRE INCIDÊNCIA POLÍTICA E MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS: O  
CASO DO CEPAGRO E SUA ATUAÇÃO NA AGROECOLOGIA**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação Administração como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Administração, da Universidade do Estado de Santa Catarina.

**Banca examinadora:**

Orientadora:

---

Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup> Paula Chies Schommer  
(UDESC)

Membro:

---

Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup> Maria Carolina Martinez Andion  
(UDESC)

Membro:

---

Prof.<sup>o</sup> Dr.<sup>o</sup> Renê Birochi  
(UFSC)

**Florianópolis, 08/10/2018.**



## AGRADECIMENTOS

O desenvolvimento e a conclusão do mestrado não teria sido possível se não fosse o apoio, a compreensão e o amor de muitas pessoas que estiveram ao meu lado nessa trajetória. A todos e todas dedico a minha mais sincera gratidão.

A toda a minha família, principalmente, ao meu pai Wilerson, a minha mãe Fátima e a minha irmã Natália, pelo amor e suporte incondicionais, em especial, na decisão de redirecionar minha vida profissional e pessoal, que culminou em muitas mudanças, incluindo a vinda para Florianópolis e o desejo de fazer o mestrado. Aos meus sobrinhos Pedro e Lucas, pela alegria que trazem as nossas vidas.

A minha companheira e parceira de todos os momentos, Carol. Por estar sempre ao meu lado, por compreender minhas ausências durante o mestrado, pelos incentivos nas fraquejadas da caminhada. Contigo a vida segue mais leve e feliz.

A toda equipe do Cepagro, pelo acolhimento recebido na minha chegada em Florianópolis; pelo apoio e incentivo durante o período do mestrado; pela confiança quando decidi fazer um estudo de caso da organização; e em especial, pela inspiração. Todos e todas me inspiram no amor pelo trabalho, na luta diária por um mundo mais justo, mais humano, mais amoroso, mais “agroecológico”. Grato pelo convívio, pelos aprendizados e pelas experiências de vida compartilhadas.

A minha orientadora, Prof<sup>a</sup> Paula Chies Schommer, por todo o conhecimento compartilhado, pelas experiências trocadas, pela disponibilidade e leveza no processo de orientação, pelo apoio nas decisões de mudança de rumo na pesquisa.

Aos professores e professoras do Programa de Pós-Graduação em Administração (UDESC/ESAG) por compartilhar seus conhecimentos e nos incentivar na caminhada. Minha eterna admiração pela profissão de vocês.

Aos membros da banca examinadora, por aceitarem o convite de fazerem parte deste momento, e pela maneira gentil como colocaram as suas contribuições e críticas.

Por fim, mas não menos importante, aos amigos e amigas, os das antigas e os mais recentes, por todo apoio e incentivo nas minhas empreitadas da vida e por contribuírem na compreensão do valor de uma bela amizade.



## RESUMO

A pesquisa teve como objetivo analisar a relação entre incidência política e mobilização de recursos, com base no caso do Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo (Cepagro) e sua atuação na causa da agroecologia. Para isso, foi descrito o histórico de atuação do Cepagro, entre os anos de 1990 e 2006; identificado o significado de incidência política realizada pela organização; identificadas as estratégias de ação utilizadas pela organização nos processos de incidência política e; analisada a relação entre a incidência política do Cepagro e a mobilização de recursos. Com uma abordagem qualitativa, classifica-se esta pesquisa como um estudo de caso desenvolvido em duas fases. A primeira refere-se ao levantamento da história da organização, entre 1990 e 2006, que contribuiu para identificar elementos que evidenciaram pontos relativos à teoria e que colaboraram na análise da segunda fase. Esta foi referente aos anos de 2006 a 2018, período central de levantamento de informações que foram analisadas. A primeira fase da pesquisa é mais narrativa do que analítica, e foi realizada a partir de uma busca na documentação da organização e complementada com entrevistas não estruturadas. A segunda fase é descritivo-analítica e a coleta de dados foi baseada em entrevistas semiestruturadas com membros e ex-membros da organização, documentos e observação participante natural não sistemática, visto que o pesquisador faz parte da organização pesquisada. Foram definidas como categorias de análise iniciais, as oportunidades políticas, repertórios de ação e as redes sociais, que foram complementadas no decorrer da pesquisa. A mobilização de recursos foi abordada como um processo de fortalecimento organizacional, fundamentado na construção de uma base social de apoio técnico, político e monetário. Concluiu-se que na relação do Cepagro com o Estado predomina uma postura de colaboração e de construção em prol das temáticas e da causa defendida pela organização. As ações de incidência política do Cepagro extrapolam a relação com o Estado, pois também são realizadas junto a grupos de base, outras organizações e sociedade civil em geral. Mesmo o Estado sendo o criador das oportunidades políticas, as ações de incidência política e mobilização social executadas pelo Cepagro as influenciam. O processo de mobilização de recursos, monetários e não monetários, vai além da mobilização para a própria organização e, de maneira mais abrangente, se torna uma mobilização para a causa defendida.

**Palavras-chave:** Incidência política. Mobilização de recursos. Captação de recursos. Agroecologia. Cepagro.



## ABSTRACT

The objective of the research was to analyse the relationship between political influence and resource mobilization, using as case study a Brazilian NGO working with Agroecology, the Center of Study and Promotion of Group Agriculture (Cepagro). To achieve this, first it was reviewed Cepagro's body of work, between the years of 1990 & 2006; Identified the meaning, impact and strategies of the political influence done by the organization; Analysed the relationship between Cepagro's political influence and resource mobilization. This was a qualitative case study, developed in two phases. The first phase examines the history of the organization, between 1990 and 2006, which helps establish links with the theory and sets the stage for further analysis in phase two. The second phase, covering 2006 to 2018 brings the bulk of the empirical material for analysis. The first phase of research is more narrative than analytical, and was achieved through reviewing archives and complemented with non-structured interviews. The second phase is a descriptive analysis and the data collection was based on semi-structured interviews with ex and current members of the organization, documents and non-systematic ethnographic research, as the researcher is part of the organization being analysed. The initial categories for analysis were defined as: Political opportunities, range of actions and social networks, with additional categories added throughout the research. Resource mobilization was approached as a way to build up organizational resilience, in order to build a base of technical, political and monetary support. The research found that in the relationship between Cepagro and Government (State) collaboration prevails in order to deliver on the organizations cause. Cepagro's political influence goes beyond it's relationship with Government, as they also do work with grassroots movements, other organizations and civil society in general. Even though Government creates policy, Cepagro's political influence and social mobilization has influenced the making of those policies. The mobilization of monetary and non-monetary resources goes beyond supporting just the needs of the organization and encompasses a wider social mobilization towards the cause.

**Keywords:** Political influence. Resource mobilization. Fundraising. Agroecology. Cepagro



## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Agricultura de grupo entendida pelo Cepagro .....	62
Figura 2 - Organograma Cepagro 1992 .....	63
Figura 3 - Placa localizada na entrada da sede do Cepagro - Apoiadores na construção sede .....	72
Figura 4 - Fotos sede Cepagro 1995 e 1998 .....	73
Figura 5 - Estruturação de um núcleo dentro da Ecovida .....	81
Figura 6 - Mobilização de recursos .....	100
Figura 7 - Informativos Cepagro, 1990 - 2010 - 2018 .....	121
Figura 8 - Matriz: plano de comunicação Cepagro .....	122
Figura 9 - Materiais produzidos pelo Cepagro relacionados a gestão comunitária de resíduos orgânicos .....	139
Figura 10 - Relação entre incidência política e mobilização de recursos.....	140
Figura 11 - Linha do tempo sobre a atuação do Cepagro na temática da diversificação em áreas cultivadas com tabaco .....	147
Figura 12 - Seminário sobre a diversificação em áreas cultivadas com tabaco.....	149
Figura 13 - Linha do tempo sobre a atuação do Cepagro na temática na gestão de resíduos orgânicos .....	150
Figura 14 - Materiais técnicos de referência do edital FNMA/FSA n. 1/2017.....	152
Figura 15 - Atuação do Cepagro junto a Prefeitura de Florianópolis no tema da compostagem .....	153
Figura 16 - Ações voluntários do Cepagro no projeto da Prefeitura de Florianópolis - edital FNMA/FSA n. 1/2017 .....	153



## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Resultado da busca na plataforma Capes .....	38
Tabela 2 - Categorias de análise .....	38
Tabela 3 - Relação de entrevistados (as) Momento 3. ....	40
Tabela 4 - Resumo das entrevistas .....	41
Tabela 5 - Etapas da pesquisa .....	42
Tabela 6 - Síntese dos principais grupos de ONGs .....	57
Tabela 7 - Estabelecimentos agropecuários de Santa Catarina .....	60
Tabela 8 - Temas bases para um processo de intercâmbio – Termo de Cooperação Cepagro/Aldis .....	64
Tabela 9 - Princípios e estratégias de ação do projeto de crédito cooperativo .....	65
Tabela 10 - Programas e trabalho Cepagro.....	68
Tabela 11 - Elemento mapeados no PEP do Cepagro realizado em 1996.....	76
Tabela 12 - Participação de recursos oriundos de agências de cooperação internacional no orçamento de ONGs brasileiras nos anos de 1990 e 2000 .....	94
Tabela 13 - Mobilização de recursos Cepagro, anos de 1999 .....	95
Tabela 14 - Trechos de editais e projetos que o Cepagro participou destacando restrição do uso de recursos financeiros para manutenção da organização, não vinculado a atividades fins do projeto.....	99
Tabela 15 - Missão, visão e área de atuação Cepagro (grifo do pesquisador) .....	105
Tabela 16 - Espaços de incidência política Cepagro.....	114
Tabela 17 - Produção de materiais técnicos do Cepagro.....	116
Tabela 18 - Exemplo de eventos nos quais o Cepagro contribuiu na organização .....	118
Tabela 19 - Informação retirada do projeto aprovado em 2015.....	133
Tabela 20 - Significado de mobilização de recursos, incidência política e suas estratégias para o Cepagro .....	135
Tabela 21 - Matriz-referencial: as dimensões da sustentabilidade.....	137
Tabela 22 - Premiações recebidas pelo Cepagro entre 2011-2017 .....	138



## LISTA DE SIGLAS

ABONG - Associação Brasileira de Organizações não Governamentais  
ACARESC - Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado de Santa Catarina  
ACAVA - Associação dos Condomínios de Armazenagem do Vale do Araranguá  
ACORDI - Associação Comunitária Rural de Imbituba  
ACTBR - Aliança de Controle do Tabagismo  
ADIPAGRU - Associação de Desenvolvimento e Incentivo à Pequena Agricultura de Grupo  
AECOS - Associação Estadual de Condomínios de Suinocultura  
AGRECO - Associação dos Agricultores Agroecológicos da Encosta da Serra Geral  
AGRUPAR - Associação de Grupos de Pequenos Agricultores de Canoinhas e Região  
ALDIS - Actions Locale Pour Développement Internationale Solidaire  
ALESC - Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina  
AMLURB - Autoridade Municipal de Limpeza Urbana de São Paulo  
ANATER - Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural  
ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária  
APACO - Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense  
ARCAFAR - Associação Regional de Casas Familiares Rurais  
AS-PTA - Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa  
ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural  
BRDE - Banco de Desenvolvimento de Desenvolvimento do Extremo Sul  
CAE - Conselho de Alimentação Escolar  
CCA - Centro de Ciências Agrárias  
CCA/SC - Cooperativa Central de Assentamentos de Santa Catarina  
CEADE - Centro Ecumênico de Apoio ao Desenvolvimento  
CEASA - Centrais de Abastecimento  
CEDAG - Centro de Estudos e Desenvolvimento da Agricultura de Grupo  
CEDERURAL - Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural de Santa Catarina  
CEPAGRI - Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor  
CEPAGRO - Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo  
CERIS - Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais  
CETAP - Centro de Tecnologias Alternativas Populares  
CETRE - Centro de Treinamento da Epagri  
CFR - Casa Familiar Rural

CNPQ - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico  
COCERER/SC - Cooperativa Central de Crédito de Santa Catarina  
COMCAP - Autarquia de Melhoramentos da Capital  
COMSEAS - Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável  
CONAMA - Conselho Nacional de Meio Ambiente  
CONICQ - Comissão Nacional para Implementação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco  
CONSEA - Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional  
CQCT/OMS - Convenção Quadro para o Controle do Tabaco da Organização Mundial de Saúde  
CPORG/SC - Comissão Estadual de Produção Orgânica  
CPPP - Centro de Pesquisas para Pequenas Propriedades  
DENACOOOP - Departamento de Cooperativismo e Associativismo  
EPAGRI - Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina  
ESAG - Centro de Ciências da Administração e Socioeconômicas  
FAPESC - Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina  
FATMA - Fundação do Meio Ambiente de Santa Catarina  
FBB - Fundação Banco do Brasil  
FCCIAT - Fórum Catarinense de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos e Transgênicos  
FEPA - Fundo de Estimulo a Pesquisa  
FETAESC - Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Santa Catarina  
FETRAF - Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul do Brasil  
FMP - Fundo de Mini Projetos  
FNMA - Fundo Nacional do Meio Ambiente  
FRBL - Fundo para Reconstituição de Bens Lesados  
FSA - Fundo Sócio Ambiental  
GAO - Grupo de Agricultura Orgânica  
GRET - Grupo de Pesquisa e Intercâmbio Técnico  
GT - Grupo de Trabalho  
GTZ - Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit  
IAF - Instituto Interamericano  
IDELIS - Instituto de Desenvolvimento Local e de Iniciativas Sociais  
IDH - Índice de Desenvolvimento Humano  
IFSC - Instituto Federal de Santa Catarina  
INAFI - Rede Internacional Network of Alternative Financial Institutions  
INCA - Instituto Nacional do Câncer  
IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

LACAF - Laboratório de Comercialização da Agricultura Familiar  
LAZ - Lateinamerika Zentrum  
MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento  
MDA - Ministério de Desenvolvimento Agrário  
MMA - Ministério do Meio Ambiente  
MROSC - Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil  
ONG - Organização não governamental  
OSCIP - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público  
PDC - Ponto de Cultura  
PEP - Planejamento Estratégico Participativo  
PETI - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil  
PMAPO - Política Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica  
PNDACT - Programa Nacional de Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco  
PNFC - Projeto Novas Fronteiras da Cooperação para o Desenvolvimento Sustentável  
PROIND - Programa Catarinense da Indústria Rural de Pequeno Porte  
PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar  
PTA - Programa de Apoio a Tecnologias Apropriadas  
REDE - Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativa  
SAA - Secretaria de Agricultura e Abastecimento  
SDC - Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo  
SEAD - Secretaria Especial da Agricultura Familiar  
SESC - Serviço Social do Comércio  
SICREDI - Sistema Integrado de Crédito Rural  
SISAN - Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional  
SM SH - Secretaria Municipal de Saúde de Florianópolis  
TMR - Teoria da Mobilização de Recursos  
TNMS - Teoria dos Novos Movimentos Sociais  
TPP - Teoria do Processo Político  
TRMS - Teoria de Redes de Movimento Social  
UDESC - Universidade do Estado de Santa Catarina  
UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina  
UNMFREO - União de Casas Familiares Rurais da França



## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	21
1.1	SOBRE O PESQUISADOR .....	25
1.2	DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO PROBLEMA .....	27
1.3	OBJETIVO E ETAPAS DA PESQUISA .....	29
1.4	CONTRIBUIÇÕES DO TRABALHO .....	30
<b>2</b>	<b>PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b> .....	33
2.1	ABORDAGEM DA PESQUISA .....	33
2.2	AS ETAPAS DA PESQUISA.....	36
<b>3</b>	<b>REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	43
3.1	TEORIAS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS .....	43
3.2	A TEORIA DO PROCESSO POLÍTICO .....	49
<b>4</b>	<b>SOBRE O CEPAGRO E OS DESAFIOS DA MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS</b> ...	59
4.1	A HISTÓRIA DO CEPAGRO ENTRE 1990 E 2006 .....	59
4.2	A MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS E SEUS DESAFIOS.....	92
<b>5</b>	<b>A INCIDÊNCIA POLÍTICA E A MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS</b> .....	105
5.1	A DEFINIÇÃO DE INCIDÊNCIA POLÍTICA .....	105
5.2	AS ESTRATÉGIAS DE INCIDÊNCIA POLÍTICA .....	111
5.3	O TRABALHO EM REDE COMO ESTRATÉGIA DE INCIDÊNCIA POLÍTICA ....	122
5.4	AS OPORTUNIDADES POLÍTICAS E A RELAÇÃO COM O ESTADO.....	127
5.5	A RELAÇÃO ENTRE INCIDÊNCIA POLÍTICA E MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS.....	135
<b>6</b>	<b>CONCLUSÕES</b> .....	157
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	163
	<b>APÊNDICE A - Roteiro de entrevistas</b> .....	173
	<b>ANEXO - Estatuto 1990</b> .....	175



## 1 INTRODUÇÃO

A relação entre a incidência política de organizações não governamentais (ONGs) e sua capacidade de mobilizar recursos é um tema presente nas dinâmicas das organizações. Em particular, na atuação da organização Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo (Cepagro) na agroecologia.

A incidência política é estudada de acordo com diferentes abordagens, entre elas a Teoria do Processo Político, Teoria de Redes de Movimento Social e *advocacy*. Nesta pesquisa, é considerada como iniciativas de interação e/ou pressão política junto ao Estado; de promoção e defesa da agroecologia; de articulações estrategicamente coordenadas e mobilizadas junto aos grupos de base, a outras organizações, aos agentes públicos e/ou a sociedade civil em geral; objetivando-se dar visibilidade à causa defendida no debate público, ampliar a participação dos segmentos excluídos nos processos de tomada de decisões, influenciar políticas e pessoas, de maneira a promover uma nova visão de sociedade e de mundo.

A mobilização de recursos é tema de publicações, cursos e eventos promovidos pela academia e por organizações de apoio as ONGs e consultores (VALARELLI, 1999; ARMANI, 2008; ANDION, 2015; ESTRAVIZ, 2017; VERGUEIRO, 2018). A relação entre esses dois temas – incidência política e mobilização de recursos – envolve elementos relativos a defesa e promoção de uma causa, legitimidade, atuação junto a grupos de base, estrutura e estratégia organizacionais, repertórios de ação, oportunidades políticas, entre outros.

Essa pesquisa foi motivada pela tentativa de entender a relação entre a incidência política e a mobilização de recursos na ONG que o pesquisador trabalha. O Cepagro foi fundado em abril de 1990 por professores universitários, organizações de pequenos agricultores e técnicos da extensão rural oficial, na época, Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado de Santa Catarina (ACARESC), antecessora da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri). Conforme Turnes (2016), o Cepagro surgiu com a finalidade de estudar e de propor novas estratégias de desenvolvimento para o meio rural, com ênfase na agricultura familiar do estado de Santa Catarina, e para o estímulo ao associativismo.

Por muitos anos, o foco do Cepagro foi exclusivamente o meio rural, atuando como uma organização de segundo grau, isto é, não trabalhava diretamente com os agricultores familiares e sim articulava e assessorava organizações de base, compostas por pequenos agricultores, voltadas para a cooperação agrícola. Em 2006, passou a atuar também no meio urbano, em iniciativas ligadas à agricultura urbana, relacionadas à gestão comunitária de resíduos orgânicos e hortas comunitárias, e ações com consumidores urbanos agroecológicos. Nesse período, passou a tratar o tema da agroecologia como eixo central de atuação, não mais a agricultura familiar, que passou a ser um meio de se fazer agroecologia. Também na primeira década dos anos 2000, ocorreu uma mudança na estrutura organizacional do Cepagro, isto é, deixou de ser uma organização formada por outras organizações e passou a ser uma associação formada por pessoas físicas, passando a atuar diretamente com o público beneficiário. Desta forma, deixou de ser uma organização de segundo grau, passando a ser uma organização de primeiro grau.

Atualmente, o Cepagro está constituído como uma pessoa jurídica de direito privado (associação), de fins não econômicos, sem caráter político-partidário, sediada na cidade de Florianópolis/SC (CEPAGRO, 2018). Está qualificado como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP). Tem como missão “A promoção da agroecologia de maneira articulada em rede em comunidades rurais e urbanas, garantindo a incidência política” (CEPAGRO, 2017, não paginado). Conforme destaca Santos (2009), a missão é entendida como o elemento que move e justifica a existência da organização.

Esta pesquisa tem como objetivo geral analisar a relação entre incidência política e mobilização de recursos, com base no caso do Cepagro e sua atuação na causa da agroecologia. A incidência política está explícita em sua missão atual, e sempre foi um eixo transversal nas suas ações. Como exemplo, nos anos 1990, iniciou a participação no Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural de Santa Catarina (Cederural) e no Conselho Estadual do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), apoiando a elaboração de políticas públicas, como o projeto de lei Estadual n. 339/95, que dispõe sobre a inspeção sanitária para o processamento de alimentos em pequena escala de origem animal e vegetal. Dentre outros, participa do Conselho de

Segurança Alimentar e Nutricional do Estado de Santa Catarina (Consea/SC), Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável (Comseas), do Fórum Catarinense de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos e Transgênicos, da Rede Semear de Agricultura Urbana de Florianópolis. Através desta Rede, apoiou a elaboração do Decreto de Lei n. 17688/2017 (FLORIANÓPOLIS, 2017), que institui o Programa Municipal de Agricultura Urbana em Florianópolis.

A mobilização de recursos, monetários e não monetários, é um desafio constante para as ONGs, um esforço permanente, planejado e sistemático de fortalecimento institucional (ARMANI, 2008). De acordo com os relatos da equipe e a percepção do pesquisador, enquanto membro da equipe administrativa e financeira do Cepagro, dois fatores principais impactam a mobilização de recursos da organização ao longo de sua trajetória: a redução da atuação da cooperação internacional no Brasil e a priorização atual dos financiadores em resultados quantificáveis de curto prazo, o que impacta no uso de recursos para as ações de incidência política e para manutenção da estrutura institucional. Esses dois fatores são relacionados com a mobilização de recursos monetários, temática que será tratada de maneira mais ampla na pesquisa, abrangendo recursos monetários e não monetários e recursos direcionados para organização e para a causa defendida por ela.

Para se alcançar o objetivo geral da pesquisa, foram cumpridas as seguintes etapas: descrição do histórico de atuação do Cepagro, entre os anos de 1990 e 2006; a identificação do significado de incidência política realizada pela organização; a identificação das estratégias de ação utilizadas pelo Cepagro nos processos de incidência política; para assim, ter elementos e evidências para analisar a relação entre a incidência política do Cepagro e a sua capacidade de mobilizar recursos. Essas etapas estão inseridas em duas fases da pesquisa, sendo a primeira referente ao resgate da história do Cepagro, de 1990 a 2006, que contribuiu na identificação de elementos que evidenciam pontos relativos à teoria e que colaboram na análise da segunda fase. Esta se referente aos anos de 2006 a 2018, que foi o período central de levantamento de informações para serem analisadas, colaborando para se alcançar o objetivo geral da pesquisa.

Adotou-se o estudo de caso como estratégia de pesquisa, por meio de uma abordagem qualitativa. A primeira fase da pesquisa é mais narrativa do que analítica, e foi realizada a partir de uma busca na documentação da organização e complementada com entrevistas. A segunda fase é descritiva analítica, e a coleta de dados foi baseada em entrevistas, documentos e observação. Como o pesquisador faz parte da equipe de trabalho do Cepagro, considera-se que a observação participante natural e não sistemática também contribuiu na coleta de dados. Os documentos utilizados foram os relatórios anuais de atividades, atas de reuniões, estatutos, regimento interno, relatos de seminários, projetos escritos, editais, relatórios de planejamento estratégico, site da organização, entre outros. Ao todo, foram realizadas nove entrevistas individuais, privilegiando o conhecimento de cada entrevistado e entrevistada sobre o fenômeno em foco, considerando-se as percepções dos sujeitos sobre o fenômeno.

Para compreender o processo de incidência política do Cepagro, utilizou-se como base a Teoria do Processo Político (TPP), uma das vertentes nos estudos sobre movimentos sociais. A TPP se desenvolve nos anos 1980 a partir de um intenso debate entre autores da escola norte-americana, da Teoria da Mobilização de Recursos (TMR) e autores da escola europeia, da Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS). Conforme destaca Gohn (1997), os autores da TMR estão centrados nas estruturas das organizações dos chamados sistemas sociopolíticos, no utilitarismo de bases econômicas e na racionalidade da ação coletiva. Já os europeus, da TNMS, partem de explicações mais conjunturais, localizadas em âmbito político ou de microprocessos da vida cotidiana, neste caso com foco nos indivíduos enquanto atores sociais. O resultado deste debate foi a criação de uma nova corrente teórica envolvendo americanos e europeus, que passou a predominar na América, na qual a ênfase está no processo político das mobilizações e nas bases culturais que lhes dão sustentação (GOHN, 2017).

Desta forma, a TPP faz explicações centradas nas estruturas das organizações, considerando o enfoque econômico estratégico nas mobilizações, característicos da TMR, mas também considera, como o faz a TNMS, a influência da cultura e da ideologia nas lutas sociais cotidianas e na solidariedade entre as pessoas e no processo de identidade. A principal característica da TPP é a ênfase no processo político das mobilizações, isto é, a estrutura de incentivos e/ou constrangimentos políticos que

delimita as possibilidades de escolha dos agentes entre cursos de ação (ALONSO, 2009). A TPP propõe como categorias de análise as estruturas de oportunidade política, os repertórios, as análises de rede, os ciclos de protestos e os *frames* de ação, entre outros.

Considerando a missão do Cepagro, percebe-se elementos que são enfatizados pela TPP, destacando-se a centralidade numa causa, neste caso a agroecologia. Conforme destaca Gohn (1997), a ação coletiva na perspectiva da TPP requer que alguma causa seja ouvida no espaço público. Além disso, o modo de se fazer a agroecologia é de maneira articulada em rede, e este é um elemento abordado nas análises sob a TPP. Entretanto a TPP aborda de maneira superficial os processos de construção de solidariedade e identidade entre os participantes das redes. Diante disso, buscou-se elementos da Teoria de Redes de Movimento Social, entre eles os conceitos dos fios e elos de ligação.

Uma das críticas endereçadas a TPP é o fato de não considerar a sociedade civil como um polo de força e dinamismo. Esta é vista como algo modelado e formada pelas oportunidades e pelos constrangimentos impostos pelo Estado, que é tido como o criador e dinamizador dos movimentos sociais (GOHN, 1997). Essa crítica é fortalecida no resultado da presente pesquisa, no qual se conclui que, por mais que o Estado seja o criador das oportunidades políticas, as ONGs e a sociedade civil em geral podem se articular e incidir politicamente, influenciando na criação das oportunidades políticas.

## 1.1 SOBRE O PESQUISADOR

Utilizo da primeira pessoa nesta parte do trabalho pois contarei um pouco da minha trajetória e as razões pelas quais decidir fazer este mestrado. Finalizei minha graduação em Engenharia Mecânica com ênfase em Mecatrônica no final de 2004 na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Trabalhei como estagiário na indústria automobilística e, posteriormente, em uma indústria de produção de placas eletrônicas, na qual fui contratado como engenheiro de manufatura, assim que finalizei a graduação. Em meados de 2005, me mudei para o Pará para trabalhar com mineração, uma oportunidade para viver novos desafios e conhecer um pouco mais do nosso país, possibilidades que sempre me instigaram. No ramo da mineração, atuei em diferentes

empresas e desenvolvi variadas atividades, entre as quais destaco coordenação de equipe de campo em campanhas de sondagem mineral, gestor de contratos, analista de planejamento e controle financeiro e orçamentário em implantação de grandes empreendimentos no norte do país. Tive a oportunidade de viajar e conhecer os mais diversos cantos desse nosso Brasil, vivenciei variadas culturas, me deparei e aprendi com a diversidade do nosso povo, desbravei um Brasil que até então não conhecia, um país muito diferente de tudo que sempre tive contato neste eixo sudeste/sul.

Neste processo de amadurecimento profissional e desenvolvimento humano, na minha essência, comecei a me questionar sobre a maneira que estava direcionando a minha vida e trabalhar na mineração não fazia sentido naquele momento. Desta forma, decidi viver um período sabático. Pedi demissão do “promissor” emprego e me mudei para a Austrália, onde vivi por, aproximadamente, um ano e meio. Nesse período, tive contato com experiências de agroecologia e permacultura e foi maravilhoso me conectar a essas formas de experienciar a vida.

Retornei ao Brasil no final de 2012, fiz mais algumas imersões práticas no tema da agroecologia e em 2013 resolvi me mudar para Florianópolis para “recomeçar”. Para isso, a ação prática que abarcou parte das vivências do período sabático foi fazer um mestrado no Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas da Universidade Federal de Santa Catarina. Fiz algumas disciplinas como aluno especial, mas era algo muito novo para mim - o mundo acadêmico propriamente dito e a densidade das disciplinas da grade curricular do programa. Mesmo assim, tentei o processo seletivo, mas não fui selecionado. A sementinha do mestrado havia sido “plantada”. Ainda no ano de 2013, conheci e me identifiquei muito com o trabalho desenvolvido pelo Cepagro e iniciei algumas atividades de forma voluntária, colaborando com a equipe em temas como planejamento estratégico, planejamento financeiro, controle de execução financeira de projetos, entre outros. No final de 2013, o Cepagro aprovou um projeto junto a Fundação Oi Futuro, o que possibilitou minha contratação e uma imersão na dinâmica da organização, a partir de 2014. Desde então, venho percebendo que os desafios da mobilização de recursos, inserida no tema da sustentabilidade organizacional, bem como a atuação política em diferentes espaços e com diferentes sujeitos, sempre estiverem muito presentes na dinâmica do Cepagro. Essa percepção ficou evidente no último ciclo

de Planejamento Estratégico Participativo (PEP), no qual esses temas foram destacados na missão e na visão da organização.

Imerso nesse cenário, com o tema da mobilização de recursos para organizações não governamentais muito presente na minha nova fase profissional, somado com uma aproximação entre o Cepagro e a Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc) em ações de extensão relacionados à gestão de resíduos orgânicos, resolvi buscar o mestrado profissional em administração na Udesc/Esag. Desta vez, uma tentativa mais atrelada a minha atuação técnica, bem como dentro de uma organização que está alinhada com meus valores humanos. Identifiquei no mestrado um novo desafio, uma oportunidade de experienciar a vida acadêmica numa área diferente da minha de formação e, especialmente, de deixar um legado positivo para o Cepagro, num sinal de gratidão a toda a aprendizagem enquanto ser humano e profissional que, diariamente, tenho por lá.

## 1.2 DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO PROBLEMA

A dificuldade vivida no cotidiano da organização, relacionada a desafios na mobilização de recursos, em especial para financiar ações de incidência política, foi o ponto de partida para esta pesquisa. Este fato foi percebido a partir do relato da equipe do Cepagro e da práxis do pesquisador no apoio à gestão da organização.

O desafio da mobilização de recursos sempre esteve presente na dinâmica da organização, fato comprovado na análise documental e nas entrevistas realizadas. No Relatório de Atividades dos anos de 1990 e 1991 existe um capítulo intitulado “O Futuro do Cepagro”, que destaca:

É preciso assegurar ao Cepagro estrutura e recursos de funcionamento estáveis pra que o mesmo possa cumprir bem o seu papel. As condições atuais de trabalho são bastante difíceis e muitas vezes somente superadas mediante o esforço militante e companheiro o que certamente torna-se insuficiente numa perspectiva de mais longo prazo (CEPAGRO, 1991, não paginado).

Já no Relatório do Planejamento Estratégico Participativo realizado no ano de 1996, encontrou-se o registro “Atualmente, com a redução dos recursos provenientes

de entidades internacionais, o Cepagro enfrenta sérios problemas financeiros” (CEPAGRO, 1996b), e este ponto entra como ameaça na análise do ambiente externo da organização. No ano de 1999, foi realizado um seminário de avaliação e reestruturação do Cepagro e a questão dos recursos novamente foi destacada:

O momento não é de “esvaziamento” do Cepagro e nem de interrupção de suas principais atividades. Em que pese as dificuldades financeiras atuais, as ações em curso devem “passar por dentro” do Cepagro, sob pena da entidade perder seu espaço político em esferas estaduais, nacionais e internacionais ou naufragar por inanição (CEPAGRO, 1999, não paginado).

No último planejamento estratégico, realizado no ano de 2017, a preocupação quanto aos recursos também esteve presente, incluindo questões como remuneração da equipe, criação de um fundo para cobrir descompassos de projetos, melhorias de infraestrutura (aquisição de novos veículos, reformas na sede). Esses e outros temas foram colocados em pauta e de uma certa forma traduzidos na “Visão” da organização:

Ser referência no fortalecimento da Agroecologia em comunidades locais, nacionais e internacionais, por meio do desenvolvimento e reaplicação de tecnologias sociais, estabelecendo parcerias, contribuindo na construção de políticas públicas, com sustentabilidade da equipe, da infraestrutura e nos projetos (CEPAGRO, 2017, não paginado).

A mobilização de recursos pode ser analisada sob vários prismas, como por exemplo, a importância da diversificação das fontes de recursos, trabalho voluntário, doação de indivíduos, Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC) e relação com o Estado.

No caso do Cepagro, para essa pesquisa, essa problemática será considerada sob dois focos, por estarem relacionados as ações de incidência política da organização. O primeiro deles diz respeito à redução da atuação da cooperação internacional no Brasil, que, historicamente, financiou ações de incidência política de ONGs brasileiras. Durante os anos de 1970, o apoio era no fortalecimento dos núcleos de resistência democrática no país; nos anos de 1980 e início dos anos de 1990, o apoio era na construção da democracia participativa brasileira, contribuindo no fortalecimento de grupos e movimentos ainda excluídos e apostando nas ações de incidência política das ONGs (TONI, 2010).

O segundo, se refere a priorização atual dos financiadores em resultados quantificáveis de curto prazo, o que impacta no uso de recursos para ações de incidência política e para manutenção da estrutura institucional. As organizações de cooperação internacional deixaram de apoiar organizações e passaram a apoiar projetos com foco definido e de curta duração, desde os anos 1990, gerando um ambiente impregnado por princípios de agilidade, pragmatismo, funcionalidade e resultados de curto prazo (Armani, 2013). Esta estratégia de financiamento se reflete nos projetos com o governo brasileiro (Brito e Melo 2007).

A incidência política é uma estratégia relevante e transversal às ações do Cepagro. Entretanto, em muitos casos, é processual, de longo prazo e com ações e resultados, nem sempre, quantificáveis. A partir deste cenário, algumas questões foram levantadas, dentre elas: Quais as estratégias de ação utilizadas pela organização na incidência política? A organização consegue apoio para financiar essas ações? A incidência política mobiliza recursos para a organização? Que tipo de recursos são mobilizados? Essa mobilização contribui para a manutenção da estrutura institucional? A incidência política mobiliza recursos para a causa defendida pela organização? Diante desses questionamentos, definiu-se o objetivo geral da pesquisa que é analisar a relação entre incidência política e mobilização de recursos, com base no caso do Cepagro e sua atuação na causa da agroecologia.

Uma outra questão relacionada à situação problema, aqui enxergada como uma oportunidade da pesquisa, é referente ao fato de o Cepagro não possuir de maneira sistematizada e escrita a sua história. Essa possibilidade de resgatar a história da organização, mesmo que de maneira resumida e direcionada ao tema desta pesquisa, foi bem recebida pela equipe da organização, visto que, até então, estava contada a partir de documentos espalhados nos arquivos da organização e, de forma tácita, no íntimo de inúmeras pessoas que por lá passaram.

### 1.3 OBJETIVO E ETAPAS DA PESQUISA

Define-se como objetivo geral deste trabalho:

Analisar a relação entre incidência política e mobilização de recursos, com base no caso do Cepagro e sua atuação na causa da agroecologia.

As etapas da pesquisa serão:

- a) descrever o histórico de atuação do Cepagro, entre os anos de 1990 e 2006;
- b) identificar o significado de incidência política realizada pelo Cepagro;
- c) identificar as estratégias de ação utilizadas pelo Cepagro nos processos de incidência política;
- d) analisar a relação entre a incidência política do Cepagro e a mobilização de recursos.

#### 1.4 CONTRIBUIÇÕES DO TRABALHO

Acredita-se que este trabalho terá contribuições diretas na dinâmica do Cepagro. A primeira delas é colocar luz na história da organização, fazendo com que seja compartilhado com a equipe, financiadores e parceiros em geral, contribuindo assim para a compreensão sobre a atuação da organização ao longo do tempo, seus desafios, conquistas, conflitos e aprendizagens. Preservar a memória institucional ajuda a manter a instituição viva e é uma forma de fortalecer suas bases e a relação com os atuais colaboradores.

Preservar a memória institucional não é só resgatar o passado. Também é compreender as diferenças e reconhecer os limites de cada período. É ter referenciais consistentes para construir o presente e planejar o futuro. É descobrir valores e renovar os vínculos. É refletir sobre a história, não apenas como quem recorda, mas exercitando uma verdadeira práxis, em que a reflexão e a prática andam lado a lado (Grupo de Resgate Histórico – GRH - Fundacentro, 2018, não paginado).

Resgatar estas memórias servirá para reforçar a importância dos temas centrais desta pesquisa para a organização, visto que, nesta trajetória institucional de mais de 28 anos, a mobilização de recursos e a atuação política sempre estiveram presentes na dinâmica do Cepagro. Outra potencial contribuição da pesquisa é a de gerar reflexões sobre o significado da incidência política para a organização, que mesmo estando em destaque na missão, nem sempre é debatida ou fortalecida na dinâmica dos trabalhos realizados.

O trabalho pode contribuir, ainda, para a discussão sobre estratégias de se fazer incidência política, trazendo evidências de que o processo de incidência política extrapola a relação entre organização e Estado, é também realizada junto aos grupos de base e a sociedade civil em geral, na promoção e defesa da causa.

Para além do Cepagro, essa pesquisa pode contribuir para a discussão sobre mobilização de recursos para as organizações não governamentais, trazendo o viés da incidência política das ONGs e como esse processo se inter-relaciona com a mobilização de recursos da organização e/ou da causa defendida. A pesquisa pode contribuir, ainda, para expandir a compreensão sobre os recursos monetários e não monetários.

Esta dissertação está dividida em seis partes. A introdução, aborda sobre o pesquisador e as suas razões para fazer o mestrado, a descrição da situação problema, objetivos e etapas da pesquisa e as contribuições do trabalho. A segunda parte se refere aos procedimentos metodológicos adotados para a realização da pesquisa. A terceira trata de teorias contemporâneas dos movimentos sociais, em especial a Teoria do Processo Político, utilizada pelo pesquisador como base para compreender a ação de incidência política. A quarta parte mostra o levantamento da história do Cepagro, entre 1990 e 2006, evidencia os desafios de mobilização de recursos enfrentados pela organização e abordada a maneira como será utilizado o conceito de mobilização de recursos nesta pesquisa. A quinta parte, considerada o resultado da pesquisa, traz o conceito de incidência política realizada pelo Cepagro e suas estratégias de ação, incluindo exemplos de oportunidades políticas identificadas e como essas impactaram e foram influenciadas pelas ações do Cepagro. Ainda na quinta parte, é abordada a relação entre o processo de incidência política e a mobilização de recursos para a organização e para a causa defendida. A sexta parte é dedicada às conclusões da pesquisa, que traz uma síntese das contribuições para a organização, para o campo de conhecimento do tema e para o pesquisador, além de tratar das limitações do trabalho e indicação de sugestões para futuras pesquisas no tema.



## 2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo serão apresentados os procedimentos metodológicos adotados para a condução da pesquisa que subsidiou essa dissertação. O capítulo foi estruturado em duas seções: abordagem da pesquisa e etapas da pesquisa.

### 2.1 ABORDAGEM DA PESQUISA

Este trabalho se propôs a analisar a relação entre a incidência política do Cepagro e a sua capacidade de mobilização de recursos. Para isso, foram realizadas 04 etapas principais, sendo elas: Descrever o histórico de atuação do Cepagro; elaborar o conceito de incidência política realizada pelo Cepagro, elencar as estratégias de ação utilizadas pelo Cepagro nos processos de incidência política; e analisar a relação entre a incidência política do Cepagro e a mobilização de recursos. Essas 05 etapas, estão inseridas dentro de 2 fases da pesquisa, sendo que a primeira visa fazer ao resgate da história do Cepagro, de 1990 a 2006, e a segunda mais focada em identificar elementos, entre os anos de 2006 e 2018, que contribuíssem no alcance do objetivo geral da pesquisa.

Com a primeira fase objetivou-se registrar e sistematizar este momento inicial da organização; buscar elementos e pistas deste período que se relacionam com o objetivo da pesquisa e com a própria concepção atual da organização, que foram importantes para a análise da segunda fase e; definir e justificar a delimitação temporal de análise da segunda fase, a partir de 2006. Este levantamento histórico foi realizado baseado, sobretudo, nas documentações disponibilizadas pela organização e teve um caráter mais narrativo e menos analítico. No processo de resgate histórico, percebeu-se profundas modificações na organização, destacando-se: alteração do eixo central de atuação da instituição, inicialmente tendo a agricultura familiar de grupo como foco, deslocando o foco para a agroecologia no início dos anos de 2000, fazendo a agricultura familiar de grupo um meio de se fazer a agroecologia. Outro ponto foi a alteração na forma de atuação da organização, passando de uma organização de segundo grau para de primeiro grau. Por fim, ocorreu uma considerável alteração na equipe do Cepagro neste período, o que também justificou o recorte. Conforme citado e pontuado pela equipe, a

aprovação de dois projetos estruturantes no ano de 2006 caracterizou esse “novo” momento da organização. Esses fatos justificaram a delimitação temporal de análise da chamada segunda fase, a partir do ano de 2006.

A segunda fase da pesquisa foi realizada com base em entrevistas, documentos e observação participante natural e não sistemática e teve caráter descritivo analítico, contribuindo na análise da relação entre a incidência política do Cepagro e a sua capacidade de mobilização de recursos. A pesquisa teve uma abordagem qualitativa. Conforme destaca Chizzotti (2006, p. 77):

[...] abordagem qualitativa parte do fundamento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito.

Adotou-se como estratégia de pesquisa o estudo de caso. Segundo Yin (2010), o estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro do seu contexto da vida real, podendo ser utilizado para contribuir com conhecimentos individuais, organizacionais, sociais, políticos e de grupo, além de outros fenômenos relacionados. Yin (2010, p. 26- 27) leciona que:

O estudo de caso conta com muitas das técnicas utilizadas pelas pesquisas históricas, mas acrescenta duas fontes de evidências que usualmente não são incluídas no repertório do historiador: a observação direta dos acontecimentos que estão sendo estudados e entrevistas das pessoas neles envolvidas. Novamente, embora o estudo de caso e as pesquisas históricas possam se sobrepor, o poder diferenciador do estudo de caso é a sua capacidade de lidar com uma ampla variedade de evidências – documentos, artefatos, entrevistas e observações – além do que pode estar disponível no estudo histórico convencional.

Reforçando a afirmativa de Yin (2010), foram utilizados como técnicas de coletas de dados a observação participante dos acontecimentos estudados, as entrevistas de pessoas neles envolvidos, bem como a análise dos documentos da organização. Conforme destaca Flick (2004), as entrevistas tornam acessíveis apenas os relatos das práticas e não as próprias práticas, que podem ser acessadas através da observação. Desta forma, entende-se que a junção dessas técnicas qualificou a coleta dos dados, a condução e os resultados da pesquisa. Ferreira, Torrecilha e Machado (2012) corroboram

com esse argumento quando sugerem que entrevistas e observação são técnicas interativas, visto que a entrevista conduz o pesquisador para a observação, enquanto que as observações podem sugerir os aprofundamentos necessários para as entrevistas.

A observação participante pode assumir duas formas distintas: a natural, quando o pesquisador pertence à comunidade ou grupo que investiga; ou artificial, quando o pesquisador se integra ao grupo com o objetivo de realizar uma investigação (GIL, 2011). No caso deste trabalho, o pesquisador faz parte da equipe da organização, atua na gestão administrativa financeira desde 2014 e, por essa razão, esta se caracteriza como observação participante natural. Alguns autores denominam esse tipo de observação como participante em caráter integral, conforme sugere Becker (1997, p. 119-120):

No processo de coleta de dados, o observador participante se engaja em várias atividades diferentes. Pode-se distinguir diversas modalidades de procedimentos, dependendo do grau no qual se é participante assim como observador. Num dos extremos, o observador pode não participar em absoluto, como quando ele se esconde atrás de uma tela que permite que ele veja os participantes, mas não permite que eles o vejam; no outro, ele pode ser um participante em caráter integral, morando na comunidade em estudo ou tendo um emprego de tempo integral na organização que estuda, e assim estando sujeito às mesmas chances de vida que qualquer outro membro do grupo.

A observação participante foi realizada de maneira não sistemática, isto é, não foi elaborado um plano de observação e nem um instrumento de registro específico. A observação ocorreu num processo de mudança de postura do pesquisador, isto é, passou a estar no ambiente de trabalho enquanto membro da equipe do Cepagro, mas também enquanto pesquisador. Com isso o olhar mudou, a percepção dos acontecimentos passou a ter uma relação com o objetivo da pesquisa. Por exemplo, durante uma reunião, num mesmo bloco de notas relatava-se questões técnicas relativas as atividades do Cepagro, mas, também, em um canto separado, com uma caneta de cor diferente, anotava-se percepções e *insights* em relação a pesquisa, o que era incorporado posteriormente ao trabalho.

Uma das limitações da observação participante se refere ao fato de a participação do observador no campo de estudo gerar uma alteração no comportamento dos sujeitos da pesquisa e, por exemplo, em um processo de desconfiança, ocasionar limitações na qualidade das informações obtidas (GIL, 2011; FERREIRA, TORRECILHA, MACHADO,

2012). Acredita-se que esse fato não influenciou na pesquisa, pelo contrário, devido ao processo de confiança, houve uma grande liberdade de expressão e exposição dos entrevistados, fato que justificou a não inserção das transcrições realizadas nos anexos do trabalho.

Em contraposição, uma outra limitação está relacionada a uma possível perda de objetividade, uma vez que o pesquisador não é um observador independente, mas um envolvido (ABIB; HOPPEN; JUNIOR, 2013). Conforme Abib, Hoppen e Junior (2013), o pesquisador deveria manter-se emocionalmente distante do objeto pesquisado, analisando-o apenas por meio de seus aspectos técnicos, entretanto afirmam que isto é praticamente impossível. Desta forma, assume-se um certo viés relacionado ao fato de o pesquisador fazer parte da organização pesquisada, entretanto buscou-se manter um certo distanciamento, uma visão crítica aguçada e um foco no objetivo da pesquisa. Um exemplo desta tentativa de distanciamento foi a opção do pesquisador de realizar a transcrição literal das entrevistas, buscando fidelidade dos conteúdos das mesmas. Serva e Jaime Júnior (1995, p. 76) afirmam que:

O observador participante não deve se perder na teia dos acontecimentos, na ideologia ou na simpatia dos observados, embotando assim, a visão crítica do que se passa e a atenção aos objetivos da pesquisa.

Adicionalmente, Gibbs (2009) sugere que os pesquisadores são parte importante do processo de pesquisa, seja na sua própria condição de pesquisador, mas também em termos de suas experiências no campo e com a capacidade de reflexão que trazem ao todo, como membros do campo que se está estudando.

## 2.2 AS ETAPAS DA PESQUISA

O trabalho deste pesquisador teve como objetivo inicial identificar os potenciais e desafios para que as ONGs de apoio a Rede Ecovida de Agroecologia mobilizassem recursos financeiros por meio de doações de indivíduos, e a qualificação do trabalho foi realizada nesta temática. Entretanto, no período da qualificação, o pesquisador cursava uma disciplina na Udesc denominada “Organizações da Sociedade Civil e Esfera Pública”, com a Professora Carolina Andion, no qual teve acesso a um amplo conteúdo

sobre ação coletiva, movimentos sociais e sociedade civil. Desta forma, alinhado com o despertar deste “novo” arcabouço teórico, e com a vontade de desenvolver um estudo de caso, específico do Cepagro, no qual pudesse de alguma maneira, entre outros, contar parte da história dos anos iniciais da organização, o pesquisador, com o apoio da orientadora, resolveu alterar a temática da pesquisa. Talvez o tempo do pesquisador estivesse em descompasso com o tempo da pesquisa, entretanto, essa nova abordagem fazia muito mais sentido para os anseios acadêmicos e profissionais do pesquisador, e por isso a motivação para a mudança. Assim, no decorrer da disciplina, concluiu-se que a Teoria do Processo Político seria adequada para compreender o processo de incidência política do Cepagro, a relação com o Estado, a influência das oportunidades políticas, entre outros, visando-se alcançar o objetivo geral da pesquisa.

A partir da definição do referencial teórico central, realizou-se um aprofundamento na teoria a partir de um levantamento bibliográfico mais abrangente, identificando os principais autores. Este levantamento foi realizado baseado no referencial teórico disponibilizado na disciplina “Organizações da Sociedade Civil e Esfera Pública” e na plataforma Periódicos Capes, que reúne produções científicas das mais variadas bases de dados. Para a busca na plataforma utilizou-se os seguintes descritores, combinados conforme Tabela 1: “mobilização política”, “mobilização de recursos”, “captação de recursos”, sustentabilidade, “*Political Mobilization*”, “*Resource Mobilization*”, *Fundraising*.

Utilizou-se como critério de escolha, os artigos que o assunto central tivesse relação com a temática supracitada e/ou com teorias contemporâneas dos movimentos sociais, que pudessem contribuir com a pesquisa. Destaca-se esse fato, pois, conforme Tabela 1, durante as buscas foram encontrados, aproximadamente, 1.200 (coluna Resultados) artigos que de alguma maneira tratavam e/ou citavam isoladamente os descritores. Após uma análise dos mesmos, a partir das palavras-chave e/ou resumo, percebeu-se que muitos não contribuiriam significativamente com esta pesquisa. Foram selecionados 19 artigos, um pouco menos que o informado na Tabela 1, pois alguns artigos se repetiram na busca por diferentes descritores. Desconsiderou-se neste montante as buscas com os descritores relacionados ao Cepagro. A grande maioria desses 19 artigos selecionados tinha relação com as teorias dos movimentos sociais, no

qual destacaram-se trabalhos de Charles Tilly, Sidney Tarrow, Mayer Zald, Jonh D. MacCarthy, Maria Gohn, Ângela Alonso, Euzenéia Carlos.

Tabela 1 - Resultado da busca na plataforma Capes

Data	Descritor	Campo de Busca	Resultados	Selecionados
04/03/2018	"mobilização política" AND "mobilização de recursos"	Assunto	13	11
04/03/2018	"mobilização política" AND "captação de recursos"	Assunto	8	0
04/03/2018	"mobilização política" AND sustentabilidade	Assunto	34	2
04/03/2018	" <i>Political Mobilization</i> " AND " <i>Resource Mobilization</i> "	Assunto	700	5
29/03/2018	" <i>Political Mobilization</i> " AND <i>Fundraising</i>	Assunto	499	3
17/03/2018	Cepagro	Assunto	25	1
18/03/2018	"Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo"	Assunto	4	1

Fonte: Elaborado pelo autor, 2018.

Como a pesquisa visou realizar um estudo de caso do Cepagro, também foi feita uma busca com os descritores "Cepagro" e "Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo", objetivando-se mapear estudos que já tivessem sido realizados sobre a organização e que pudessem trazer elementos para esta pesquisa, especialmente em relação ao processo de contar a história da organização. Nesta busca foram encontrados 29 artigos, mas somente dois contribuíram com essa pesquisa e que, no geral, abordavam a participação do Cepagro na Rede Ecovida de Agroecologia.

A partir deste levantamento, foram definidas as categorias de análise, iniciais, sendo elas: Oportunidades políticas, Repertórios de ação, Redes sociais (Tabela 2).

Tabela 2 - Categorias de análise

Categoria de Análise	Definição
Oportunidades políticas	Dimensões formais e informais do ambiente político que se abrem ou restringem canais para expressão de reivindicações para grupo sociais fora do Estado.
Repertórios de ação	Conjunto de formas ou estratégias de ação para se realizar a incidência política.
Redes Sociais	Interações informais entre uma pluralidade de indivíduos, grupos ou associações engajados em uma causa, com base em uma identidade coletiva compartilhada.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2018.

A primeira etapa foi relacionada ao levantamento da história do Cepagro. Inicialmente foi realizada uma entrevista (Momento 1) não estruturada com o atual Coordenador de Desenvolvimento Rural do Cepagro, Charles Onassis Peres Lamb. A escolha do entrevistado se deu pelo fato de ele trabalhar na organização desde 2002, tendo vivenciado diferentes fases e tido contato, mesmo que transitório, com colaboradores dos anos iniciais. Isto permitiu que ele relatasse aspectos da trajetória da organização de maneira ampla, o que foi importante para iniciar a sistematização desta história. Esta entrevista foi realizada na sede da organização no dia 02 de maio de 2018 e teve duração de, aproximadamente, 2 horas. Além dos dados informados durante a entrevista, Charles indicou documentos que poderiam ser relevantes para a pesquisa. Além disso, indicou pessoas que fizeram parte da história da organização, especialmente nos anos de 1990, que poderiam ser entrevistadas para complementar as informações obtidas na pesquisa documental. Algumas dessas entrevistas foram realizadas e foram denominadas de Momento 2.

A partir de uma autorização da Coordenação Colegiada<sup>1</sup> do Cepagro, o pesquisador iniciou a garimpagem da documentação, o que durou aproximadamente dois meses, e foi realizado nos meses de maio e junho de 2018. A partir desta documentação, especialmente os relatórios anuais de prestação de contas, disponíveis do ano de 1991 a 2004, a história começou a ser contada. Para complementar as informações obtidas nesses documentos e confirmar outras, foram realizadas duas entrevistas (Momento 2), com alguns pontos de dúvida mapeados, para serem esclarecidos. O primeiro desses entrevistados foi um ex-coordenador de uma organização parceira do Cepagro e que vivenciou um pouco de sua dinâmica nos anos 1990. O segundo deles foi colaborador de uma organização parceira durante os anos de 1990 e que a partir dos anos de 2000 esteve presidente do Cepagro, durante alguns mandatos, e colabora com a organização até hoje.

Com grande parte da história do Cepagro já sistematizada e com a delimitação temporal de análise definida, iniciou-se a terceira fase de entrevistas (Momento 3). Desta vez foram realizadas entrevistas semiestruturadas com base em um roteiro elaborado

---

<sup>1</sup> Segundo do Regimento Interno do CEPAGRO (2018), a coordenação colegiada é composta pela Diretoria Executiva, Coordenadores de Programas, Coordenadores de Projetos, Coordenador de Comunicação e um representante da área administrativa-financeira.

pelo pesquisador. O roteiro foi composto por dez perguntas e foi elaborado com base na TPP e nas categorias de análise definidas. Essas entrevistas foram conduzidas com cinco membros e um ex-membro da Coordenação Colegiada do Cepagro, totalizando seis entrevistas, conforme Tabela 3:

Tabela 3 - Relação de entrevistados (as) Momento 3

Entrevista	Tempo de atuação no Cepagro	Dia da Entrevista	Duração Entrevista	Informações complementares	Local Entrevista
Entrevista 1	Desde 2008, mas em alguns períodos ausentes	03/07/2018	1h e 15 min	6 min	Casa Entrevistada
Entrevista 2	Desde 2012 até hoje	05/07/2018	53 min	Mandou por e-mail	Casa Entrevistada
Entrevista 3	Desde 2010 até hoje	05/07/2018	1h e 32 min	15 min	Casa Pesquisador
Entrevista 4	Desde 2002 até hoje	09/07/2018	1h e 21 min	Não necessário	CCA/UFSC Prédio Zootecnia
Entrevista 5	Desde 2010 até hoje	11/07/2018	1 h	Não necessário	CCA/UFSC Biblioteca
Entrevista 6	De 2002 até 2016	16/07/2018	56 min	Não necessário	Casa Entrevistado

Fonte: Elaborado pelo autor, 2018.

As entrevistas do Momento 3 aconteceram fora da sede do Cepagro, buscando evitar interrupções e desvio de foco. Todas as entrevistas do Momento 3 foram gravadas na íntegra, com a autorização dos entrevistados, e o pesquisador se utilizou de um caderno, onde tomou nota dos principais pontos relacionados ao objetivo da pesquisa, referenciando ao “tempo da entrevista” no qual foram mencionados, a fim de chamar mais atenção para estes na realização da transcrição. Foram gravadas cerca de sete horas de entrevistas. No decorrer das mesmas, surgiram elementos e foi adicionada uma pergunta ao roteiro. Diante disso, dois entrevistados foram consultados novamente, adicionando-se mais 21 minutos de entrevistas, conforme indica Tabela 3. A seguir, foram sintetizadas na Tabela 4 um resumo dos 3 momentos das entrevistas, indicando as características, objetivos e duração de cada.

Tabela 4 - Resumo das entrevistas

Entrevistas	Característica	Objetivo	Duração	Transcrição
Momento 1	Não estruturada	Fazer um levantamento do contexto histórico da organização. Obter referência de documentação para pesquisa e sugestão de entrevistados (Momento 2)	2h (total) 1 entrevistado	Não
Momento 2	Não estruturada	Esclarecer dúvidas que surgiram a partir das informações obtidas nos documentos do Cepagro e explorar temas relevantes para complementar os dados retirados dos documentos.	2h (total) 2 entrevistados	Não
Momento 3	Semiestruturada	Levantar informações do Cepagro a partir de um roteiro elaborado com base nas categorias de análise definidas, visando alcançar o objetivo geral da pesquisa.	7h e 21 min (total) 6 entrevistados	Sim

Fonte: Elaborado pelo autor, 2018.

Todas as entrevistas do Momento 3 foram transcritas pelo próprio pesquisador, com algumas omissões, especialmente em expressões de conexão entre falas e repetições, mas buscou-se não omitir conteúdo. Em média, gastou-se 1 hora de transcrição para cada 15 minutos de gravação. Optou-se pela transcrição das entrevistas para tentar ser o mais fiel possível à fala dos entrevistados. Pode-se dizer que uma pré-análise das entrevistas iniciou-se no processo de transcrição, quando pontos considerados relevantes pelo pesquisador foram destacados. Ao final de cada transcrição, o pesquisador reagrupou as falas de acordo com a estrutura do roteiro, visto que, em alguns casos, devido à dinâmica da entrevista e características dos entrevistados, o roteiro não foi seguido de forma sequencial. O próximo passo foi agrupar as informações obtidas nas entrevistas de acordo com as categorias de análise definidas, e que tinham uma lógica com o roteiro de entrevista. Para isso, foi elaborada uma tabela, que foi impressa em folha A0, no qual os dados foram organizados objetivando-se ter mais qualidade na análise das informações obtidas nas entrevistas.

Além das entrevistas, nesta fase da pesquisa foram analisados documentos do Cepagro, como atas de reuniões, projetos encaminhados a financiadores, editais de projetos, documentos do planejamento estratégico participativo, regimento interno, estatuto e informações do *website* da organização.

Na Tabela 5, estão resumidas as etapas da pesquisa, as técnicas de coleta de dados utilizadas em cada etapa e as técnicas de análises dos mesmos.

Tabela 5 - Etapas da pesquisa

<b>Etapas da pesquisa</b>	<b>Técnicas de coleta dados</b>	<b>Técnicas de análise de dados</b>	<b>Observações</b>
1-Descrever o histórico de atuação do Cepagro.	1.1 - Entrevistas não estruturadas (Momento 1 e 2) 1.2-Pesquisa documental	1.1-Realizada análise das entrevistas e da documentação disponibilizada pela organização.	Análise da entrevista (Momento 1), visando obter informações a respeito de documentações a serem visitados, bem como outros possíveis entrevistados (Momento 2). Pesquisa documental como base temporal de escrita da história. Análise de das entrevistas (Momento 2) para esclarecer dúvidas pontuais encontradas na análise documental.
2-Elaborar o conceito de incidência política realizada pelo Cepagro.	2.1-Entrevista semiestruturada, individual e presencial (Momento 3) 2.2-Observação Participante Natural Não Sistemática 2.3-Pesquisa documental	2.1-Realizada uma análise das entrevistas (Momento 3), com a categorização das mesmas de acordo com temas pré-definidos na pesquisa bibliográfica.	Entrevista semiestruturada para possibilitar certo grau de flexibilidade na entrevista. Realizada gravação e transcrição não literal de todas as entrevistas (Momento 3)
3-Identificar as estratégias de ação utilizadas pelo Cepagro nos processos de incidência política.		2.2-Não houve uma técnica específica de análise de dados a partir da observação participante.	
4-Analisar a relação entre a incidência política do Cepagro e a mobilização de recursos.		2.3-Análise de documentos para subsidiar e complementar os achados das entrevistas.	

Fonte: Elaborado pelo autor, 2018.

### 3 REFERENCIAL TEÓRICO

O presente capítulo expõe a fundamentação teórica sobre o tema em questão, e foi dividido em duas partes: Teoria dos Movimentos Sociais e Teoria do Processo Político. A primeira parte tratará da abordagem geral de três teorias contemporâneas dos movimentos sociais, sendo elas: Teoria da Mobilização de Recursos, Teoria dos Novos Movimentos Sociais e Teoria do Processo Político. Serão abordados alguns conceitos e limitações dessas teorias, bem como a influência que exercem mutuamente. A segunda parte, aprofundará na Teoria do Processo Político, no qual serão abordados os principais conceitos e algumas limitações e críticas recebidas. A partir desta teoria foram definidas as categorias de análise iniciais da pesquisa.

#### 3.1 TEORIAS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

As teorias contemporâneas dos movimentos sociais surgiram no final dos anos 1960 para tentar explicar questões eminentes da época. Conforme destaca Alonso (2009, p. 50-51), essas teorias contemporâneas:

[...] não se baseavam em classe, mas sobretudo em etnia (o movimento pelos direitos civis), gênero (o feminismo) e estilo de vida (o pacifismo e o ambientalismo) [...]. Tampouco visavam a revolução política, no sentido da tomada do poder de Estado. Não eram reações irracionais de indivíduos isolados, mas movimentação concatenada e solidária de milhares de pessoas.

Ainda segundo Alonso (2009), tratava-se de “movimentos”, no sentido de ações coordenadas de mesmo sentido, acontecendo fora das instituições políticas e protagonizados por jovens, mulheres, estudantes e profissionais liberais, sobretudo de classe média. As causas defendidas eram também novas, não mais voltadas para as condições de vida, ou para a redistribuição de recursos, mas para a qualidade de vida, e para afirmação da diversidade de estilos de vivê-la.

Neste contexto, surgiram paradigmas para tentar explicar esses novos movimentos. Para identificar esses paradigmas, foi utilizado o mesmo critério considerado por Gohn (1997) no seu livro “Teoria dos Movimentos Sociais – Paradigmas

clássicos e contemporâneos”, isto é, o critério geográfico-espacial. Não somente no sentido de localização espacial, mas enquanto correntes teórico-metodológicas compostas por teorias formuladas a partir de realidades específicas. Assim, serão abordados o paradigma norte-americano, também denominado paradigma racionalista estrutural, incluindo duas teorias: Teoria da Mobilização de Recursos (TMR) e Teoria do Processo Político (TPP) e; o paradigma europeu, com a Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS). O conceito de paradigma é o mesmo utilizado por Gohn (1997, p. 13):

Para nós um paradigma é um conjunto explicativo em que encontramos teorias, conceitos e categorias, de forma que podemos dizer que o paradigma X constrói uma interpretação Y sobre determinado fenômeno ou processo de realidade social. Esta explicação deve diferir da de outros paradigmas.

O paradigma racionalista estrutural emerge nos Estados Unidos nos anos 1960 e 1970, com estudos desenvolvidos a partir de novos movimentos sociais que surgiram naquele período, como movimento pelos direitos civis (contra a guerra do Vietnã), movimentos feministas e movimento negro, entre outros. Estes se diferenciavam dos movimentos de massa nos anos de 1920 e 1930, período que foram desenvolvidos os paradigmas clássicos de comportamento coletivo, os quais eram focados em abordagens psicossociais centradas nas condições de privação material e cultural dos indivíduos como principal gatilho da ação coletiva, além da irracionalidade dos atores sociais.

Conforme destaca Gohn (1997), os comportamentos coletivos eram considerados pela abordagem clássica norte americana como fruto de tensões sociais e a ideia da anomia social estava muito presente, bem como explicações centradas nas reações psicológicas às frustrações e medos, e nos mecanismos de quebra da ordem social vigente. Ainda segundo Gohn (1997), esses fatores, somados a ideologias homogeneizadores, eram condicionantes importantes para o surgimento dos movimentos sociais.

Num primeiro momento, os autores do paradigma racionalista estrutural concentram-se na dimensão estrutural e organizacional das ações coletivas. Neste sentido, destaca-se a Teoria da Mobilização de Recursos, no qual a variável mais importante, como o próprio nome indica, são os recursos, sendo eles humanos, financeiros e de infraestrutura. De acordo com Alonso (2009), a ação coletiva só se

viabiliza na presença de recursos materiais (financeiros e infraestrutura) e humanos (ativistas e apoiadores); e de organização, isto é, da coordenação entre indivíduos doutro modo avulsos. Conforme destacado por Gohn (1997, p. 50), esta teoria:

[...] enquadrou as ações coletivas em explicações comportamentalistas organizacionais, rejeitando portanto a ênfase anterior dada pelo paradigma clássica aos sentimentos, descontentamentos e quebras de normas, todos de origem pessoal.

Outra característica da TMR é que a ênfase é exclusivamente economista, baseada na lógica racional da interação entre os indivíduos, que buscam atingir metas e objetivos, e em estratégias que avaliam os custos e benefícios das ações. Sendo assim, a base deste modelo é a teoria do utilitarismo (GOHN, 1997), segundo a qual “a decisão de agir seria ato de deliberação individual, resultado de cálculo racional entre benefícios e custos” (ALONSO, 2009, p. 52).

John D. McCarthy e Mayer N. Zald foram os autores mais importantes da primeira fase da TMR no que se refere à explicação dos movimentos sociais (GOHN, 1997). Para isso, utilizaram conceitos correntes nas análises das corporações econômicas e empresariais. Dentre esses, consideravam os membros de um movimento como um grupo de interesses, que, como tais, eram consumidores de um mercado de bens. Acreditavam na especialização dos membros, tendo os líderes como gerentes, administrando recursos e coordenando ações, como destaca Alonso (2009). Segundo Gohn (1997, p. 52):

[...] eles trabalharam com categorias como "organização de movimentos sociais". Isto porque os movimentos seriam estimulados não apenas pelos interesses de seus membros, mas também pelos de agentes governamentais, entidades particulares e muitas outras organizações interessadas na promoção do produto-objeto de demanda do movimento ou que ganhariam algo com ela.

Um outro conceito da TMR é o da “indústria dos movimentos sociais”, o conjunto de todas as organizações de movimento social que possuem como objetivo atingir as preferências mais amplas de um movimento social. Segundo Alonso (2009, p. 52):

[...] vários movimentos podem se formar em torno de um mesmo tema, compondo uma “indústria de movimento social”, na qual haverá cooperação, mas também

competição, em torno de recursos materiais e de aderentes a serem garimpados num mercado de consumidores de bens políticos.

Algumas críticas foram direcionadas a Teoria da Mobilização de Recursos. Uma delas é o fato de o ator social ser visto de maneira universalizada, considerando somente a experiência de um tipo particular de ser humano, conforme Gohn (1997, p. 55): “a raça branca, as camadas médias da população, em países do capitalismo desenvolvido do Ocidente”. Isso criou um viés político de análise da teoria, ignorando as ações de grupos sociais subordinados, suas ideologias, valores e cultura.

Outra crítica endereçada a TMR por Gohn (1997) se refere ao fato da teoria excluir valores, normas, ideologias, projetos, cultura e identidade dos grupos sociais estudados, bem como silenciar o papel das crenças e emoções no comportamento coletivo. Adicionando elementos à crítica, Mayer (1992 apud GOHN, 1997) sugere que novos movimentos que surgiram na época, como movimento pela paz e ecológicos, não se enquadravam nas características da TMR, porque eram descentralizados, formados por grupos de afinidade, no qual crenças e ideologias desempenhavam importantes papéis no processo de mobilização.

Para finalizar, e não menos importante, outra lacuna identificada nos estudos segundo a TMR estaria em desconsiderar o contexto sociopolítico nos quais os movimentos estão inseridos para se entender seus processos de mobilização. Conforme Gohn (1997, p. 58), “poucos estudos atentaram para a institucionalização das demandas dos movimentos e para os efeitos deste processo sobre eles próprios e sobre o sistema político como um todo”.

Também nos anos 1960 e 1970 surge na Europa a Teoria dos Novos Movimentos Sociais (NMS). Conforme Gohn (1997, p. 121), essa teoria surgiu:

[...] partindo da inadequação do paradigma tradicional marxista, denominado por alguns clássico ou ortodoxo, para a análise dos movimentos sociais que passaram a ocorrer na Europa a partir dos anos 60 deste século, assim como fazendo a crítica aos esquemas utilitaristas e às teorias baseadas na lógica racional e estratégica dos atores (que analisavam os movimentos como negócios, cálculos estratégicos, etc.).

Segundo Alonso (2009), os principais autores desta teoria são Alain Touraine, Jurgen Habermas e Alberto Melucci, que apesar de terem abordagens próprias sobre a

teoria, trazem a cultura como tema central na explicação dos movimentos sociais. Assim, a TNMS foi construída a partir de um modelo teórico baseado na cultura, na ideologia, nas lutas sociais cotidianas, na solidariedade entre as pessoas e no processo de identidade criado. Desta forma, identidades e ideologias passaram a ser vistas como recursos culturais nos processos de mobilização (GOHN, 1997).

A TNMS contraria a teoria marxista que trata a ação coletiva apenas no nível das estruturas e das ações das classes sociais, e traz um enfoque no poder de transformação da ação dos indivíduos, independente dos condicionamentos das estruturas. Isto é, os indivíduos são capazes de alterar a ordem social por meio de suas ações coletivas.

Ainda segundo a TNMS, a análise dos movimentos sociais não pode se contentar somente com as bases do utilitarismo para explicar o comportamento dos atores, como no caso da TMR. Isto porque a ação coletiva não estaria restrita a negociações e a cálculos estratégicos entre adversários. Conforme destaca Carlos (2011, p. 153), na TNMS:

[...] a ação coletiva não se restringe às trocas, negociações e cálculos estratégicos de custo e benefícios, possibilitando a compreensão de certos movimentos contemporâneos cujas lutas se desenvolvem de modo conectado com questões culturais (simbólicas e identitárias), em um vasto campo cultural no qual se formam laços de confiança e solidariedade.

Outra característica da TNMS é que elimina o sujeito histórico redutor da humanidade, que é predeterminado. Este novo sujeito que surge é, conforme Gohn (1997), um coletivo difuso, não hierarquizado, que tem suas ações fundamentadas em valores tradicionais, solidários e comunitários. Possui capacidade reflexiva, é consciente de sua ação e atribui significado às mesmas, e por isso, orienta-se por valores próprios. Neste sentido, Gohn (1997) avança sugerindo que os atores sociais produzem a ação coletiva porque são capazes de se auto definir, em relação a si mesmos e a seu relacionamento com o meio ambiente, e esses atores criam uma identidade coletiva que permeia as ações do grupo. Adicionalmente, Gohn (1997) sugere que esta identidade coletiva é mais importante que a racionalidade instrumental ou estratégica conforme defendido pelos teóricos da TMR.

A identidade coletiva é abordada na TNMS. Melucci se dedicou a produzir esta teoria, visando elucidar os processos que levam os indivíduos a se envolverem e se engajarem numa ação coletiva. Conforme destaca Melucci (1989, p. 53-54):

[...] os participantes da ação coletiva não são motivados apenas pelo que eu chamaria de uma orientação econômica, calculando custos e benefícios da ação. Elas também estão buscando solidariedade e identidade, que, diferentemente de outros bens, não são mensuráveis e não podem ser calculados. [...]. Eles se concentram nas necessidades de auto-realização, mas não numa orientação política, porque contestam a lógica do sistema nos campos culturais e na vida cotidiana das pessoas.

Segundo Melucci (1995), a identidade coletiva é um processo que envolve três mecanismos para a sua constituição, sendo eles: a) a definição cognitiva concernente a fins, meios e campos de ação; b) a rede de relacionamentos ativos entre os atores que interagem, comunicam e influenciam uns aos outros, negociam e tomam decisões; c) requer um certo grau de investimento emocional, o que faz com que os indivíduos sintam-se parte de uma unidade comum.

Desta forma, a identidade coletiva é construída no desenvolver da ação coletiva, através da interação dos indivíduos, no compartilhamento de valores, em trocas emocionais e afetivas. Gohn (1997) afirma que a identidade coletiva também é um processo de aprendizagem dos sistemas de relações e representações da ação coletiva, no qual existe uma auto-reflexão, por parte dos atores sociais, sobre o significado das ações que é incorporada nas práxis do grupo. Alonso (2009, p. 66) leciona que:

A identidade coletiva seria produzida a partir da definição de um framework cognitivo acerca dos fins, meios e campo da ação; da ativação prática de relações entre atores (interação, comunicação, influência, negociação, tomada de decisão); e do investimento emocional que os leva a se reconhecerem como membros de um grupo.

Ainda conforme Alonso (2009), Touraine contribui com a TNMS retomando o conceito de “sociedade civil” como um espaço apartado do Estado e do mercado, no qual a inovação social poderia se configurar. Desta forma, defende que os movimentos sociais nasceriam dentro da “sociedade civil” e seriam portadores de uma nova imagem de sociedade e buscariam mudar as orientações valorativas. Isto reforça a ideia do ator

social capaz de alterar a ordem social vigente a partir da ação coletiva. Alonso (2009, p. 61) sugere que os movimentos sociais:

Em vez de demandar democratização política do Estado, demandariam uma democratização social, a ser construída não no plano das leis, mas dos costumes; uma mudança cultural de longa duração gerida e sediada no âmbito da sociedade civil.

Outro tema abordado pelo TNMS e, depois, absorvido em parte pela TPP, são as redes. Conforme destacam Alonso (2009) e Carlos (2011), Melucci é o autor da TNMS que trata desse termo no sentido de “estruturas de mobilização”, enfatizando as “redes de relacionamento”, nas quais se constituiria a motivação para a ação coletiva e a própria interação. As “redes de relacionamento” seriam espaços para construção das identidades coletivas, algo que é processual, sujeito a redefinições, conforme as negociações dos agentes.

A partir de um debate e análises comparativas entre a Teoria da Mobilização de Recursos e a Teoria dos Novos Movimentos Sociais, surge a Teoria do Processo Político. Esta surge buscando preencher lacunas da TMR e, para isso, utilizou-se de alguns conceitos e referências da Teoria dos Novos Movimentos Sociais. Segundo Gohn (1997, p. 15):

Nos anos 80 o paradigma norte americano desenvolveu um intenso debate com uma das correntes europeias – a dos Novos Movimentos Sociais -, o que levou a alterações nas duas abordagens. O resultado foi a criação de uma nova corrente teórica envolvendo americanos e europeus, que passou a predominar na América e na qual a grande ênfase está no processo político das mobilizações e nas bases culturais que lhes dão sustentação (em vez da ênfase nas bases econômicas, características das abordagens norte-americanas entre os anos 70 e parte dos anos 80). Estrutura das oportunidades políticas foi a categoria base desenvolvida.

### 3.2 A TEORIA DO PROCESSO POLÍTICO

A Teoria do Processo Político destaca o desenvolvimento do processo político, o grau de organização dos grupos demandatários, a influência da cultura e o foco no processo relacionado à interpretação das ações coletivas. Isto é, as ideias, a linguagem, os símbolos, as práticas de resistência cultural passaram a ser vistas como veículos de significados sociais que configuravam as ações coletivas. Nesse processo de reformulação da TMR, conforme destaca Carlos (2011, p. 153):

[...] os teóricos do processo político, permanecendo com o enfoque na racionalidade e estratégia da ação, substituíram a centralidade atribuída à mobilização de recursos econômicos e organizacionais pela dimensão política e cultural do movimento social, cuja ênfase recaiu sobre o papel do contexto político-institucional na emergência da ação coletiva.

A lógica instrumental-racionalista continua presente na teoria, entretanto com um menor foco na mobilização de recursos econômicos, passando a considerar a dimensão política, a influência da cultura na ação coletiva, bem como o enfoque no indivíduo e não mais somente nas organizações.

A TPP “reintroduziu a psicologia social como instrumento para a compreensão dos comportamentos coletivos dos grupos sociais” (GOHN, 1997, p. 73), isto é, os descontentamentos, os valores e as ideologias foram resgatados a partir do entendimento da identidade coletiva dos grupos e da interação com as culturas destes, fato que era desconsiderado na TMR. Conforme destaca Alonso (2009, p. 53), ambas as teorias, TPP e TNMS, “insurgiram contra explicações deterministas e economicistas da ação coletiva e contra a ideia de um sujeito histórico universal.”

Como principais autores da teoria, destacam-se Charles Tilly, Sidney Tarrow e Doug McAdam. “As abordagens desses autores não são uniformes, há ênfases que remetem à criação de novos conceitos” (GOHN, 1997, p. 71). Além disso, a própria teoria encontra-se em processo com transformação e reconstituição, à medida que os movimentos sociais e a sociedade se transformam. O processo é dinâmico e as teorias evoluem na tentativa de dar respostas a essas transformações.

Em entrevista realizada em 2011, quando questionado sobre o motivo de ter escrito pelo menos duas vezes o livro “Poder em Movimento”, Tarrow destaca a mudança na sua abordagem intelectual no passar dos anos, Alonso e Botelho (2012), justificando essas transformações.

Para McAdam, Tarrow e Tilly (2009), o surgimento e a consolidação de qualquer ação coletiva estão relacionadas a um ambiente externo de abertura democrática e oportunidades políticas, em que os indivíduos são encorajados ou desestimulados a engajar-se em lutas políticas. Tarrow (2009, p. 38-39), entende:

Oportunidades políticas como dimensões consistentes – mas não necessariamente formais, permanentes ou racionais – da luta política que encorajam as pessoas a se engajar no confronto político. Entendo as restrições

como fatores – tal como repressão, mas também algo semelhante à capacidade das autoridades de colocar barreiras solidas aos insurgentes – que desencorajam o confronto. [...] O confronto político surge quando cidadãos encorajados reagem a oportunidades que diminuem os custos da ação coletiva, revelam aliados potenciais, mostram os pontos mais vulneráveis das elites e autoridades e conduzem redes sociais e identidades coletivas à ação em torno de temas comuns.

Em relação às oportunidades políticas, Gohn (1997) cita as contribuições de Tarrow (1998), o qual destaca que os movimentos são criados quando oportunidades políticas se abrem para atores sociais que usualmente são carentes. Essas oportunidades são criadas pelo Estado, gerando um ambiente favorável por meio de incentivos e oportunidades para mobilizar e difundir as ações coletivas para os movimentos ampliados. Tarrow (1998) argumenta que, quando há mudanças nas oportunidades políticas, isto é, nas dimensões formais e informais do ambiente político, se abrem ou se criam novos canais para expressão de reivindicações para grupos sociais de fora da política.

Essas mudanças de oportunidades políticas são analisadas por Tarrow (2009) em 05 dimensões: a abertura do acesso para novos atores; o realinhamento político no interior do sistema; o surgimento de aliados influentes; as divisões emergentes no interior da elite e; o declínio na repressão pelo Estado.

Alonso (2009, p. 56) destaca que “a mobilização se baseia num conflito entre partes, uma delas momentaneamente ocupando o Estado, enquanto a outra fala em nome da sociedade”. Segundo a autora, usa-se “momentaneamente” pois essas posições são dinâmicas, isto é, os atores migram entre elas. Assim, Alonso (2009) sugere que a TPP opõe os “detentores de poder”, que possuem controle e acesso ao governo, e os “desafiantes”, que visam obter influência sobre o governo e acesso aos recursos controlados pelos opositores.

Nesse processo de conflito, para a ação coletiva se consolidar, além das oportunidades políticas, é necessário que os desafiantes criem ou se apropriem de estruturas de mobilização preexistentes, como associações. Nesse caso, pode-se citar o papel das organizações não governamentais nos processos de mobilização, e redes de relacionamento, que fornecem bases organizacionais para os movimentos (GOHN, 1997; ALONSO, 2012). Tarrow (2009, p. 106-107) pondera que, “em sua maioria, as

oportunidades e restrições são situacionais e não podem compensar por muito tempo as fraquezas em recursos culturais, ideológicos e organizacionais”, sendo estes, recursos internos ao movimento necessários para sustentar o confronto. Assim, reforça-se o papel das estruturas de mobilização para a consolidação da ação coletiva.

MacAdam, Tarrow e Tilly (2009) definem o confronto político como reinvidicações que as pessoas sem poder fazem, de maneira coletiva, a outras pessoas poderosas, visando a superação de condições existentes. Conforme destaca Silva (2015), inicia-se o confronto por meio de demonstrações públicas, mostrando a validade das demandas do movimento, bem como o comprometimento com a causa defendida. Desta forma, não necessariamente o termo confronto está vinculado ao uso da violência e sim em reivindicar, em mostrar as demandas da causa defendida. O uso ou não da violência estará mais vinculado com as formas de ação do movimento e ou organização.

Um outro conceito característico da TPP são os repertórios, tendo como principal pesquisador Charles Tilly. Alonso (2012) destaca que Tilly, inicialmente, utilizou-se o termo repertório, da música, para designar o pequeno leque de maneiras de fazer política num dado período histórico, visando incluir a cultura no processo político. Nesse contexto, repertório assume o significado de conjunto de formas de ação. Já no clássico *From Mobilization to Revolution* (1978), o termo aparece como um conjunto limitado de rotinas que são aprendidas, compartilhadas e executadas através de um processo relativamente deliberado de escolha. Tarrow (2009) observa que no trabalho publicado por Tilly em 1995, denominado *Popular Contention in Great Britain, 1758-1834*, o termo repertório de confronto foi definido como as maneiras através das quais as pessoas agem juntas em busca de interesses compartilhados. Mais tarde, Tilly enfatizou a ideia de performance, isto é, ao mesmo tempo que os movimentos reproduzem velhos repertórios, eles também improvisam e os reinterpretam (ALONSO, 2012). Entretanto, mesmo com algumas variações conceituais, de acordo com Abers, Serafim e Tatagiba (2014), Tilly empregou o conceito de repertório para analisar as escolhas feitas pelos movimentos não no que se refere ao conteúdo da ação coletiva, mas à sua forma.

Embora a noção de repertório de ação coletiva, como Tilly e Tarrow a descrevem, seja útil para compreender a ação dos movimentos sociais, esta apresenta limites para o entendimento da realidade brasileira (ABERS, SERAFIM, TATAGIBA, 2014). Na

abordagem de Tilly e Tarrow, a categoria protesto é componente central do repertório. Entretanto, o caso brasileiro desafia esta concepção pela contínua atuação dos movimentos no interior do Estado e a partir da forte interação com agentes públicos (ABERS, SERAFIM, TATAGIBA, 2014). Essa atuação dentro do Estado pode se dar por meio de arenas participativas ou assumindo posições na burocracia, transformando o próprio Estado em espaço de militância política. As autoras lembram, ainda, que:

[...] no caso brasileiro, a própria criação de movimentos importantes resulta de alianças entre indivíduos dentro e fora do Estado, o que coloca em xeque a visão do Estado como contraponto do movimento (ABERS, SERAFIM, TATAGIBA, 2014, p. 331).

A partir disso, Abers, Serafim e Tatagiba (2014) sugerem complementar a noção original do conceito de repertório de Tilly com o conceito de “repertório de interação” entre Estado e sociedade civil. Isto é, um uso mais abrangente da noção de repertório, incluindo formas de ação coletiva de base mais colaborativa, o que permitiria incorporar a diversidade de estratégias utilizadas pelos movimentos sociais brasileiros nessa relação com o Estado.

Desta maneira, será utilizado nesta pesquisa o termo repertório no sentido de “estratégias de ação” (ABERS, SERAFIM, TATAGIBA, 2014; LÜCHMANN, NICOLETTI, SCHAEFER, 2017; TABORDA, 2018), com o qual será analisada a ação de incidência política do Cepagro. Essa ação pode ter um caráter de conflito/confronto e/ou de interação e colaboração, a depender das demandas, das estruturas de oportunidades, dos recursos, perfis e avaliações dos diferentes movimentos ou organizações.

Gohn (1997) também aborda o conceito dos *frames* de ações coletivas, que seriam os marcos referenciais significativos e estratégicos da ação coletiva, isto é, que dão suporte e sustentação às ações, ao expressar os significados atribuídos a elas, tornando-se orientações e estratégias de mobilização dos movimentos sociais. Nos frames de ações coletivas, o elemento cultural da TPP aparece de forma clara. Como sugere Tarrow (2009), a construção de quadros interpretativos fará sentido para as predisposições culturais de uma população, isto é, a interpretação que se dá às ações dependerá do contexto local.

Outro elemento da TPP são os ciclos de protesto. Segundo Tarrow (2009), o ciclo é definido como a fase de conflitos e disputas intensificadas nos sistemas sociais, incluindo rápida difusão da ação coletiva, estímulos de inovação política e criação de novos frames de ação coletiva, uma combinação de participação organizada e não organizada, sequências de interações entre desafiantes e autoridades que podem resultar em reformas, repressões e, algumas vezes, revoluções. Mcadam, Tarrow e Tilly (2009) destacam os movimentos dos ciclos, que vão de uma fase expansiva para uma retração, alterando as situações estratégicas e mudando a atratividade relativa das diferentes formas de interação. Esses ciclos de protestos, em alguns casos, estão diretamente relacionados com as oportunidades políticas, consideradas num período histórico mais amplo.

Para finalizar, um outro termo citado pelos autores desta teoria são as redes sociais. Destacam que, com a “modernidade”, a relação social colaborativa passa a fazer parte da identidade do indivíduos, isto é, o indivíduo liberta-se de um isolamento da sociedade pré-moderna passando a se inserir numa rede social. E esse processo de inserção social é um forma de mobilização de indivíduos para os movimentos, ligadas as comunidades de identidade comunicadas por meio de redes sociais.

Gohn (1997) observa que Tarrow se aproxima de Melucci e do conceito de redes, antes negado por ele, quando defende que uma população dispersa só se organiza em uma ação comum quando se mobiliza dentro de redes e entendimentos culturais compartilhados. Ainda segundo Gohn (1997), a ênfase na rede se dá no sentido de como as pessoas estão organizadas, que valores compartilham e como se estabelece a confiança e à cooperação.

Desta forma, diferentemente da TMR, para a TPP os movimentos sociais não dependem apenas de organizações para terem sucesso, mas também de redes sociais que permitam conexões informais que liguem pessoas e as próprias redes entre si (TARROW, 2009). Tarrow (2009) cita Mario Diani ao reportar-se às redes sociais. Segundo Diani, os movimentos sociais são redes não hierárquicas e formas de organização com fronteiras fluidas definidas pela identidade coletiva, isto é, pelo reconhecimento mútuo de atores como membros do movimento interligados por uma cultura e solidariedade distintas (DIANI, 2003 apud CARLOS, 2011).

Mesmo passando a considerar as redes sociais nos estudos dos movimentos sociais, percebe-se que a TPP aborda de maneira superficial a atuação dessas redes, bem como os processos de construção de solidariedade e identidades entre os participantes dos movimentos. Na visão de Carlos (2011), o foco na racionalidade, nas estratégias de ação e nas oportunidades políticas conduziu a uma análise refratária a outras dimensões do ator social. Nesse sentido, a TPP recebeu críticas de estudiosos da TNMS, que focaram os estudos em aspectos simbólicos e cognitivos na formação das identidades coletivas. Carlos (2011), afirma que tanto as escolas norte-americanas, enfatizando a estratégia dos atores no alcance de seus objetivos, como as europeias, enfatizando a identidade coletiva dos sujeitos na formação dos movimentos sociais, impediram uma visão mais abrangente deste fenômeno social; capaz de esclarecer de modo integrado, tanto as questões internas da ação coletivas quanto a relação dos participantes com atores político-institucionais, como o Estado.

Para cobrir essa lacuna nas teorias supracitadas, Carlos (2011) cita os estudos de movimentos sociais utilizando a análise de redes. Esses assumem como premissa que as relações sociais estabelecidas entre indivíduos, atores coletivos, associações e/ou organizações constituem um elemento central na estruturação da vida social. Ainda segundo Carlos (2011, p. 154):

[...] a análise de redes sociais possibilita reconstruir o denso e complexo tecido relacional que estrutura as relações entre atores no interior de grupos e organizações específicas ao movimento e, por extensão, desses com atores político-institucionais.

Este estudo dos movimentos sociais a partir da análise de redes deu origem a Teoria de Redes de Movimento Social, TRMS, tendo como autores dessa linha Diani (1992, 2003a, 2003b), Scherer-Warren (2006, 2008, 2011), Lavallo, Castello e Bichir (2006, 2007). Essa Teoria não será detalhada nesta seção. Entretanto, ao tratar do trabalho em rede do Cepagro como estratégia para a incidência política, alguns elementos dessa teoria serão utilizados.

Partindo-se do princípio que a incidência política ocorreria entre a organização, as redes, o movimento e o Estado, escolheu-se da Teoria do Processo Político como base para compreender o processo de incidência política praticado pelo Cepagro. Entretanto,

sabia-se das limitações da teoria, considerando o objetivo da pesquisa e o contexto da organização estudada. A primeira limitação se refere ao fato de a TPP trazer uma centralidade nas oportunidades políticas criadas pelo Estado, desconsiderando a sociedade civil enquanto um polo de força e dinamismo próprio, isto é, desconsiderando o trabalho de articulação e incidência realizado pelas organizações, como possível, influenciador da criação das oportunidades políticas. Outra questão é que o conceito de repertório de ação abordado na TPP foi concebido sob a ótica das dinâmicas contenciosas e de conflito e na pesquisa percebeu-se que a relação do Cepagro com o Estado é, predominantemente, de interação e colaboração. Com isso, avançou-se para o conceito de repertórios de interação, entendido como estratégias de ação de incidência política. Adicionalmente verificou-se que a incidência política do Cepagro extrapola a relação com o Estado e também ocorre com os grupos de base, parceiros e a sociedade civil em geral. Uma outra limitação da TPP se refere à abordagem superficial das redes sociais, especialmente no que diz respeito à construção de solidariedade e identidade dos participantes do movimento. Para cobrir essa lacuna, buscou-se elementos na Teoria de Redes de Movimentos Sociais para compreender os fios e os elos destas redes.

Importante destacar que a análise foi realizada em relação à atuação de uma organização não governamental, mas que para isso utilizou-se de uma teoria de movimento social. Primeiramente, isto justifica-se pelo fato de a TPP trazer como característica, herdada da TMR, o destaque às estruturas de mobilização como fator necessário para consolidação do movimento, e uma dessas estruturas de mobilização seria a das organizações formais, como por exemplo, as organizações não governamentais. Adicionalmente, considerou-se o fato de o Cepagro fazer parte do movimento social da agroecologia e que as ações da organização impactam no movimento, bem como as ações do movimento impactam na organização.

Colaborando com esse tema, faz-se menção a dois dos cinco grupos que compõem o amplo universo das ONGs, conforme proposto por Andion (2007), sendo eles: ONGs históricas (de assessoria) e aquelas ligadas aos “novos movimentos sociais”. Partindo-se da premissa destacada pela autora de que “as fronteiras entre esses grupos nem sempre são claras” (ANDION, 2007, p. 127), entende-se que o Cepagro estaria entre ambos, os quais tem em comum a estreita ligação com os movimentos sociais, entretanto

predominam características de uma ONG histórica (de assessoria), conforme características apresentadas na Tabela 6.

Tabela 6 - Síntese dos principais grupos de ONGs

<b>Grupos de ONGs</b>	<b>Características</b>	<b>Exemplos</b>
Históricas ou de assessoria	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Atuação junto aos grupos populares de base (no meio rural e urbano).</li> <li>- Legitimidade refere-se ao apoio aos grupos desfavorecidos.</li> <li>- Apoiadas pelos movimentos sociais e por organismos da cooperação internacional voltadas ao desenvolvimento dos países do Terceiro Mundo e pela Igreja.</li> <li>- Atuação tradicionalmente anti-institucional, questionadora do sistema capitalista e da ação do Estado.</li> </ul>	Centros de educação popular. Algumas ONGs de apoio à agricultura familiar.
Históricas e mais recentes ligadas aos Novos Movimentos Sociais	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Não separação entre organização e movimento social.</li> <li>- Afirmação de múltiplas identidades coletivas, pluralidade.</li> <li>- Atuação tanto no meio urbano, como rural e junto a grupos populares ou não.</li> <li>- Apoiados pela cooperação internacional, pelo Estado e pelo setor empresarial.</li> </ul>	ONGs ambientalistas. ONGs feministas. ONGs de prevenção da AIDS. ONGs de defesa de direitos dos homossexuais, transexuais e transgênero ONGs de apoio às crianças e adolescentes.
Mais recentes formada por técnicos	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Atuação técnica, acima do político.</li> <li>- Ênfase na articulação e nas parcerias.</li> <li>- Apoiados pelo Estado e pelo setor empresarial, e, em alguns casos, pela cooperação internacional.</li> </ul>	ONGs de inserção profissional. ONGs de prestação de serviços nas áreas sociais: saúde, educação, cultura e esporte
Mais recentes ligadas ao investimento social privado	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Atuação a-política.</li> <li>- Ênfase na ação cívica e no voluntariado.</li> <li>- Apoiadas pelo setor empresarial.</li> </ul>	Fundações e Institutos empresariais.
Filantrópicas	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Atuação ligada à assistência aos pobres e excluídos, vinculada à ideia de caridade.</li> <li>- Apoiadas pela Igreja, pelas próprias famílias dos usuários, pelo Estado e pelo setor empresarial.</li> </ul>	ONGs de apoio à inserção de portadores de deficiências. Hospitais filantrópicos. ONGs de assistência.

Fonte: Andion (2007, p. 133).

Assim, pelo fato dessa estreita ligação do Cepagro com movimentos sociais, em especial o movimento da agroecologia; por fazer parte de redes que compõe movimentos sociais e; pela longa história de atuação da organização no campo, junto a grupos de base, outras organizações e o próprio Estado; julgou-se possível e adequado utilizar-se

de elementos e conceitos de uma teoria de movimento social para contribuir na compreensão do processo de incidência política da organização.

## **4 SOBRE O CEPAGRO E OS DESAFIOS DA MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS**

Neste capítulo será contada a história do Cepagro, entre os anos de 1990 e 2006, visando sistematizá-la de maneira escrita, bem como identificar elementos que evidenciam pontos relativos à teoria e que colaborem com a análise da pesquisa. Serão tratados desafios da mobilização de recursos da organização sob dois focos: O primeiro, diz respeito à redução da atuação da cooperação internacional no Brasil; e o segundo, se refere a priorização atual dos financiadores em resultados quantificáveis de curto prazo. Adicionalmente, será tratada sobre a abordagem da mobilização de recursos utilizada nesta pesquisa, bem como a classificação dos mesmos.

### **4.1 A HISTÓRIA DO CEPAGRO ENTRE 1990 E 2006**

Santa Catarina é um estado caracterizado pela predominância da agricultura familiar. A partir de 2006, com a Lei n. 11.326/2006 (BRASIL, 2006), que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, foram definidos alguns critérios que determinam o pertencimento, ou não, de uma produção agrícola em um contexto familiar. De acordo com a lei, para ser considerado como agricultor familiar é preciso que a propriedade tenha, no máximo, quatro módulos fiscais, onde seja utilizada predominantemente mão de obra da própria família, assim como a base de sustentação da renda familiar tenha origem nas atividades econômicas vinculadas ao próprio empreendimento. O tamanho do módulo fiscal varia de acordo com o município, mas no estado de Santa Catarina, cada módulo fiscal, varia entre 12 e 20 hectares (EMBRAPA, 2012).

Segundo o Censo Agropecuário de 2006, (IBGE, 2006), a agricultura familiar representava quase 170 mil estabelecimentos agropecuários no estado de Santa Catarina, o que correspondia a 87% do total, conforme Tabela 7. Apesar disso, com base na análise dos documentos do Cepagro, a agricultura familiar no estado, nos anos 1980, tinha um baixo nível de organização e poucos atores sociais que se dedicassem ao seu desenvolvimento. Essa foi uma das razões que fizeram com que organizações não

governamentais, instituições públicas de pesquisa e de extensão e universidades desenvolvessem formas de apoiar o desenvolvimento da agricultura familiar no estado.

Tabela 7 - Estabelecimentos agropecuários de Santa Catarina

Tipos Agricultura	Estabelecimentos Agropecuários		Área Total (ha)	
	Número	%	Número	%
Familiar	168.544	87	2.645.088	44
Não Familiar	25.119	13	3.395.047	56
Total	193.663	100	6.040.134	100

Fonte: Censo Agropecuário 2006 (IBGE, 2006).

No final dos anos de **1980**, João Augusto, naquela época, funcionário da antiga Acaresc, antecessora da Epagri visitou a França, Alemanha e Áustria, nos meses de junho e julho de 1987, por meio de um Acordo de Cooperação firmado entre a Acaresc e a organização alemã *Deustsche Gesellschaft fur Technische Zusammenarbeit* (GTZ). Outros intercâmbios ocorreram naquele período, com base em um Acordo de Cooperação entre Acaresc e a organização francesa *Actions Locale Pour Développement Internationale Solidaire* (Aldis). Nesses processos de intercâmbio, foi possível conhecer um pouco mais da agricultura familiar daqueles países e o trabalho desenvolvido por entidades ligadas ao meio rural, especialmente a organização francesa chamada Centro de Estudos e Desenvolvimento da Agricultura de Grupo (Cedag), que inspirou a estruturação e organização do Cepagro.

A partir dessas experiências, surgiu a ideia de formar uma organização que assessorasse os agricultores familiares em suas iniciativas de organização solidária e que não fosse ligada ao serviço público. Assim, o Cepagro foi criado em 1990 e foi registrado no Cartório Civil de Pessoas Jurídicas de Florianópolis, livro A-16, fls. 154, nº 1528, em 9 de maio de 1990 (Anexo I).

A estrutura organizacional do Cepagro tinha na Junta Administrativa sua instância maior de decisão, sendo a mesma formada por outras organizações que atuavam na base. Esta Junta Administrativa teria um presidente com mandato de 02 anos, alternando entre as organizações que fizessem parte da mesma. A primeira Junta Administrativa foi formada pelas seguintes organizações: Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense (Apaco), Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Santa Catarina (Fetaesc), Associação dos Condomínios de Armazenagem

do Vale do Araranguá (Acava), Associação Estadual de Condomínios de Suinocultura (Aecos) e Cooperativa Central de Assentamentos de Santa Catarina (CCA/SC). Nesta Junta Administrativa estavam representados 342 grupos, com 3.800 agricultores ligados a essas organizações.

O Cepagro foi criado como uma organização de segundo grau, isto é, uma organização de articulação, a nível estadual, dos interesses da causa da agricultura de grupo, e não atuava diretamente com os grupos de base. Tinha um caráter pluralista, pois era composto por diversas organizações de base dos pequenos agricultores e não tinha caráter de representação dessas organizações, na sua concepção inicial. Importante destacar que o Cepagro não surgiu segundo a lógica de ser uma “ONG de técnicos” para assessorar os agricultores, sim como uma organização a ser dirigida pelos agricultores para atender aos seus interesses. Desta maneira, conforme seu Estatuto de 1990, o Cepagro tinha como principal finalidade:

[...] recuperar as iniciativas de produção baseadas no trabalho solidário entre os agricultores e, a partir daí, animar um projeto de agricultura de grupo capaz de favorecer o progresso e a conseqüente perenização das unidades familiares de produção, facilitando o acesso às inovações, de tal forma que possam atuar como unidades econômicas, sem contudo perderem seu caráter principal, pois elas constituem para seus ocupantes modo e meio de vida (CEPAGRO, 1990, não paginado).

Naquela época, a agricultura de grupo era entendida no Cepagro como um instrumento poderoso para fortalecer e organizar a agricultura familiar no estado, que contribuía no sentido de:

Figura 1 - Agricultura de grupo entendida pelo Cepagro

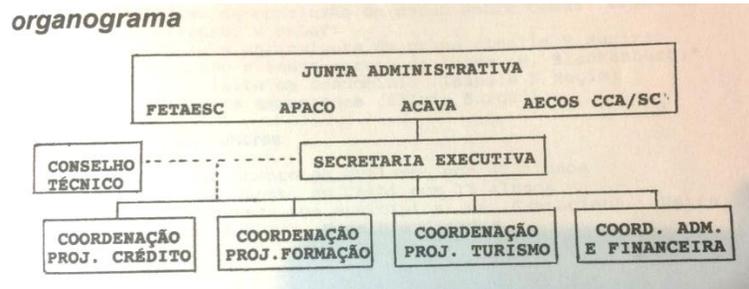
a) Manter vivo o meio rural onde trabalham e vivem os pequenos agricultores.  
 b) Evitar com isso o êxodo rural desenfreado que incha as cidades, torna os campos desertos e contribui à destruir a cultura dos agricultores.  
 c) Garantir o acesso das pequenas propriedades ao progresso técnico, condição indispensável à sua sobrevivência.  
 d) Aumentar o poder de negociação dos pequenos agricultores nas suas relações com os vendedores de insumos e compradores da produção.  
 e) Facilitar a articulação e o entendimento dos pequenos agricultores entre si e com outros setores da sociedade.

O CEPAGRO entende que ao Estado, no seu legítimo papel de reduzir as desigualdades, cabe estabelecer políticas diferenciadas que permitam o progresso dos pequenos produtores e que nesse contexto a agricultura de grupo tem importante responsabilidade. Sobre todos os projetos o compromisso claro do CEPAGRO com os pequenos agricultores e com a construção de uma sociedade mais justa.

Fonte: Boletim "Agricultura de Grupo" n. 1 outubro, 1990.

O funcionamento diário do Cepagro foi assegurado por uma Secretaria Executiva, órgão superior de execução, e Coordenações Técnicas, conforme os projetos trabalhados. A Secretaria Executiva era responsável pela coordenação geral das atividades e respondia pela administração diária da organização, segundo a orientação da Junta Administrativa e sua presidência. As atividades de assessoria, apoio, animação, articulação e promoção das iniciativas da agricultura de grupo eram desenvolvidas pelos Coordenadores Técnicos, contratados e assalariados do próprio Cepagro e/ou a serviço de projetos trabalhados pelo mesmo em parceria com órgãos do governo. Também existia um Conselho Técnico, um órgão de análise e aconselhamento sobre temas importantes para a agricultura de grupo, contribuindo para a tomada de decisão da organização (CEPAGRO, 1993). Essa estrutura é apresentada no organograma a seguir:

Figura 2 - Organograma Cepagro 1992



Fonte: Relatório de Atividades e Prestação de Contas 92/93.

O Cepagro surge num contexto político de redemocratização do país. Para Armani (2001), o período a partir de meados da década de 1980 foi caracterizado pela projeção da participação e do controle social sobre as políticas públicas, cujo início simbólico pode ser estabelecido com a aprovação da Constituição de 1988. Entre as inovações mais relevantes para a sociedade civil, destacavam-se a expansão dos direitos de cidadania política, a introdução de novos direitos socioeconômicos e o estabelecimento dos princípios de descentralização e participação popular institucionalizada na promoção de políticas sociais, a exemplo do orçamento participativo (ARMANI, 2001). Para as organizações da sociedade civil, de acordo com a Abong (2007), a Constituição de 1988 estabeleceu um novo papel político às mesmas na democracia brasileira. Com base em uma concepção democrática participativa, destacou-se o papel de protagonista dessas organizações no exercício do controle social e na influência sobre as políticas públicas em todos os níveis da Federação (ABONG, 2007).

Por meio de um acordo com a Acaresc, o Cepagro iniciou suas atividades funcionando numa sala do Centro de Treinamento da Epagri (Cetre), em Florianópolis. O acordo previa a cessão de uma sala equipada e de dois profissionais em tempo integral (coordenador administrativo-financeiro e secretário executivo). Os dois primeiros anos da organização coincidiram com a expansão, em Santa Catarina, da visão de cooperação entre os pequenos agricultores como forma de viabilizar seus projetos de produção, reforçar suas respectivas organizações e garantir sua participação na vida econômica e social de suas regiões.

Em **1991**, foi assinado um termo de cooperação técnica entre Cepagro e Aldis, considerada a sua “irmã” francesa, que tinha como objetivo realizar intercâmbios de

experiências e a reflexão conjunta, entre agricultores, técnicos e universitários (professores e estudantes) brasileiros e franceses, sobre melhorias das condições de vida no meio rural. O termo de cooperação recebeu apoio, do lado brasileiro, da Secretaria de Agricultura e Abastecimento (SAA/SC) e, do lado francês, do Grupo de Pesquisa e Intercâmbio Técnico (GRET). A partir disto, foi realizado, no mesmo ano, um seminário, no qual foram definidos 06 temas bases para estes processos de intercâmbios, apresentados na Tabela 8.

Tabela 8 - Temas bases para um processo de intercâmbio – Termo de cooperação Cepagro/Aldis

<b>Temas</b>	<b>Objetivo</b>
Questões Jurídicas e Fundiárias	Estudar o quadro atual e estabelecer alternativas de uso da terra e de novas condições de produção.
Formação de Jovens Agricultores através da pedagogia da alternância	Desenvolver o sistema de formação por alternância* (Casa Familiar Rural) para filhos de agricultores, bem como a instalação de um Centro Pedagógico para a região Sul. *baseado na pedagogia da alternância onde o jovem fica 01 semana na escola e 02 na propriedade. Base do sistema originada nas “Maisons Familiales Rurales” da França.
Crédito para grupo de agricultores.	Organizar uma rede institucional de crédito para financiar projetos de produção de grupos de pequenos agricultores.
Formação, pesquisa e desenvolvimento.	Organizar, em cooperação com a Universidade Federal de Santa Catarina e CPPP (Centro de Pesquisas para Pequenas Propriedades), um projeto de formação, pesquisa e desenvolvimento.
Agricultura de Grupo, turismo rural e transformação artesanal de produtos agrícolas.	Desenvolver diversas formas de agricultura de grupo entre pequenos agricultores, compreendida a compra, produção, transformação e venda em comum.
Novos Métodos de trabalho na agricultura.	Desenvolver aspectos de contabilidade/gestão, novas produções e preservação do meio ambiente.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2018.

Ainda em 1991, Valério Turnes, Ademir Cazella e Roberto Feldkirsher realizaram uma pesquisa sobre a situação do crédito rural em Santa Catarina (CEPAGRO, 1991). Este trabalho apontou o cooperativismo de crédito como uma das alternativas mais eficientes e estratégicas para se combater a carência de recursos destinados à agricultura familiar. Após a conclusão da pesquisa, o Cepagro estabeleceu um cronograma de seminários e reuniões, envolvendo organizações de agricultores familiares, ONGs e outras instituições de apoio, com o objetivo de discutir e estruturar um programa de apoio e constituição de cooperativas de crédito rural em Santa Catarina.

Em **1992**, com recursos provenientes de um convênio com o Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais (Ceris/Cebemos) e outro com o Centro Vianei de Educação Popular, iniciaram-se as primeiras atividades de campo relacionadas a criação de cooperativas de crédito no estado. Segundo dados dos relatórios internos do Cepagro, em 1992 existiam 18 cooperativas de Crédito Rural integradas ao Sistema Integrado de Crédito Rural (Sicredi/SC), registrando em torno de 19.000 associados, o que representava 8,2% dos produtores rurais, um pequeno percentual frente à necessidade então percebida.

A seguir, na Tabela 9, são detalhadas informações acerca do projeto de Crédito Cooperativo, com os princípios em que o trabalho era baseado, as estratégias de ação, entre outros. Este projeto foi um dos pilares de ação do Cepagro durante os anos 1990.

Tabela 9 - Princípios e estratégias de ação do projeto de crédito cooperativo

<b>Projeto Crédito Cooperativo</b>
<b>Princípios:</b> - Apoiar o desenvolvimento local; - Democratizar o acesso e a gestão do crédito rural; - Estimular a participação e o controle direto dos agricultores nas instituições voltadas ao seu atendimento; - Primar pelo fortalecimento da agricultura familiar e cooperação.
<b>Estratégias:</b> - Pluralidade de instituições vinculadas ao programa; - Envolvimento dos diversos segmentos das sociedades municipais; - Autonomia das cooperativas de crédito rural e das cooperativas agropecuárias; - Incentivo a programas de formação de dirigentes e associados de cooperativas.
<b>Outras Ações:</b> - Atuação em conselhos criados pelos órgãos públicos; - Assessoria e formação a entidades, agricultores, estudante e técnicos; - Busca de fontes de crédito adequado às necessidades dos agricultores familiares; - Eventos de sensibilização a sociedade sobre a importância do crédito para a agricultura familiar - Desenvolvimento de estudos e pesquisas em torno do trabalho das credis e do micro-crédito.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2018, com base em informações disponíveis nos documentos do Cepagro, 2018.

Desde o início, a metodologia de trabalho propôs a construção de um modelo diferente de cooperativismo de crédito, que envolvesse as pessoas da comunidade, movimentando recursos localmente e buscando contribuir para o desenvolvimento regional. Conforme Relatório de Atividades de 1997 da Cepagro (1998, não paginado):

A criação de “credis alternativas” procura não repetir o modelo observado no cooperativismo de produção tradicional. Essa nova cooperativa se constitui de

forma mais vinculada à sua base social. Isto é, ela investe nas pessoas da sua comunidade, buscando agregar e aplicar a renda gerada localmente, além de estar preocupada em buscar alternativas de desenvolvimento para a sua região.

As informações do Banco de Desenvolvimento de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) evidenciam a diferença entre os serviços prestados pelas “credis alternativas” e os bancos comuns, facilitando o acesso ao crédito pelos agricultores familiares e contribuindo com o desenvolvimento local:

[...] as chamadas “credis alternativas”, prestam quase todos os tipos de serviços financeiros que os bancos comumente oferecem, alguns de forma gratuita outros mediante cobrança de tarifas inferiores àquelas usualmente cobradas pelo sistema bancário. Os recursos advindos da prestação de serviços são aplicados na região e algumas vezes transformados em linhas de crédito, desenhadas de acordo com o perfil e necessidades dos pequenos agricultores. Muito embora a operacionalização do crédito obedeça à regulamentação definida pelo Banco Central, a proximidade com o agricultor familiar permite o estabelecimento de uma relação de confiança que agiliza a operacionalização do crédito e reduz, significativamente, as exigências burocráticas que dificultam o processo de aprovação da operação. (BRDE, 2004, p. 94)

Em relação a mobilização de recursos, destaca-se uma passagem observada no Relatório de Atividades e Prestação de Contas 1990/1991: “é preciso assegurar ao Cepagro estrutura e recursos de funcionamento estáveis para que o mesmo possa cumprir bem o seu papel.” (CEPAGRO 1991, não paginado). Havia também pontos relacionados à comunicação: “a manutenção do boletim Agricultura de Grupo com edições periódicas é importante para consolidar as iniciativas de base e o projeto global de cooperação entre os pequenos agricultores catarinenses.” (CEPAGRO 1991, não paginado).

O ano de 1992 foi um ano de consolidação do Cepagro e alguns fatos relevantes foram destacados (CEPAGRO, 1993, não paginado).

- a) o Cepagro passou a integrar o Cederural;
- b) aprofundou-se a integração com instituições não-governamentais chamadas de irmãs: Centro Viane de Educação Popular, Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (Cepagri), Apaco, Aecos, CCA/SC e Acava;

c) ampliou-se a articulação para o apoio de instituições internacionais interessadas na agricultura de grupo, importante para uma melhor estruturação e funcionamento do Cepagro, a saber: Misereor, *Lateinamerika Zentrum* (LAZ), GTZ, Ceris/Cebemo;

d) nas relações com a área governamental, no âmbito dos municípios, um vasto campo de cooperação vinha se descortinando, especialmente na área de formação dos filhos dos pequenos agricultores. Já no estado, o Cepagro continuou recebendo apoio da Secretaria de Agricultura. Novas perspectivas abriram-se nas áreas de estudos através do Fundo de Estimulo a Pesquisa (Fepa) e turismo rural em pequenas propriedades. No âmbito federal, o Departamento de Cooperativismo e Associativismo (DENACOOOP), vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo (SDC), do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) mostrou-se interessado no tema do associativismo e do cooperativismo.

Naquele mesmo ano, o Cepagro transferiu sua sede da Epagri (Cetre) para uma sala localizada no prédio do Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal de Santa Catarina (CCA/UFSC), como parte de convênio assinado em 6 de abril de 1992. Este convênio tinha como objetivo geral “a integração entre agricultores do tipo familiar organizados e a universidade” e os objetivos específicos eram:

- 1 - Desenvolvimento do estágio de vivência para estudantes do curso de Agronomia [...];
- 2 - Desenvolvimento de estágio terminal para estudantes do curso de Agronomia junto as entidades e ao corpo de técnicos ligados ao Cepagro;
- 3 - Estudo e definição de novas formas de integração entre os parceiros, dentre os quais:
  - a) ampliação do estágio de vivência para outras áreas do conhecimento [...];
  - b) organização de um projeto de pesquisa/desenvolvimento e formação a partir da implementação do estágio de vivência;
  - c) criação de um curso de pós-graduação na área objeto deste convênio;
  - d) envolvimento de outras organizações governamentais e não governamentais catarinenses.

A partir do ano de **1993**, se percebe uma definição mais clara das linhas de atuação da organização, em torno de quatro projetos principais: crédito cooperativo, formação, agroindústria de pequeno porte e turismo rural. Somam-se as esses os intercâmbios técnicos internacionais e os trabalhos de divulgação, conforme Tabela 10:

Tabela 10 - Programas e trabalho Cepagro

Proposta de Trabalho	Conteúdo
Projeto de Crédito Cooperativo	Objetiva a organização financeira dos pequenos agricultores através da constituição de cooperativas de crédito que operam associadas com a Cooperativa Central de Crédito de Santa Catarina (Cocerer/SC)
Projeto de Formação	Este projeto foi aberto em 03 eixos: 1 – Formação de Jovens Agricultores: Intensifica-se os esforços à implantação de escolas do tipo Casa Familiar Rural (CFR) com utilização da pedagogia da alternância. Parceria com a União de Casas Familiares Rurais da França (UNMFREO) 2 – Formação de Formadores: Organização de estágios que visam contribuir com a formação de técnicos sensíveis às questões da agricultura familiar solidária, no qual se destacam o “Estágio de Vivência Curricular” (organizado para estudantes de agronomia CCA/UFSC que permaneciam por 4 semanas nas propriedades dos pequenos agricultores) e “Estágio/trabalhos de conclusão de curso” (também direcionados a estudantes de agronomia do CCA/UFSC) 3 – Formação de Agricultores: Apoio ativo à realização do “Projeto Agro-Cidade” que recebe por 02 dias em Florianópolis as famílias de agricultores que abrigaram os estudantes no estágio de vivência. Formação busca ampliar a compreensão dos agricultores sobre o mundo universitário e capital do estado.
Projeto de Agroindústria de Pequeno Porte	Visava a implantação de unidades de beneficiamento e/ou transformação de produtos com aproveitamento de nichos locais de mercado. Fundamenta-se na agregação de renda às atividades dos agricultores como forma de se viabilizar as pequenas propriedades agrícolas familiares.
Projeto Turismo Rural	Consistia na implantação de unidades de acolhida e hospedagem de turistas em pequenas propriedades agrícolas sob o enfoque de alternativa complementar de renda e estreitamento das relações campo-cidade. Buscava-se aproveitar o grande potencial turístico de diversos circuitos regionais já detectados.
Intercâmbio Técnico Internacional	Ainda em parceria com a Aldis, o acordo de cooperação visava essencialmente realizar intercâmbios de ideias, documentos e pessoas em temas de interesse dos agricultores brasileiros e franceses, sempre com o interesse na promoção da agricultura familiar solidária.
Divulgação	Elaboração e divulgação do boletim “Agricultura de Grupo” como forma de apoio e animação de iniciativas dos agricultores e difusão de ideias do trabalho solidário da agricultura familiar.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2018, com base em informações do relatório de atividades e prestação de contas 1993/1994 (CEPAGRO, 1994).

Destaca-se naquele ano o apoio recebido da Misereor e do LAZ (Projeto LAZ 894/SC), os quais contribuíram para a estruturação do Cepagro. Em especial, o convênio com o LAZ possibilitou uma significativa melhoria na infraestrutura, concretizado na compra de um automóvel Parati (1993), uma impressora/duplicadora tipo “Risograph” equipada com guilhotina manual e máquina encadernadora manual. Esta máquina foi comprada objetivando-se a produção de materiais gráficos próprios, mas também a prestação de serviços gráficos para outras organizações, como uma maneira de diversificar a captação de recursos monetários.

No ano de **1994**, no âmbito do projeto de Agroindústria de Pequeno Porte tem ocorre a implantação de uma usina de beneficiamento e pasteurização de leite no município de Mafra e discussões para instalação de outras usinas de beneficiamento de leite, unidades de transformação de carnes, beneficiamento de frutas e conservas vegetais. Esse projeto foi pensado num contexto no qual:

[...] a industrialização dos produtos agropecuários pelos pequenos agricultores faz parte da sua própria história. É muito comum entre eles a prática de transformar frutas em doces, elaborar conservas em geral, fabricar salames, linguiças, queijos e muitos outros tipos de alimentos, voltados principalmente para o consumo da família (CEPAGRO, 1994b, não paginado).

Os principais objetivos do projeto foram (CEPAGRO, 1997, não paginado):

- a) promover a implantação de unidades de beneficiamento e/ou de transformação de produtos oriundos das propriedades dos agricultores familiares;
- b) promover cooperação agrícola e fortalecer os empreendimentos através do estímulo e da assessoria para formação dos grupos;
- c) capacitar produtores rurais e técnicos para a produção de alimentos de alta qualidade que venham a ocupar os mercados locais e regionais;
- d) promover gestões junto aos órgãos competentes para a compatibilização da legislação (tributária, fiscal e sanitária) com produção em pequena escala provenientes das unidades produtivas de agricultores familiares;
- e) promover a articulação dessas unidades de beneficiamento e/ou transformação para que se fortaleçam e possam superar conjuntamente as dificuldades que enfrentam.

Algumas vantagens pontuadas para a implantação dessas agroindústrias seriam (CEPAGRO, 1994b, não paginado):

- a) a venda de produtos industrializados permite agregar valores aos mesmos, melhorando a renda familiar do agricultor;
- b) eliminação de fases intermediárias, sendo o próprio agricultor o gerenciador do processo de industrialização, fazendo chegar rapidamente os produtos aos consumidores, evitando especulações, diminuindo o custo de transporte e preço final;
- c) melhor qualidade dos alimentos em função da rapidez e agilidade em colocá-los no mercado;
- d) ocupação dos espaços locais de mercado;
- e) geração de empregos no meio rural, diminuindo o êxodo rural e problemas sociais urbanos;
- f) investimentos descentralizados com retornos aos pequenos municípios.

Também em 1994, aparece de maneira mais estruturada, isto é, com destaque no organograma do Cepagro, o projeto Desenvolvimento Local Integrado. Este visava

implantar uma proposta de trabalho que buscasse a solução integrada dos problemas locais de um município. Propunha a introdução de alternativas econômicas, dotando a região de infraestrutura básica adequada para alicerçar o desenvolvimento local, preocupando-se com a geração de novos empregos com o intuito de incentivar a permanência do homem no meio rural. As justificativas para a criação deste projeto foram (CEPAGRO, 1994, não paginado):

[...] a imagem do meio rural ligada exclusivamente à atividade primária (agricultura e pecuária) deve ser alterada. O espaço rural deve ser transformado num local de atividades econômicas múltiplas e dinâmicas, que permitam às pessoas que ali vivem acesso às condições de vida semelhantes às das regiões urbanas. A este processo poderíamos denominar 'desenvolvimento local integrado'.

Os principais componentes deste processo de desenvolvimento local integrado, destacados nos documentos, seriam (CEPAGRO, 1994b, não paginado):

- a) agricultura familiar deve ser a base de um novo modelo de desenvolvimento rural, ressaltando seu papel fundamental dentro de uma política estratégica de segurança alimentar e distribuição da renda e da riqueza nacional;
- b) a cooperação e a solidariedade entre os agricultores é imprescindível à manutenção e fortalecimento da agricultura familiar;
- c) a criação de infraestrutura social: A melhoria da qualidade de vida das populações rurais é um fator determinante para a perenidade dos projetos econômicos locais. O aumento da renda, sem a correspondente criação de infraestrutura (escolas de 1.º e 2.º grau, pequenos hospitais, pavimentação de estradas, energia elétrica, telefonia, lazer, outros) tem se mostrado ineficaz no processo de fixação das populações rurais;
- d) a introdução de atividades econômicas que propiciem geração de empregos. [...] utilização do potencial de mão de obra existente, principalmente jovens (homens e mulheres). Estímulo à introdução de novas atividades econômicas, por exemplo, as agroindústrias de pequeno porte;
- e) a participação comunitária [...] que busque transformação da realidade local, sendo catalisadora deste processo;
- f) o poder público agindo como um orientador do processo de desenvolvimento e articulador das forças da sociedade, criando instrumentos e políticas que incentivem o processo;
- g) conservação da qualidade ambiental.

Este projeto recebeu apoio da Secretaria Estadual de Agricultura, da Epagri e do Instituto de Desenvolvimento Local e de Iniciativas Sociais (Idelis), organização francesa. Ainda, em 1994 é iniciado um processo de avaliação e redefinição dos objetivos do projeto de Formação do Cepagro, especialmente no que dizia respeito às Casas Familiares Rurais. Percebeu-se que este era um projeto consolidado no estado de Santa

Catarina, visto que contava com apoio de órgãos governamentais, organizações locais e UNMFREO. Adicionalmente, havia se constituído a Associação Regional de Casas Familiares Rurais (Arcafar), que já contava com uma estrutura própria adequada para assessorar a criação de novas casas e capacitar seus dirigente e monitores.

Desta maneira, o Cepagro se retira da linha de frente do projeto, mas continua no apoio a relação da Arcafar e UNMFREO. Importante pontuar que a primeira CFR de Santa Catarina, denominada Santo Agostinho, foi criada em 1991 e está localizada no município de Quilombo. Essa CFR tem sua história traçada a partir de um programa de intercâmbio entre Brasil e França nos anos de 1990, numa parceria realizada entre Aldis e Cepagro, no qual agricultores e agentes públicos, incluindo o prefeito de Quilombo, visitaram a França, conheceram o projeto e o implantaram no município catarinense após debate com a comunidade (MONTEIRO, 2017).

Adicionalmente, no ano de 1994 acontece um momento de discussão sobre o caminho percorrido pelo Cepagro até então e isto culmina num documento denominado “Marco de Referência para Reestruturação do Cepagro”. Alguns fatores foram mapeados como desencadeador deste processo de reestruturação, sendo eles:

- a) uma crescente e diversificada demanda de trabalho do Cepagro, aliado a pouca participação da Junta Administrativa na dinâmica da organização e uma dificuldade de diálogo entre a Junta Administrativa e a Secretaria Executiva;
- b) falta de clareza de um projeto de desenvolvimento organizacional, caracterizado por essa passagem numa carta de um colaborador, ‘O Cepagro não possui seus limites e horizontes definidos’;
- c) um conflito de entendimento sobre a atuação da organização, enquanto mediador e articulador de interesses comuns frente à causa defendida, e representante das instituições da Junta Administrativa e outras instituições de base em variados espaços, especialmente políticos, sendo esta última uma função não atribuída a organização na sua concepção. (CEPAGRO, 1994c, não paginado).

Como resultado desse processo de reestruturação, foi encaminhado o convite para que algumas associações passassem a fazer parte da Junta Administrativa do Cepagro, como o caso da Associação de Desenvolvimento e Incentivo à Pequena Agricultura de Grupo (Adipagru) e a Associação de Grupos de Pequenos Agricultores de Canoinhas e Região (Agrupar). Ainda, decidiu-se por excluir o Conselho Técnico e criou-se os Grupos de Trabalho (GT) para apoio, assessoria e avaliação dos trabalhos de cada projeto técnico do Cepagro, objetivando-se mais agilidade, fato questionado por algumas

pessoas. Além disso, começou-se a desenhar a necessidade de elaborar um Planejamento Estratégico do Cepagro, o que foi concretizado em 1996.

Ainda no ano de 1994, iniciaram-se as obras da nova sede do Cepagro, num terreno de 240m<sup>2</sup> cedido mediante contrato de comodato com o CCA/UFSC para uso por 10 anos, renováveis por outros períodos de 10 anos. O projeto da nova sede teria características de uma casa de pequeno agricultor catarinense, com aproximadamente 150m<sup>2</sup> de área utilizável. Os recursos para construção e para equipar a nova sede foram oriundos das cooperações internacionais LAZ, através do projeto 955/SC, e GTZ.

Figura 3 - Placa localizada na entrada da sede do Cepagro – Apoiadores na construção sede



Fonte: Arquivo pessoal pesquisador, 2018.

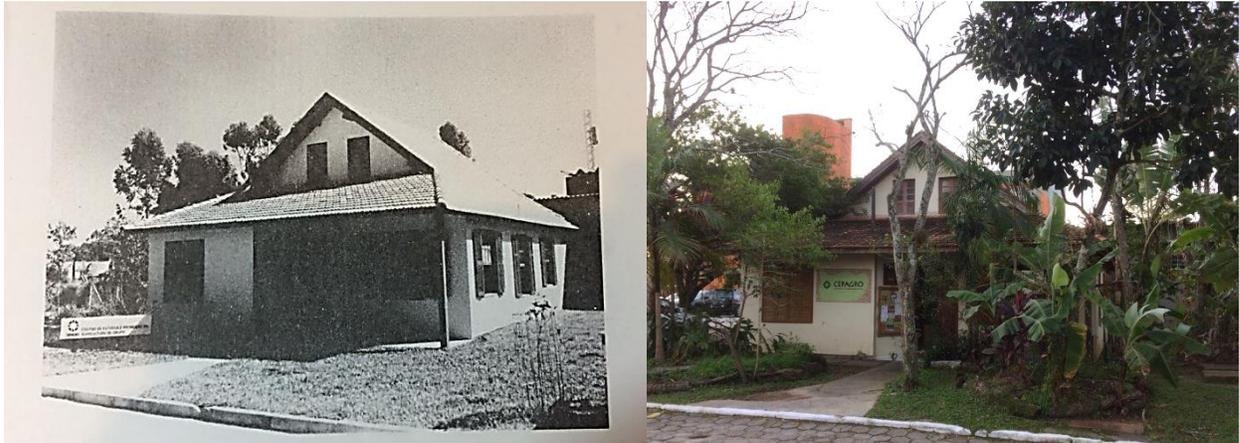
Durante o ano de 1995, o Cepagro manteve os encaminhamentos do final do período anterior e reduziu o envolvimento na organização direta das CFRs, mas continuou apoiando a iniciativa num processo de articulação político. Como exemplo, participou da organização do Seminário Estadual de Educação no Meio Rural em parceria com as Secretarias Estaduais de Educação e da Agricultura e a UFSC. Adicionalmente, apoiou a promoção de um Seminário sobre CFRs em setembro daquele ano na Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (Alesc). Este foi um importante momento para o tema, pois ficou encaminhada a formação de uma constituição intersetorial, da qual o Cepagro fez parte, para discutir e encaminhar um projeto a Comissão Estadual de Educação reconhecendo as CFRs como instituições de educação formal e oficial, passível de apoio oficial.

Em relação aos Intercâmbios Técnicos, foi inserido no escopo do projeto os intercâmbios nacionais, com a finalidade de desenvolver a agricultura familiar em outras regiões do Brasil.

[...] visavam contribuir no processo de desenvolvimento de diversas realidades da agricultura familiar e de outras formas associativas dos trabalhadores rurais nas regiões Nordeste (especialmente RN, PB, PE) e Sul (SC) através da sistematização de ações conjuntas, de geração de novas ideias e iniciativas sobre associativismo como alternativas de desenvolvimento, da construção de alianças para reforçar a capacidade de formulação e intervenção em políticas de interesse da agricultura familiar e dos trabalhadores rurais (CEPAGRO, 1996, não paginado).

Em abril de 1995, na comemoração dos 5 anos do Cepagro, foi inaugurada a nova sede da organização, que conta com dois pavimentos e tem 140m<sup>2</sup> de área construída. Era composta no piso inferior por 4 salas onde trabalhavam a equipe técnica, uma sala de reuniões, uma sala onde foi instalada a impressora Risograph, um lavabo e uma pequena cozinha. No pavimento superior haviam 2 cômodos e um banheiro. Esta mesma sede, como as mesmas características construtivas, mas com alterações no *layout* interno, é utilizada pelo Cepagro atualmente.

Figura 4 - Fotos sede Cepagro 1995 e 2018



Fonte: Relatório de Atividades e Prestação de Contas 94/95 e arquivo pessoal pesquisador, 2018.

Conforme convites realizados no ano anterior, começaram a fazer parte da Junta Administrativa as organizações Adipagru e a Agrupar. Devido à entrada dessas novas instituições e por outras questões internas da organização que já haviam motivado, no ano anterior, um processo de reestruturação do Cepagro, foi realizado no ano de 1995 um Seminário da Junta Administrativa. Este teve como objetivos: aprofundar o conhecimento sobre cada uma das instituições da Junta Administrativa e aproximá-las mais; e refletir sobre a situação daquele período do Cepagro.

No processo de análise documental, alguns registros relevantes foram encontrados, considerando os temas da presente pesquisa, como este trecho retirado de um projeto apresentado para financiadores (CEPAGRO, 1994b, não paginado), que diz:

O grande mérito do Cepagro, desde a sua criação, tem sido sua capacidade de captar e difundir novas ideias e soluções inusitadas, reunindo em torno delas posições políticas diferenciadas. Graças a isto, temos verificado de um lado, a “oxigenação” de discursos e o amadurecimento dos agentes públicos envolvidos nos diversos projetos coordenados pelo Cepagro, e de outros o respaldo político e institucional que o Cepagro tem obtido nas suas ações. Estes atributos credenciam o Cepagro a propor e assumir ações, junto as administrações municipais e aos setores organizados dos agricultores, no sentido de sistematizar as iniciativas que busquem o desenvolvimento integral do meio rural e dos agricultores e suas famílias.

Ainda no ano de 1995, com a sinalização da redução dos recursos oriundos da cooperação internacional e com a justificativa de apoiar a causa da agricultura familiar e solidária, o Cepagro inicia um processo para angariar recursos financeiros através de doação de pessoas físicas, bem como obter colaboração voluntária para assessorias e/ou apoios específicos para demandas. Além disso, também naquele ano iniciou-se outra forma de obter recursos através de prestação de serviços relacionados à reprodução gráfica.

No ano de **1996**, pela primeira vez nos relatórios de atividade, a Missão do Cepagro foi expressa de maneira clara e institucionalizada, possivelmente, resultado do PEP realizado em outubro daquele ano. A missão era (CEPAGRO, 1996b, não paginado):

- a) representar quando formalmente delegado para tal, coordenar e promover as relações/interesses das entidades que o compõe, no que diz respeito ao desenvolvimento da agricultura de grupo e de outras formas de solidariedade no meio rural;
- b) assessorar, apoiar, animar e promover ações que busquem o desenvolvimento local sustentável, tendo a agricultura familiar solidária como base para o desenvolvimento rural.

Outros pontos de destaque no relatório são denominados “características da entidade”, também reforçadas no processo do PEP (CEPAGRO, 1996b, não paginado):

- a) buscar constantemente alternativas voltadas ao desenvolvimento da agricultura familiar;

- b) manter sua autonomia nas relações com o Estado e com outras instituições;
- c) preservar um ambiente de estímulo ao raciocínio e a reflexão;
- d) constituir-se num espaço de convivência para ideias e instituições diferentes;
- e) facilitar relações entre as entidades que compõe e estas com o ambiente externo;
- f) ter na sua direção uma maioria de organizações dos agricultores.

Os valores éticos que norteavam as ações diárias também foram apresentados (CEPAGRO, 1996b, não paginado):

- a) compromisso social;
- b) coerência institucional e fidelidade aos seus objetivos;
- c) democracia participativa e transparência na relação com as entidades que o compõe, e seus parceiros;
- d) busca de consensualidade;
- e) solidariedade.

Outra mudança percebida é que deixa de se utilizar o termo “Proposta de Trabalho” e começa a ser utilizado o termo “Programa de Trabalho” para se referenciar aos temas desenvolvidos. São reafirmados os seguintes Programas: Programa de Crédito Cooperativo, Programa da Agroindústria de Pequeno Porte, Programa do Turismo Rural, Programa de Formação e Programa de Desenvolvimento Local.

Em 1996, o Cepagro elaborou um Programa de Crédito Orientado, que serviu de referência para a Epagri elaborar o Programa Catarinense da Indústria Rural de Pequeno Porte (Proind), que tinha como objetivo conceder apoio técnico e financeiro a empreendimentos industriais no meio rural de Santa Catarina. (BRDE, 2004). Outro acontecimento importante no ano de 1996 foi a aprovação do projeto de lei estadual n. 339/95, sancionado em 1997, passando a ser designado lei n.10.356. Esta dispõe sobre a inspeção sanitária para o processamento de alimentos em pequena escala de origem animal e vegetal. O Cepagro teve participação na discussão, no estudo e na elaboração deste projeto, de grande importância para a agricultura familiar do estado, especialmente dentro do Programa das Agroindústrias de Pequeno Porte.

No Programa de Formação destacaram-se, além da organização do Estágio de Vivência e do Projeto “Agro-cidade”, ambos ainda em execução pela UFSC, as inúmeras intervenções do Cepagro nas atividades acadêmicas do CCA/UFSC, ministrando aulas, palestras e coordenando atividades formativas. Essas atividades visavam sensibilizar e qualificar acadêmicos (futuros técnicos) para o apoio à agricultura familiar. O Cepagro

também organizou cursos de formação em Metodologia de Planejamento Participativo e capacitação no uso de Jogos e Instrumentos Pedagógicos, para qualificar a atuação das organizações parceiras junto aos agricultores familiares.

Ainda no ano de 1996, o Cepagro foi declarado entidade de utilidade pública pelo município de Florianópolis pela lei n. 4846/96 (FLORIANÓPOLIS, 1996), publicada no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina de 01/04/96 e de utilidade pública estadual pela lei n. 10.212/96 (SANTA CATARINA, 1996), publicada pelo Diário Oficial de Santa Catarina no dia 19/08/96.

Em destaque no Relatório de Atividades de 1996, foi reportado que os três projetos com a Cooperação Internacional que aportavam recursos para atividades da organização foram encerrados (ver Tabela 13), sendo eles com a Misereor, LAZ e GTZ, ficando apenas vigente o projeto com a Aldis que, naquele momento, não envolvia transferência de recursos monetários. Isto provocou a necessidade de buscar alternativas locais e nacionais para a sobrevivência da organização. Foram iniciados dois novos projetos, um com o DENACOOOP e outro com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), além de promissoras possibilidades de se firmar uma parceria com Projeto Novas Fronteiras da Cooperação para o Desenvolvimento Sustentável (PNFC), com a Secretaria de Desenvolvimento Rural do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, o que se confirmou no ano seguinte.

No final de 1996, foi realizado um PEP do Cepagro, a partir de uma necessidade identificada de avaliar as ações e os projetos da organização, bem como, planejar de maneira mais consistente o futuro. Foram mapeados pelos participantes as oportunidades e ameaças (relacionadas ao ambiente externo) e os pontos fracos e fortes (relacionando ao ambiente interno). Para compreender o ambiente em que a organização estava inserida, essas informações foram compiladas na Tabela 11, a seguir:

Tabela 11 - Elemento mapeados no PEP do Cepagro realizado em 1996 (Continua)

<b>AMBIENTE EXTERNO</b>	
Oportunidades	Ameaças
Um grande espaço para a expansão do cooperativismo.	O Estado mínimo dificulta parcerias.
A existência de programas oficiais de apoio à agricultura familiar (Pronaf, Proind).	A reação dos grandes grupos econômicos às propostas como as difundidas pelo Cepagro.

<b>Tabela 11 - Elemento mapeados no PEP do Cepagro realizado em 1996 (Conclui)</b>	
Os últimos resultados eleitorais consagraram novas administrações municipais sensíveis às propostas de desenvolvimento.	A diminuição dos recursos financeiros provenientes das entidades internacionais.
O grande potencial do Cepagro para a promoção de intercâmbios com outras entidades, regiões e países, principalmente pela possibilidade de troca de experiências.	As possíveis mudanças/retrocessos das políticas governamentais destinadas a agricultura familiar.
A busca de alternativa dos trabalhadores rurais ao atual modelo de desenvolvimento.	A dificuldade de “diálogo” entre as organizações que compõe o Cepagro.
	O preconceito político e técnico de parte da sociedade em relação as propostas defendidas pelo Cepagro.
	A ocupação de espaços, até então trabalhos pelo Cepagro, pelas instituições públicas.
<b>AMBIENTE INTERNO</b>	
Pontos Fortes	Pontos Fracos
O reconhecimento e a legitimidade adquiridos pelo Cepagro no âmbito da agricultura de grupo.	A Junta Administrativa é pouco propositiva e pouco presente no dia-a-dia.
A capacidade demonstrada pelo Cepagro de se relacionar com órgãos públicos.	A falta de uma concepção mínima sobre o Cepagro por parte do conjunto de entidades (conteúdo e caráter político).
As possibilidades de relações com entidades micro-regionais.	A dificuldade de relação com as entidades de base, devido ao pouco conhecimento e a pouca presença junto a elas.
A capacidade para execução de atividades de formação, animação, capacitação e pesquisa.	Os recursos financeiros instáveis e insuficientes.
A existência de bons programas de trabalho.	A falta de discussão, em rede, dos rumos políticos e de encaminhamentos dos programas, gerando descompasso entre eles e as necessidades da entidade, além da falta de compreensão e envolvimento destas.

Fonte: Cepagro (1996b, não paginado).

Dois temas se destacaram. O primeiro referente ao que foi chamado de “Política Financeira”, no qual a questão central foi “buscar uma política financeira estável, integrada e avançando rumo à autosustentação” (CEPAGRO, 1996b, não paginado). Segundo Armani (2002), o termo autosustentação era presente no mundo das organizações não governamentais nos anos de 1980 e 1990 e deu origem ao que chamamos atualmente de sustentabilidade institucional.

O segundo tema foi referente à chamada “Política Institucional”, que evidenciou algumas dificuldades de relação, diálogo e, até mesmo, de entendimento de concepção do Cepagro entre as organizações que faziam parte da Junta Administrativa. Como encaminhamento, assumiu-se um “novo” caráter de atuação da organização, desta vez representativo e coordenador em relação à causa da agricultura familiar de grupo.

No ano de **1997**, acontece uma alteração na Junta Administrativa, com a saída da Aecos e entrada do Cepagri. O programa de Crédito Cooperativo contava com o funcionamento de dez cooperativas constituídas, beneficiando aproximadamente 4.200 famílias. O Cepagro continuava com o trabalho de criação de novas “credis” e com o acompanhamento dos fundos oficiais de crédito, bem como, com o desenvolvimento e fortalecimento de fontes alternativas de financiamento rural. Destacaram-se os apoios do Centro Ecumênico de Apoio ao Desenvolvimento (Ceade), do qual o Cepagro participou do Conselho Diretor, que entre 1993 e 1997 emprestou mais de R\$124 mil, beneficiando 15 projetos; e do Fundo Rotativo Novas Fronteiras (parceria com o PNFC), cujos recursos visavam incentivar o desenvolvimento de atividades inovadoras e pioneiras no meio rural.

No programa de Formação, a novidade do ano foram os “Jogos Pedagógicos”, instrumento de fácil compreensão e aplicação, para auxiliar na constituição de funcionamento de grupos de agricultores, permitindo reflexões sobre o funcionamento do grupo e suas implicações, dando ênfase às relações humanas, aos objetivos pessoais de cada um e ao cotidiano dos grupos. A partir de uma crescente demanda de assessoria na área de formação de iniciativas associativas solidárias e inspirado no Cedag (França), o Cepagro, juntamente com outras organizações parceiras, se desafiou a adequar esse instrumento à realidade local.

Como encaminhamento do PEP realizado no ano anterior, objetivando-se diversificar as fontes de captação de recursos da organização, foi analisada a viabilidade de se confeccionar camisetas, bonés e bótons para serem comercializados. Concluiu-se que a confecção desses materiais ajudaria mais como forma de promover e divulgar o Cepagro e a Agricultura Familiar do que como forma de captação de recursos monetários. Não foi possível, a partir dos relatórios e das entrevistas realizadas, definir se a ação foi executada.

Durante o ano de **1998**, as atividades dos Programas de Trabalho do Cepagro continuaram sendo executadas, no âmbito estadual e nacional. Naquele ano, a organização assumiu a coordenação do Fundo de Mini Projetos (FMP) em Santa Catarina. Este fundo era coordenado por ONGs e instituições ligadas aos movimentos sociais e pastorais sociais do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. O objetivo do fundo era apoiar pequenos projetos de grupos populares, associações comunitárias e

movimentos sociais. Naquele ano, o FMP/SC apoiou 27 pequenos projetos, que totalizaram R\$54.000,00 em ajuda aos grupos.

O programa de Turismo Rural foi renomeado e passou a se chamar Programa de Agroturismo. Mesmo já fazendo parte das linhas de atuação do Cepagro desde 1992, foi somente em 1998 que o projeto teve suas ações desenvolvidas de maneira mais estruturada. O Agroturismo era entendido como uma atividade turística paralela às atividades agropecuárias em unidades familiares de produção, favorecendo a diversificação das atividades. Em avaliação realizada pelo Cepagro, essa atividade, se bem conduzida, poderia aumentar a renda da família em até 30%.

Esta atividade toma força dentro de um contexto de revisão de papéis do meio rural. Este deixa de ser visto como um lugar exclusivo dos agricultores e passa a incorporar papéis que atendem os outros interesse de toda a sociedade: serviços, habitação, preservação ambiental e de valores, produção de alimentos diferenciados, oportunidades de empregos, etc. (CEPAGRO, 1998, não paginado).

Como justificativa, o Cepagro acreditava que o projeto poderia contribuir para o resgate e a preservação de valores e manifestações culturais do meio rural, proporcionar uma interação urbano-rural e garantir ações de preservação dos recursos naturais existentes nas propriedades. O projeto possibilitaria às pessoas conhecerem os trabalhos diários de uma propriedade rural, consumir alimentos frescos, admirar paisagens, respirar ar puro e saudável, conviver com o jeito simples de ser dos agricultores, entre outros.

Dentre as principais atividades desenvolvidas naquele ano destacaram-se a participação na Oficina de Planejamento, promovida pelo Ministério da Indústria, Comercio e do Turismo, Instituto Brasileiro de Turismo e Ministério da Agricultura, com o objetivo de dar subsídios ao Plano Nacional de Turismo Rural. Também, a elaboração do “Projeto de Apoio ao Agroturismo como Estratégia para Promover o Desenvolvimento Rural”, em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial. Este abordou todas as etapas para a criação de um produto agroturístico, utilizando circuitos locais e regionais.

A partir de 1998, as ações do Programa de Agroindústria de Pequeno Porte passaram a priorizar a região da Associação dos Agricultores Agroecológicos da Encosta da Serra Geral (Agreco), com a assessoria para a elaboração de um projeto de

agroindústrias modulares. Como foco de atuação, se destacou a orientação e acompanhamento para a criação de lei de inspeção municipal em diversos municípios catarinenses. Ainda naquele ano, o Cepagro, com o apoio do Grupo de Cooperação Agrícola 25 de Maio, adaptou uma metodologia de contabilidade agrícola, visando oferecer aos agricultores familiares um instrumento prático e simples para a gestão e controle financeiro de seus empreendimentos, algo importante para justificar e subsidiar financiamentos junto a organismos de crédito.

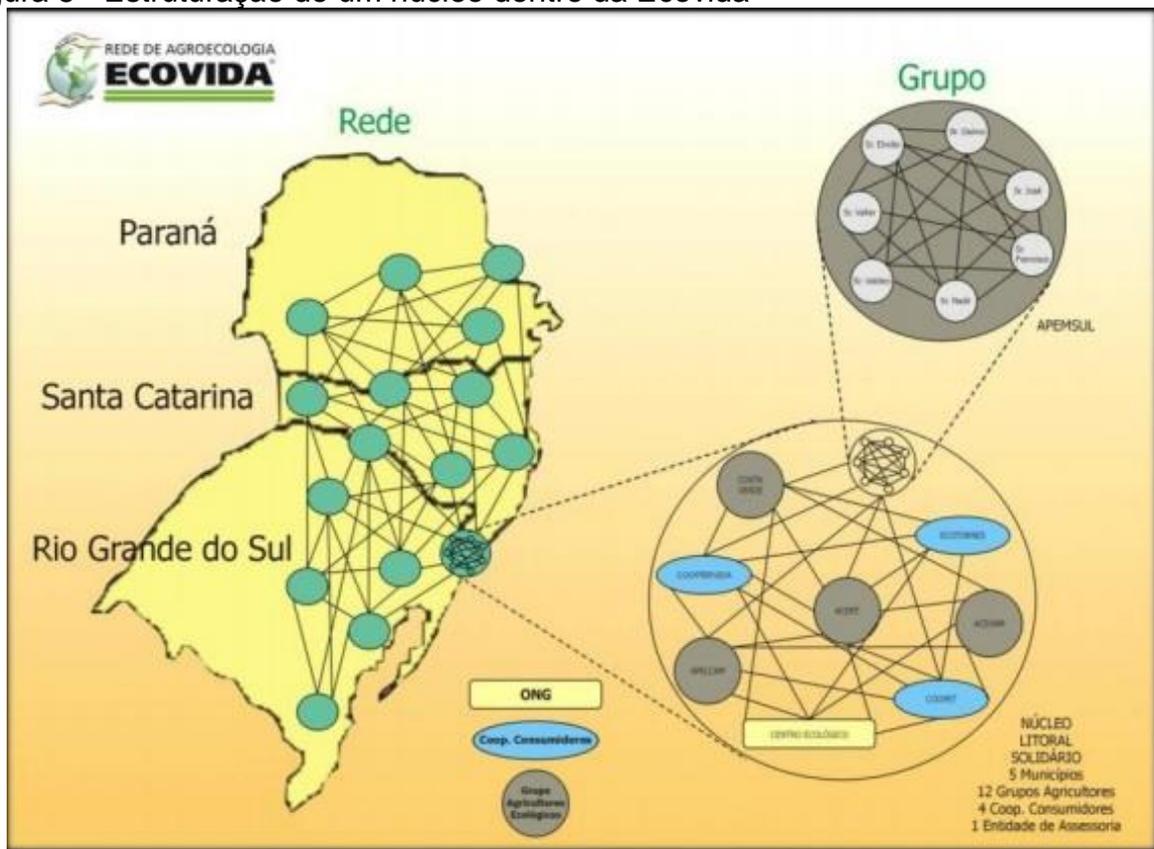
Não diretamente relacionado naquele momento com o Cepagro, mas parte da história da organização em anos posteriores, no ano de 1998 surge a Rede Ecovida de Agroecologia, um novo formato organizacional de movimento agroecológico que já existia no sul do Brasil. Essa formação da rede acontece a partir de uma necessidade de articulação percebida por organizações não governamentais e grupos de agricultores ecologistas à medida que suas ações se ampliavam na região. Conforme Rover (2011, p. 4), a Ecovida surgiu “a partir da necessidade de congregar forças e dar maior consistência política ao movimento agroecológico da agricultura familiar do sul do Brasil”. Segundo afirma Cassarino (2012), era muito importante configurar um espaço coletivo que proporcionasse as condições para o estabelecimento de uma identidade comum entre diversas iniciativas que se multiplicavam no sul do país. Assim surge a Ecovida, com a missão de “ser um espaço de articulação, interação e ação para potencializar o desenvolvimento da agroecologia, como parte da construção de um projeto de sociedade que contemple e respeite a realidade de cada povo” (ARL, 2007, p. 14). Para a Ecovida, a agroecologia é definida como:

[...] processo de produção de alimentos e produtos em conjunto com a natureza, onde os agricultores (as) possam desenvolver suas atividades sem agredir o meio ambiente, tornando independentes dos “pacotes tecnológicos” com seus caros e degradantes insumos industriais, visando não somente as sobras financeiras, mas principalmente qualidade de vida. É a base para o desenvolvimento sustentável nos aspectos sociais, ambientais e econômicos, envolvendo as dimensões políticas, técnicas e culturais, em processos educativos e metodologicamente adequados, onde (os) trabalhadores (as) assumem o protagonismo maior e aumentam seu poder de intervenção na sociedade de forma organizada (CEPAGRI, 1998 apud ARL, 2007, p. 29).

Desde seu início, a rede era formada por agricultores, técnicos, consumidores e comerciantes organizados em associações, cooperativas, ONGs e grupos informais que

constituem os Núcleos Regionais e, juntos, formam a Rede Ecovida de Agroecologia. Esses grupos e Núcleos Regionais representam os principais nós organizativos desta grande rede, reunindo membros de uma região com características semelhantes, o que facilita a troca de informações e o processo de certificação participativa. A formação dos Núcleos é ilustrada na Figura 5.

Figura 5 - Estruturação de um núcleo dentro da Ecovida



Fonte: Cassarino (2013, p. 191).

Devido à dinâmica de estruturação e de organização da Ecovida, existe uma certa imprecisão quanto ao número de Núcleos Regionais, famílias agricultoras, grupos de agricultores e ONGs de apoio a rede. Entretanto, de maneira aproximada, segundo Meirelles (2016), a Ecovida era formada, em 2016, por 28 Núcleos Regionais, composta por cerca de 300 grupos de agricultores, constituído por aproximadamente 4.500 famílias agricultoras e aproximadamente 30 ONGs.

Voltando ao Cepagro e passando para o ano de **1999**, pontua-se que com a organização ainda à frente da coordenação do Fundo de Mini Projetos, o mesmo apoiou

46 projetos, que totalizaram cerca de R\$87.255,00 em ajuda a grupos do estado. Os intercâmbios continuaram acontecendo, naquele ano com a viagem de dois técnicos do Cepagro e dois estudantes de Agronomia da UFSC para a França e a vinda de 03 estudantes franceses para o Brasil. A relação de intercâmbio com a França, em alguns sentidos, não envolvia recursos monetários e sim articulações entre as organizações para disponibilizarem serviços solidários e gratuitos para os intercambistas, como hospedagem, alimentação e deslocamentos locais.

No programa de Agroturismo, o Cepagro obteve aprovação de um projeto piloto junto ao Ministério da Agricultura e do Abastecimento, através do Pronaf, que possibilitou, entre outros, a criação naquele mesmo ano da Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia, constituída por agricultores de 5 municípios (Anitápolis, Rancho Queimado, Santa Rosa de Lima, Gravatal e Rio Fortuna) e sediada em Santa Rosa de Lima.

Em outubro de 1999, no âmbito de um processo de avaliação e reestruturação dos seus programas, o Cepagro realizou em Chapecó um seminário para discutir os rumos do programa de Agroindústria de Pequeno Porte. A decisão tomada foi que o programa fosse reformulado, assim as ações foram assumidas pela Apaco através da coordenação do Programa Desenvolver, aprovado no ano de 1998 num Convênio de Cooperação com o Programa de Apoio a Tecnologias Apropriadas – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PTA/CNPq). O Cepagro teve um papel de articulação no estado para elaboração do programa, bem como foi o executor da proposta final do projeto técnico. O Programa Desenvolver visava (CEPAGRO, 2000, não paginado):

[...] contribuir com o desenvolvimento rural sustentável no Estado de Santa Catarina, por meio do assessoramento às iniciativas de verticalização da produção oriunda da agricultura familiar. Ele busca apoiar a criação e/ou a consolidação de unidades de beneficiamento/transformação de produtos agropecuários de origem vegetal e animal, em todas as suas etapas (desde a produção da matéria prima até a comercialização dos produtos transformados), utilizando como instrumento a geração e a difusão de tecnologias apropriadas.

Interessante destacar que a execução deste programa foi um trabalho em rede envolvendo CNPq, organizações de apoio e prefeituras. Ao CNPq cabia a disponibilização de bolsas para contratação e formação de técnicos e estudantes; as

organizações de apoio, dentro das suas possibilidades, ofereciam a contrapartida em recursos humanos e físicos; e as prefeituras apoiavam nas atividades dos bolsistas, garantindo espaço físico de trabalho, transporte e outros materiais necessários.

O ano de 1999 também foi marcado por uma intensa discussão sobre a forma de atuação do Cepagro, na qual se chegou a cogitar a não continuação da existência da organização. Diante disto, durante o mês de julho daquele ano foi realizado um Seminário de Avaliação do Desempenho da organização. Nesse processo, foi feito um levantamento do histórico de atuação da organização e dois pontos foram considerados fundamentais para reflexão. O primeiro dizia respeito à relação do Cepagro com o poder Executivo do Estado de Santa Catarina, muito representado na relação com a Epagri. Se percebia que algumas instituições parceiras, no âmbito da sociedade civil, viam o Cepagro como uma organização “quase governamental”. Vários diálogos e ponderações foram feitas em relação a isso, no qual se concluiu que essa visão já havia sido superada.

Um segundo ponto foi a relação entre o Cepagro e a Fetaesc, sendo esta uma organização sindical e membro da Junta Administrativa. A diferença entre a forma da atuação da Fetaesc e das outras organizações que compunham a Junta Administrativa gerou tensões no decorrer da história do Cepagro. Conforme destacado no relatório do seminário (CEPAGRO, 1999, não paginado) “as ONGs não se constituem em entidades de representação, não disputam o poder de determinada base social como é o caso da prática sindical”. Ainda segundo o mesmo relatório, essa diferença não era nem melhor ou pior, mas era de complexa mediação, e isso culminou na saída da Fetaesc no ano 2000.

Ainda nesse processo de avaliação, vários elementos se repetiam em relação ao que havia sido mapeado no PEP realizado em 1996, especialmente nas questões relativas às “fraquezas” e “ambiente interno”, o que sugere que o PEP não foi executado de forma exitosa (CEPAGRO, 1999). Essas questões não serão detalhadas, pois não estão relacionadas ao objetivo deste trabalho, mas é importante trazer alguns elementos que surgiram a partir deste seminário, não como decisões tomadas, mas como reflexões e possibilidades, que num futuro não muito distante influenciaram a caminhada do Cepagro e estrutura da organização.

O primeiro deles é a proposta que surgiu de o Cepagro passar a ser uma organização de primeiro grau, isto é, uma organização executora de projetos no âmbito regional e contato direto com a base de trabalho, os agricultores (as) e suas famílias. Isto foi motivado pelo fato de que a organização já estava assumindo a execução de alguns projetos, devido à disponibilidade de recursos junto a financiadores para esse tipo de ação, somado à dificuldade de mobilizar recursos enquanto uma entidade de segundo grau e as dificuldades das organizações constituintes da Junta Administrativa de bancarem a estrutura do Cepagro. O fato de o Cepagro se tornar uma organização de primeiro grau, entretanto, passava a não diferenciá-lo das outras organizações de base, e que, em certa medida, “era uma fonte geradora de uma crise de legitimidade na sua relação com essas organizações, quando não mal-estar, visto que acabam por disputar os mesmos recursos” (CEPAGRO, 1999, não paginado). Além disso, também cogitou-se a estruturação de uma Rede na qual o Cepagro teria a função de ser uma organização de articulação da mesma.

Um segundo ponto foi o interesse de algumas ONGs que compunham o Cepagro de que a organização assumisse a agroecologia no seu Projeto Político, como eixo central de sua prática de atuação. Desta forma, a agricultura familiar de grupo não seria mais um fim, e sim um meio de se fazer a agroecologia.

O ano de **2000** iniciou-se com mudanças nos Programas de Trabalho e na estrutura da organização, possivelmente fruto de tensões e conflitos que emergiram no ano anterior, e encaminhamentos dados no Seminário de Avaliação de Desempenho de 1999. O Programa de Crédito Cooperativo foi desarticulado e o Programa de Agroindústrias de Pequeno Porte, conforme já mencionado, passou a ser coordenado pela Apaco. Foram mantidos os Programas de Formação, Agroturismo e Desenvolvimento Local e inseridos dois novos programas, o de Economia Solidária e o de Agroecologia. Dentro do Programa da Agroecologia, o Cepagro assume uma posição na coordenação colegiada da Rede Ecovida. A agroecologia era entendida pelo Cepagro como (CEPAGRO, 2001a, não paginado):

Processo que busca a sustentabilidade nos aspectos sociais, ambientais e econômicos através de princípios culturalmente, tecnologicamente e metodologicamente adequados, valorizando as pessoas e a natureza como algo de importância real que vai além da mercadoria. Do ponto de vista social a

agroecologia prioriza sua atuação junto a agricultura familiar. Na questão ambiental, sobrevaloriza o processo e não o produto, a propriedade/ecossistema e não a parcela/área de produção, as pessoas e não as coisas. Com relação ao econômico procura viabilizar o agricultor, não explorando o consumidor ou elitizando o consumo. Visa respeitar as particularidades culturais de cada região, gerar tecnologias adaptadas localmente e trabalhar com metodologias participativas onde o poder e as responsabilidades são compartilhados entre os envolvidos em todas as atividades realizadas.

Naquele ano, a Rede Ecovida se expandiu para os estados do Paraná e Rio Grande do Sul e era tida como uma das maiores iniciativas organizadas de atuação em agricultura ecológica familiar do Brasil. Um dos marcos naquele ano foi a criação da Associação Ecovida de Certificação Participativa, cujo objetivo era respaldar o processo de certificação desenvolvido pela rede.

Já em relação à estrutura do Cepagro, ocorreu uma alteração da Junta Administrativa, passando a ser formada por Apaco, Cepagri, Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul do Brasil (Fetraf/SC) e Centro Vianeí. Adicionalmente, constituiu-se a Rede Cepagro de Desenvolvimento Rural Sustentável, formada pelo Cepagro, enquanto organização, e demais organizações membros da Junta Administrativa. Este processo de constituição da Rede Cepagro foi complexo e foram necessários diversos encontros e diálogos para que os membros da Rede entendessem quais seriam os papéis da Rede Cepagro e da organização Cepagro.

Para isso, foi realizado, no início do ano de **2001**, na cidade de Curitiba, o Seminário de Planejamento da Rede Cepagro de Desenvolvimento Local. A questão do Cepagro se tornar uma organização de primeiro grau, novamente, esteve em pauta, conforme o relatório do Seminário (CEPAGRO, 2001b, não paginado):

[...] é preciso definir se o Cepagro é uma entidade com atuação regional (com programas, direção e objetivos próprios) ou se é um entidade de coordenação da Rede Cepagro que obedece às deliberações da própria rede.

A partir da análise de documentos, como os Relatórios de Atividades dos anos de 1999 a 2004, atas de reunião, relatórios dos seminários, bem como a partir de algumas entrevistas, percebe-se que este foi um período complicado de mudanças e reposicionamentos do Cepagro na direção de possibilidades sugeridas no Seminário de Avaliação de 1999. A própria tentativa de formação da Rede Cepagro fez parte deste

processo de transição de uma organização de segundo grau para uma organização de primeiro grau. Neste sentido está a fala de um dos entrevistados (Etapa 2), quando sugere:

Eu entendo que foi uma maturação de uma rede mesmo. Porque o Cepagro tinha essa função de representação e ao longo do tempo isso foi diminuindo e foi se vendo que o Cepagro era mais uma entidade. Se é mais uma entidade, porque vamos ter uma de 2.º grau e outras de 1.º grau? A ideia de Rede era mais no sentido de o Cepagro descer para 1.º grau e todos conseguirem interagir horizontalmente. Acho que a maturação foi nesse sentido, uma evolução da instituição. Para ela continuar existindo, ela precisava ficar mais próxima das demais entidades, e por isso essa ideia de Rede.

Isto não quer dizer que não se via uma importância para o trabalho em rede, pelo contrário, conforme apontamentos retirados do Relatório de Avaliação e Planejamento da Rede (2002, não paginado), feito por membros das organizações que faziam parte da Junta Administrativa.

Desde a sua fundação o Cepagro já sinalizava a importância do trabalho em rede. Em função das entidades de base e do próprio Cepagro não estarem suficientemente organizados, o trabalho da rede acabou ficando em segundo plano.

[...] é muito mais fácil trabalhar em rede que trabalhar sozinho. Tem mais força, tem mais peso [...]. A rede é um fórum de debates, o que precisa ser definido é a dinâmica de trabalho dentro da rede.

[...] a rede é um importante espaço político para discutir e propor alternativas para o meio rural.

Mesmo com o entendimento da importância de uma rede, na prática, a coordenação, articulação e animação das atividades da Rede Cepagro não aconteceram, por variados fatores, e a Rede foi se enfraquecendo. Já o processo de reestruturação da organização Cepagro continuou e prosseguiu enfrentando dificuldades:

Durante os últimos anos, o Cepagro vem passando por um processo de reestruturação, que condiciona uma reorientação de suas ações, tornando inclusive sua missão institucional mais flexível com relação àquela definida na sua fundação, que era de ser eminentemente uma organização de articulação com outras organizações e ocupação de espaços políticos. [...] Devidos as suas mudanças institucionais, ocorridas como resultado de rupturas de pessoas e organizações componentes do Conselho do Cepagro, antes chamado Junta Administrativa, a entidade hoje se orienta por ações que não visam somente os espaços de negociação política e assessoria as outras organizações. Apesar de continuar exercendo este papel, o Cepagro percebe a necessidade de trabalhar mais diretamente com agricultores e suas organizações, bem como se envolver mais diretamente com a base que o constitui. (CEPAGRO, 2004, não paginado).

Enquanto ações de campo, os anos de 2001 e 2002 foram focados em trabalhos voltados para a agroecologia, especialmente, pelo fato de o Cepagro ter assumido uma posição na coordenação colegiada da Rede Ecovida. As ações foram direcionadas para o fortalecimento e ampliação da Rede. Dentre as ações, destacaram-se: processos de capacitação de agricultores familiares, técnicos e consumidores a respeito da agroecologia; discussões com os integrantes da Rede sobre a questão da certificação participativa; adaptação e sistematização de materiais para futura elaboração dos cadernos de normas de produção ecológica e de funcionamento da Rede e; acompanhamento da constituição de núcleos regionais, dentre eles, o Núcleo Litoral Catarinense, no qual o Cepagro faz parte atualmente, que foi constituído em 2002.

Para dar suporte a essas ações, dois projetos foram aprovados, um com a Fundo Especial de Proteção ao Meio Ambiente de Santa Catarina e outro com o CNPq, na qual a Universidade Federal de Santa Catarina foi a proponente. Foram contratados o pesquisador e colaborador do Cepagro, Luiz Rebelato, que fez a representação da organização na coordenação colegiada da Rede Ecovida e, como bolsista, o estudante de Agronomia Marcos José de Abreu (Marquito). Destaca-se esse fato, pois o Marquito teve uma grande importância na configuração atual da organização, bem como no desenvolvimento do tema da Agricultura Urbana, um dos pilares de atuação do Cepagro atualmente, no qual o mesmo atuou como coordenador. Outro fato importante a se pontuar no ano de 2002 foi a aproximação com o Cepagro de Charles Onassis Peres Lamb (Bagé), outra pessoa fundamental nesse processo de reestruturação da organização, atualmente como coordenador do eixo Desenvolvimento Rural Sustentável.

Esse projeto do CNPq (CEPAGRO, 2004a, não paginado) visava construir, sistematizar e aplicar a metodologia da certificação participativa da Rede Ecovida. Para isso se efetivar, já havia sido mapeada a necessidade de organização e articulação da Rede em núcleos regionais. O projeto contribuiu na formação desses núcleos e possibilitou a realização de ações para a consolidação da certificação participativa, destacando-se:

- a) elaboração de um procedimento para a organização dos núcleos regionais da Rede Ecovida. Esses núcleos descentralizariam o processo de certificação participativa, diminuindo custos, além do fato de proporcionarem um maior conhecimento da realidade de cada região;

- b) elaboração do caderno de normas para certificação participativa de produtos ecológicos, que tomou-se como base a prática dos grupos da Rede Ecovida, respaldado pela Instrução Normativa SDA/MA 007 MAIO/09<sup>2</sup>;
- c) sistematização do processo de certificação participativa e início de sua aplicação. “Se a certificação por auditoria prima pela isenção, a certificação participativa prima pela participação do maior número e diversidade de atores possível.” (CEPAGRO, 2004a, não paginado).
- d) contribuição na construção da Lei Nacional da Agricultura Orgânica (Lei n. 10.831/2003) (BRASIL, 2003).

No ano de **2002**, o Cepagro define como estratégia a atuação junto a consumidores urbanos como uma forma de criar novas formas associativas e parcerias entre variados atores sociais envolvidos nas diferentes esferas da cadeia produtiva do alimento. O conceito de produto agroecológico ainda era novo naquele período e se relacionava com outras terminologias, como alimento orgânico, natural, biodinâmico, entre outros. Desta forma, foram considerados pelo Cepagro como consumidores de produtos agroecológicos aqueles que buscavam alimentos “limpos e saudáveis”. Junto a esse público foram desenvolvidos diversos trabalhos, como mapeamento de pontos de venda, pesquisa com os consumidores, oficinas de formação e informação, seminários de promoção e divulgação do tema e produção de materiais educativos direcionados aos consumidores.

No ano de **2003**, o trabalho junto a Rede Ecovida, através do projeto do CNPq, continuou, bem como ações junto a consumidores. Relevante pontuar que este projeto com o CNPq contribuiu para a aproximação do Cepagro com a sua base de atuação, neste processo de reestruturação visando tornar-se efetivamente uma organização de primeiro grau. Adicionalmente, no ano de 2003, em reaproximação com o CCA/UFSC, o Cepagro fez uma parceria com o Departamento de Zootecnia e Desenvolvimento Rural e iniciou o projeto de extensão denominado “Promoção do Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário”, com foco no fortalecimento e organização do Núcleo Litoral Catarinense da Rede Ecovida e; se aproximou do Grupo Pastoreio Voisin, em atividades ligadas à produção de leite orgânico à base de pasto.

Ainda no ano de 2003, pela primeira vez aparece a possibilidade de se executar um projeto com o tema da Agricultura Urbana, na época denominado Agroecologia

---

<sup>2</sup> Instrução normativa trata da produção, processamento, acondicionamento e transporte de produtos orgânicos.

Urbana. O mesmo foi intitulado Programa Vivendas e tinha como objetivo a inclusão social e ambiental no meio urbano, em comunidades periféricas do município de Florianópolis, e visava uma integração entre os ambientes rural e urbano, na perspectiva de criação de espaços que propiciassem fontes de alimentos para essas comunidades. O projeto era pautado pelos princípios da Economia Solidária e previa realizar ações de educação, formação e capacitação visando a sustentabilidade das comunidades. Além disso, contemplava os seguintes eixos: quintais agroflorestais; reciclagem de materiais e resíduos orgânicos; habitação social e ecológica; produção de produtos e artefatos locais; reaproveitamento e processamento de alimentos; abastecimento de água e saneamento ambiental.

Para desenvolver este projeto, o Cepagro precisava conhecer as dinâmicas internas das comunidades, isto é, as necessidades, expectativas e visões de mundo, entre outros, o que foi um desafio, visto que a organização não tinha experiência com esse tipo de ação e com esse público. Na mesma época, a prefeitura de Florianópolis estava executando o Projeto Agente Ambiental, do Ministério da Assistência Social, que visava capacitar adolescentes para a inserção no mercado de trabalho, além de uma atuação nas suas comunidades, com enfoque ambiental. A partir disto, o Cepagro se uniu ao Projeto Agentes Ambientais, no qual foi proposto um trabalho de acompanhamento familiar desses agentes ambientais a ser realizado pela organização, objetivando conhecer melhor sua realidade e perceber as mudanças que o projeto estava ocasionando na vida daquelas pessoas.

O Programa Vivendas não tem seguimento no ano de 2004, mas como o Cepagro já estava inserido em algumas comunidades, e mesmo com poucos recursos, continuou-se a atuação na comunidade Areias do Campeche, onde se estabeleceu o projeto piloto denominado “Agroecologia Urbana – a experiência do Campeche”, que teve uma relação com a prefeitura de Florianópolis através do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil<sup>3</sup> (PETI). Basicamente, o projeto manteve os eixos do Programa Vivendas, com o objetivo de divulgar ideias de agroecologia no meio urbano, utilizar quintais urbanos para

---

<sup>3</sup> O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, conhecido também sob a sigla PETI, é um conjunto de ações que têm o objetivo de retirar crianças e adolescentes menores de 16 anos do trabalho precoce, exceto na condição de aprendiz a partir de 14 anos. O programa, além de assegurar transferência direta de renda às famílias, oferece a inclusão das crianças e dos jovens em serviços de orientação e acompanhamento. A frequência à escola também é exigida. Fonte: Wikipédia. Acesso em: 29 jul. 2018.

a produção de alimentos, bem como a criar possibilidades de geração de renda através da elaboração de produtos ecológicos como pão, tortas integrais, artesanato e outros que pudessem ser produzidos de forma ética, solidária e ecológica.

Já em relação ao funcionamento do Cepagro, o ano de 2003 foi mais um ano complicado, marcado por novas discussões sobre o fechamento da organização, dívidas financeiras, redução de projetos que viabilizassem recursos para manter a estrutura e redução da equipe técnica. Entretanto, conforme informações obtidas nas atas de reuniões dos anos de 2003 e 2004, a maioria das instituições do Conselho Deliberativo concordavam que o Cepagro deveria continuar existindo, mas com um trabalho de base mais regional e autônomo. A importância do Cepagro foi reforçada em falas de membros das instituições que compunham o Conselho, transcritas a seguir: “Há entidades no interior que precisam de suporte local político e estratégico do Cepagro”, “o Cepagro tem um papel social acumulado e, se tiver pessoal, é possível construir a organização e dar continuidade ao trabalho”.

Nesta linha, mesmo estando com uma equipe reduzida, acreditava-se que o papel de reestruturação do Cepagro era das pessoas que estavam naquela época na organização, mas que precisavam do aval e o apoio das organizações do Conselho. De uma certa maneira isso ocorreu, e ficou encaminhado na reunião do Conselho Deliberativo de outubro de 2004 que no ano de 2005 continuaria a reestruturação interna e a busca de financiamentos. Reforçando os entendimentos e encaminhamentos dados nos últimos anos, nesta mesma reunião, Charles Onassis Peres Lamb pontua que a organização:

[...] está agora numa fase de elaboração e execução própria de projetos, passando assim de uma fase que era uma instituição articuladora e executora estadual para uma fase de executora regional. Sem deixar de lado um passado histórico de articulação e mobilização, a instituição Cepagro sente-se pronta para a execução de seus projetos regionais (CEPAGRO, 2004b, não paginado).

Desta maneira, o ano de **2004** caracterizou-se pela continuação da reestruturação interna e busca de novos parceiros financeiros:

Após diversos debates ocorridos durante as Assembleias do Conselho Deliberativo do Cepagro, ficou definido que a instituição teria maior autonomia para a elaboração de projetos, busca de financiamento e execução de atividades e projetos, sempre que estes tenham fundamentos definidos no Estatuto do

Cepagro. [...] Assim a busca por parceiros financeiros tornou-se um dos principais objetivos durante o ano de 2004. (CEPAGRO, 2005, não paginado).

Na busca por parceiros financeiros, o Cepagro elabora e encaminha projeto para a Misereor e para a Fundação Interamericana (IAF) intitulado “Rede de Iniciativas Ecológicas e Solidárias e Comunidades Rurais e Urbanas de Santa Catarina”, que tinha como objetivo contribuir para a preservação e o desenvolvimento da Agricultura Ecológica Familiar na zona litoral de Santa Catarina. Para isso, seriam realizadas ações de formação e capacitação, além da promoção de iniciativas e atividades ecológicas e solidárias, dentro de uma perspectiva de desenvolvimento rural sustentável. Em especial, visava-se proporcionar a troca de experiências agroecológicas entre as iniciativas rurais e urbanas e promover o desenvolvimento de uma rede de iniciativas e atividades ecológicas e solidárias na zona litoral em Santa Catarina.

O projeto com a Misereor foi aprovado no início do ano de 2006, sob o n. 233-924-1006, com o valor de EUR100 mil (cem mil Euros) e uma duração de 36 meses. No mesmo ano, o IAF também aprova o projeto, com pequenas modificações que se complementariam com o projeto da Misereor. O projeto foi aprovado sob o n. BR-832, no valor de US\$204.500 e uma duração também de 36 meses.

Ressalta-se que no ano de **2005**, foi aprovado um projeto junto ao Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), através do Pronaf que visava ações de assistência técnica e extensão rural (Ater) para o fortalecimento e ampliação de ações em agroecologia da região da grande Florianópolis. Segundo relato dos entrevistados, este projeto foi fruto de uma articulação em rede das organizações de apoio a Rede Ecovida junto ao MDA, que lançou essa chamada de Ater para a Rede Ecovida, no qual foram contempladas 7 regiões da Rede e o Cepagro foi o executor na região do Núcleo Litoral Catarinense. Esse projeto foi fundamental, pois serviu de contrapartida para os projetos da cooperação internacional supracitados.

A aprovação destes três projetos possibilitou a contratação de uma nova equipe, garantiu a aquisição e manutenção de infraestrutura, como compra de veículos, computadores e outros equipamentos, e contribuiu para o fortalecimento da característica institucional de executora regional de projetos. Pode-se dizer que o Cepagro se tornou efetivamente uma organização de primeiro grau, conforme vinha-se se buscando desde

1999. Esses projetos possibilitaram uma atuação no ambiente rural e urbano, colaborando para uma integração entre esses dois espaços e para o fortalecimento do eixo central de atuação do Cepagro, a agroecologia. Esses pontos contribuíram para a formação da estrutura organizacional atual do organização, com atividades no campo do Desenvolvimento Rural Sustentável e Agricultura Urbana, além de reforçar a sua missão atual que é “a promoção da agroecologia de maneira articulada em rede em comunidades rurais e urbanas, garantindo a incidência política” (CEPAGRO, 2017, não paginado). Não menos importante, esses projetos possibilitaram a contratação de uma nova equipe que foi a base para a composição atual da equipe do Cepagro.

Esses fatos justificam o recorte temporal da pesquisa, sendo caracterizado por uma “nova” fase da organização. E essa constituição atual é fruto de toda essa caminhada e dos elementos apresentados neste resgate da história do Cepagro. Além disso, elementos relacionados à atuação política, bem como os desafios no processo de mobilização de recursos também foram resgatados, visto que sempre fizeram parte da história da organização.

A partir do ano de 2006, por entender que este é um período mais recente, em que pessoas que vivenciaram esta fase ainda se encontram na instituição e, especialmente, pelo fato de que a configuração organizacional, no sentido de estrutura de equipe e temáticas de atuação, de maneira geral, se mantém ao longo desses 13 anos (2006 a 2018), decidiu-se por contar parte desta história mais recente pontuando alguns marcos que aconteceram no período e que de alguma maneira evidenciaram questões discutidas nesta pesquisa. Esse marcos foram citados no decorrer do trabalho, objetivando-se trazer elementos e evidências para o desenvolvimento da pesquisa.

#### 4.2 A MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS E SEUS DESAFIOS

A partir deste levantamento do histórico do Cepagro e de informações obtidas nas entrevistas e evidenciados nos documentos da organização, retoma-se os temas destacados na “situação problema” da pesquisa referentes aos desafios da mobilização de recursos. Objetiva-se com isso, evidenciar e compreender algumas razões da redução da atuação da cooperação internacional no Brasil, a partir de meados dos anos de 1990,

e da priorização atual dos financiadores em resultados quantificáveis de curto prazo, o que impactou no uso de recursos para as ações de incidência política e para manutenção da estrutura institucional.

Nos anos de 1970, durante o período da ditadura militar, as organizações doadoras internacionais tiveram o Brasil como um de seus focos de financiamento, ajudando a manter e fortalecer os núcleos democráticos de resistência no país, para avançar agendas de direitos e de mudança social (TONI, 2010).

Durante o período de redemocratização (anos 1980 e 1990), as ONGs brasileiras foram fortemente financiadas pela cooperação internacional, em especial por outras ONGs de desenvolvimento e fundações partidárias da Europa, e por fundações independentes da América do Norte, além de setores progressistas da Igreja Católica (TEIXEIRA, 2013). Naquele época, a cooperação internacional visava apoiar a construção plural da democracia participativa brasileira, dando voz a grupos e movimentos ainda excluídos e, para isso, apostava no trabalho de incidência política e advocacy das ONGs (TONI, 2010). Neste contexto, surgiram organizações estratégicas para a consolidação da participação da sociedade no desenvolvimento social, como é o caso da Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (Abong) que nasceu em 1991, com as seguintes características:

Organizações fortemente marcadas pela resistência a ditadura e autoritarismo; pela presença ativa nas lutas democráticas, pelo compromisso de luta contra a exclusão e as desigualdades sociais; pela defesa de direitos e construção da cidadania; pelo apoio aos movimentos sociais, pela busca de alternativas de desenvolvimento ambientalmente sustentáveis e socialmente justas; e pela defesa intransigente da ética na política para a consolidação da democracia.

Entretanto, em meados dos anos de 1990, conforme Armani (2008), uma parte significativa das ONGs e dos movimentos sociais brasileiros viveu uma crise financeira. Segundo Armani (2008), as mudanças nas políticas das organizações de cooperação internacional e a perda relativa da importância do Brasil no cenário internacional de desenvolvimento significaram o fechamento de algumas entidades, redução do escopo de trabalho, do aporte financeiro e do número de parceiros no país. O reordenamento da agenda da cooperação internacional para o desenvolvimento, redirecionando suas prioridades para outras regiões planeta, é apontada por Teixeira (2013). Essa redução

da participação das organizações de cooperação internacional no Brasil, nos anos de 1990 e início dos anos 2000, pode ser evidenciado na Tabela 12, elaborada a partir de pesquisas realizadas pela Abong com suas ONGs associadas (MENDONÇA et al. 2009):

Tabela 12 - Participação de recursos oriundos de agências de cooperação internacional no orçamento de ONGs brasileiras nos anos de 1990 e 2000

ANO	1993	2000	2003
% Agência de Cooperação Internacional sobre Orçamento Total	75,9	50,6	39,9

Fonte: Elaborado pelo autor, 2018, com base em Mendonça et al. 2009.

Em 1993, 75,9% da soma dos orçamentos das organizações pesquisadas eram provenientes de agências de cooperação internacional. Em 2003 esse percentual baixou para 39,9%, num total de 176 ONGs pesquisadas naquele ano. Mendonça et al. (2009) afirmam que as organizações de cooperação internacional passaram a ser questionadas, por quem as financiava, sobre o papel político e a legitimidade de suas ações. Para Armani (2008), algumas organizações foram pressionadas em seus países de origem pela emergência de um sentimento de frustração com os impactos da “ajuda ao desenvolvimento”. Tal questionamento emergiu a partir de mudanças sociais e econômicas, como crescimento da pobreza e do desemprego em alguns países, desafio da inserção dos imigrantes, crise do Estado de bem-estar social, entre outros (ARMANI, 2010).

Ao mesmo tempo essas organizações foram chamadas para ajuda humanitária em contextos de emergências ou conflitos. Andion (2007) observa que, durante aquele período, a reforma dos países do Leste Europeu e a difícil situação dos países da África causaram uma mudança no fluxo dos recursos da cooperação internacional, gerando uma diminuição gradativa do financiamento concedido às ONGs brasileiras.

Essa tendência foi reforçada pela atuação do governo brasileiro, na primeira década dos anos de 2000. O Brasil se tornou provedor de ajuda internacional, com maior destaque para a África, e passou a ser reconhecido nas esferas oficiais como um *global player* (ARMANI, 2010). Países antes beneficiários de apoio internacional, como o Brasil, África do Sul, Índia, México, Turquia e China passaram a definir suas agendas enquanto países doadores (MILANI, 2013; BIEKART, 2013). Além disso, pelo fato de o Brasil figurar desde 2007 no grupo de países de alto Índice de Desenvolvimento Humano (IDH),

passou a estar fora da lista de países prioritários a receber ajuda oficial internacional (ARMANI, 2010). Com isso, sobretudo ONGs internacionais, financiadas por governos, não podiam utilizar proporções significativas desses recursos para ajuda ao Brasil.

Essa redução da atuação da cooperação internacional no Brasil impactou o Cepagro, conforme dados dos Relatórios de Atividades de 1991 a 2000. De 1991 a 1996, mais da metade das receitas do Cepagro eram oriundas da cooperação internacional. Já entre 1997 e 2000, o Cepagro praticamente não acessou recursos monetários da cooperação internacional, manteve apenas uma relação técnica com algumas organizações, conforme demonstrado na Tabela 13. Somente no ano de 2006 o Cepagro voltou a aprovar projetos com a cooperação internacional envolvendo recursos monetários, com a Misereor e o IAF.

Tabela 13 - Mobilização de recursos Cepagro, anos de 1999

Fontes Financiadoras	Ano									
	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Cooperação Internacional	50,8%	63,7%	50,3%	64,1%	71,6%	63,8%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Organizações Governamentais Brasileiras	39,3%	4,8%	7,8%	2,9%	4,0%	4,1%	74,3%	76,8%	70,9%	75,9%
Organizações Não Governamentais Brasileiras	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	6,1%	20,5%	11,3%	14,4%	0,0%	0,0%
Doações Pessoas Físicas	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,1%	0,6%	7,6%	2,8%	0,6%	1,7%
Receitas Próprias	3,7%	23,5%	0,0%	0,0%	1,2%	6,0%	0,4%	4,6%	19,0%	21,1%
Receitas Financeiras	6,2%	0,0%	39,7%	32,4%	15,5%	2,8%	3,0%	0,6%	0,8%	1,3%
Outros	0,0%	8,0%	2,2%	0,5%	1,4%	2,2%	3,4%	0,7%	8,6%	0,0%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Elaborado pelo autor, 2018, com base nos relatórios de atividades anuais do Cepagro, 2018.

Silva e Vargas (2009) indicam que organizações de cooperação internacional denominam esse processo como a “crise da cooperação internacional”, sugerindo que:

Segundo algumas organizações, apresentava-se anteriormente uma dificuldade de manter o mesmo nível de arrecadação de recursos para o Brasil, bem como, de justificar a necessidade de investimento no país. Segundo eles, o Brasil seria um país de renda média, considerado um país com recursos próprios para investimento no setor social e, conseqüentemente, tendo menos necessidades de investimentos externos neste setor em comparação a outros países. Este quadro soma-se também à preocupação ativa do governo brasileiro atual com as questões sociais, o que teria contribuído para a mudança de prioridade da presença internacional (SILVA, VARGAS, 2009, p. 13).

Adicionalmente, Silva e Vargas (2009) sugerem que as mudanças de prioridades e de restrições orçamentárias para o Brasil foram aceleradas, intensificadas ou legitimadas frente à crise econômica mundial de 2008/2009. Já Armani (2010) alerta que esta crise acarretou perdas importantes para muitas organizações internacionais e fez estacionarem e/ou recuarem novas iniciativas e investimentos de risco.

Como evidência dessa reconfiguração dos mecanismos de atuação de organização da cooperação internacional no Brasil, cita-se o exemplo da Misereor. Durante os anos de 2013 a 2015, a Misereor organizou uma série de encontros com parceiros do Sul do Brasil para dialogar acerca do término da cooperação bilateral e o início de novas formas e ideias de cooperação. Alguns pontos colocados pela Misereor (2015, não paginado) foram destacados a seguir:

É importante ter o entendimento de que Misereor não será mais o único financiador ou a fonte principal de financiamento das organizações. [...] Esse apoio tem que ser complementar a nível financeiro ou de conteúdo. Não vai mais financiar a infraestrutura, toda a equipe, todas as atividades, as diárias das viagens, por exemplo. Tem que ter contrapartida financeira (no mínimo 25% que tem que entrar na conta do projeto), especialmente os projetos em rede, esse é um critério do governo alemão que é o financiador de Misereor.

Diante disso, como premissa de financiamento de projetos, além dos pontos supracitados, definiu-se que os mesmos deveriam ser elaborados e executados em rede com outras organizações. “Elaborar e executar projetos em rede é muito diferente do que cooperar quando já existem projetos individuais” (MISEREOR, 2015, não paginado). Considerando essas premissas, no ano de 2015, foi elaborado o Projeto 233-950-1033 ZG, em rede entre as organizações Cepagro, Centro de Tecnologias Alternativas Populares (CETAP/RS), Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA/PR) e o Centro Vianeí, sendo este último o proponente. Segundo relatado por membros das organizações, essa reconfiguração foi acompanhada de uma redução de recursos disponibilizados e uma maior exigência de comprovação de contrapartidas para organizações executoras do projeto.

O segundo tema acerca dos desafios de mobilização de recursos enfrentados pelo Cepagro se refere a priorização atual dos financiadores em resultados quantificáveis de curto prazo, o que impacta o uso de recursos para as ações de incidência política e para

a manutenção da estrutura institucional. No caso das organizações de cooperação internacional, o questionamento sobre o sentido e os efeitos da “ajuda ao desenvolvimento” também contribuiu para uma mudança nos modelos de gestão e estratégias de ação dessas organizações. Passaram a priorizar o financiamento de atividades fins de projetos específicos e a restringir o uso de recursos para apoiar as organizações.

[...] as organizações e agências internacionais deixaram de apoiar organizações e passaram a apoiar projetos com foco definido e de curta duração, desde os anos 1990, em grande medida devido ao recrudescimento das condições de mobilização de recursos em seus países e regiões. Isto as levou a desenvolver estratégias que permitissem maior controle sobre o alcance de resultados tangíveis (ARMANI, 2013, p. 29).

Armani (2013) ressalta que este ambiente ficou impregnado por princípios de agilidade, pragmatismo, funcionalidade e resultados de curto prazo. Fato que impacta no financiamento de ações de incidência política, que em muitos casos, são difíceis de serem quantificadas e os resultados, quando obtidos, são no longo prazo. Biekart (2013, p. 86) contribui com esse debate quando afirma que:

Os resultados e impactos das agências de ajuda internacional privadas começaram a ser inspecionados. [...] Políticos, jornalistas, bem como servidores públicos acreditavam que as agências de ajuda internacional privadas deveriam mostrar-se mais responsáveis, essencialmente através da demonstração mais detalhada de seus resultados alcançados. Foi o começo de uma onda de monitoramento de resultados acionada pela demanda por demonstração da eficácia das ajudas. [...] A desvantagem deste desenvolvimento foi a fixação nos resultados de curto prazo e menor preocupação com resultados de mais longo prazo que deveriam ser, provavelmente, mais sustentáveis.

No caso do Cepagro, acredita-se que a cooperação internacional foi fundamental para a estruturação e manutenção institucional nos anos iniciais da organização, o que contribuiu no fortalecimento e consolidação da atuação da organização, inclusive nas ações de incidência política. Destaca-se aportes financeiros para aquisição de bens e reformas, não necessariamente vinculados com atividades de campo de projetos específicos. Por exemplo, em 1993, o Cepagro adquiriu, no âmbito de um projeto com a LAZ (Projeto n. 894/SC), uma impressora/duplicadora tipo “Risograph”, que então custava mais caro que um carro novo. O equipamento possibilitou a impressão de materiais próprios e a prestação de serviços gráficos como uma fonte extra de mobilizar

recursos. No ano de 1994, foi disponibilizado pela LAZ (Projeto n. 955/SC) e pela GTZ recursos para a construção e equipagem da nova sede do Cepagro, construída num terreno localizado dentro do Centro de Ciências Agrárias da UFSC, mediante contrato de comodato com a UFSC.

Na atualidade, essa restrição permanece no campo das ONGs. No artigo “Captação internacional de recursos”, Vergueiro (2017, não paginado) informa:

A captação de recursos internacionais pode ser feita, principalmente, de duas formas: desenvolvendo parcerias de longo prazo com organizações financiadoras (*grantmakers*), ou enviando projetos para os editais dessas e de muitas outras organizações. A primeira opção é cada vez mais difícil hoje em dia: os grandes financiadores internacionais se retraíram, ou mudaram de foco, e é menor a chance de se conseguir um parceiro de longo prazo, daqueles que investem recursos por anos seguidos na nossa organização, e permitem que esse recurso seja usado da forma como melhor entendemos, inclusive em despesas correntes.

O setor público, especialmente federal, também contribui para essa ênfase nos resultados palpáveis de curto prazo dos projetos, nas ações quantificáveis. Armani (2013) destaca que o financiamento público federal das ONGs se dá sobretudo pela via do apoio a projetos, com limitadas possibilidades de suporte a custos de manutenção da organização. Brito e Melo (2007) também afirmam que o financiamento com recursos públicos apresenta muitas restrições a custos administrativos e de pessoal.

A partir da experiência do Cepagro, percebe-se que essa tendência se amplia para projetos vinculados a fundações privadas, ONGs que financiam projetos e doações de indivíduos. Para ilustrar essa questão, foi elaborada a Tabela 14, contendo trechos de editais dos quais o Cepagro participou e de projetos realizados pela organização.

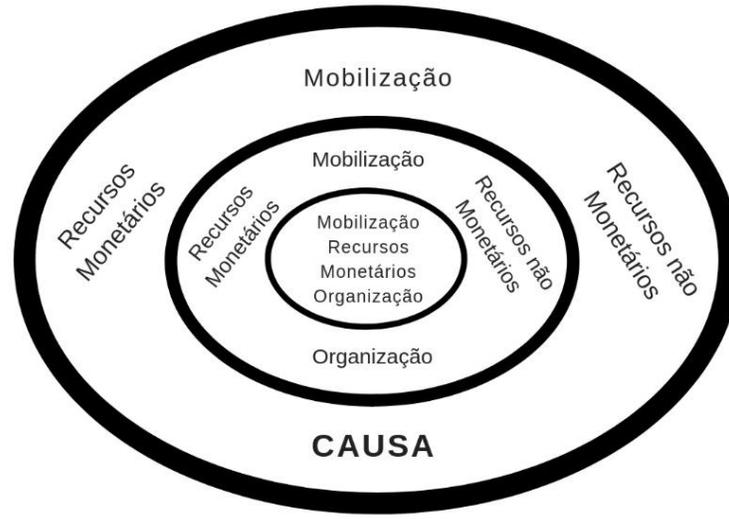
Tabela 14 - Trechos de editais e projetos que o Cepagro participou destacando restrição do uso de recursos financeiros para manutenção da organização, não vinculado a atividades fins do projeto

Ano	Edital/Projeto	Descrição
2012	Projeto AC FSA CAIXA.0037.029/2012.ODM	Cláusula 6ª – Parágrafo 3º: Fica terminantemente vedada a utilização de recursos financeiros alocados no projeto para custeio de: c) Remuneração do coordenador do projeto e do responsável financeiro. d) Taxa de administração, contador, gerência e/ou similar i) Pagamento de taxas bancárias [...] j) Despesas gerais de manutenção da entidade proponente ou executora do projeto (água, luz, telefone, aluguel)
2015	Edital-002/2015 Fundo Socioambiental Casa	Cláusula 9 – Itens Financiáveis Os recursos poderão executar despesas referentes apenas aos itens do projeto aprovado. Cláusula 10 – <u>Vedações</u> para composição do investimento <u>Gastos de administração</u> (custos diretos e indiretos) do Projeto por parte da Organização Parceira.
2017	Edital-001/2017 Fundo Sociambiental Caixa	10.3 – Critérios Financeiros Quais itens poderão ser apoiados financeiramente Despesas administrativas, limitadas a 15% do valor aportado pelo FSA CAIXA, <u>exclusivas e diretamente</u> vinculadas à execução do projeto e no período de sua duração.
2018	Edital-2018/009 Fundação Banco do Brasil	8 – Itens não passíveis de apoio <u>8.2 Despesas de taxa de administração, de gerência ou similar</u> da instituição proponente; <u>8.3 Despesas com pessoal do quadro funcional da instituição proponente</u> , exceto membros da equipe dimensionada para assistência técnica e/ou acompanhamento do projeto, desde que os valores sejam <u>proporcionais ao tempo de trabalho efetivo dedicado ao projeto</u> ; <u>8.4 Custeio e gastos com manutenção corrente</u> (energia, água, material de expediente, telefone, internet, etc.) da instituição proponente, exceto aqueles relacionados às atividades do projeto;

Fonte: Elaborado pelo autor, 2018.

Diante do exposto, percebe-se que tanto a redução da atuação da cooperação internacional no Brasil, a partir de meados dos anos de 1990, quanto as restrições ao uso de recursos oriundos dos financiadores para manutenção da estrutura institucional das ONGs estão ligados a recursos monetários da organização. Entretanto esta pesquisa buscou ampliar o significado dos recursos, considerando-os como monetários e não monetários. Adicionalmente, essa abordagem da mobilização de recursos vai para além do âmbito das próprias organizações e passa-se a analisar, também, no âmbito da causa defendida (Figura 6).

Figura 6 - Mobilização de recursos



Fonte: Elaborado pelo autor, 2018.

Nas buscas iniciais de referenciais teóricos e técnicos para a pesquisa, percebeu-se uma diferenciação no uso dos termos “captação de recursos” e “mobilização de recursos”. Conforme Santos (2014, p. 55), “a discussão sobre a utilização dos termos ‘captação’ ou ‘mobilização’ de recursos está posta para e pelas organizações da sociedade civil, há alguns anos”.

Autores como Lório (2001), Santos (2005), Armani (2008), Silva e Lubambo (2008), Andion (2015) e Oliveira (2017) utilizam o termo “mobilização de recursos”, por entender que traz uma perspectiva ampliada, englobando não somente os recursos destinados aos projetos organizacionais, como também, o comprometimento da sociedade com a causa da organização. Um sentido amplo que envolve a obtenção de apoio financeiro e político ao trabalho de promoção dos direitos e do exercício pleno da cidadania. Armani (2008) aponta que a mobilização de recursos não se refere apenas a aspectos monetários e técnicos, inclui um desafio político, uma vez que diz respeito a um meio de alcançar a sobrevivência da organização e a possibilidade de transformação social como um todo.

Entretanto, há autores e representantes da sociedade civil organizada que optam por falar em “captação de recursos”, ou não fazem distinção entre os termos. Conforme afirma Santos (2014), pode-se encontrar, na literatura e nas discussões sobre organizações da sociedade civil e seu campo de gestão, as duas terminologias, utilizadas por diversos autores. Andion (2015) apresenta discussão mais detalhada sobre as duas

terminologias. Nesta pesquisa, será assumido o termo mobilização de recursos, por entender que essa abordagem está mais afinada com o objetivo da pesquisa e por verificar que esse é o termo utilizado pelo Cepagro.

Segundo Armani (2008), a mobilização de recursos vai além da captação de recursos monetários por meio de projetos específicos para se tornar um esforço permanente, planejado e sistemático de fortalecimento da sustentabilidade da instituição. A sustentabilidade assume o sentido da capacidade para tornar duradouro o valor social do projeto político-institucional da organização. Isto é, a sustentabilidade é entendida como um fenômeno que ultrapassa a obtenção de recursos monetários, implicando em posicionamento político, diálogo com outros atores, execução de parcerias, busca e garantia de credibilidade e legitimidade, capacidade de transformação e adaptação e desenvolvimento institucional (SANTOS, 2005). Ainda conforme Armani (2008, p. 11):

[...] mobilizar recursos [...] expressa o processo pelo qual uma organização promove, em um mesmo movimento, educação cidadã, mobilização social, mobilização de apoio material, técnico e financeiro. Pela ótica da mobilização de recursos, as estratégias de fortalecimento da sustentabilidade institucional são mobilizadoras da consciência social cidadã – em um só movimento, promovem-se engajamento social e fortalecimento da organização.

Contribuindo com o tema, Andion (2015) afirma que a mobilização de recursos é um importante meio de promoção da transformação social, além de ser uma estratégia de garantia de sobrevivência da organização. Santos (2009) leciona que o elemento central do conceito de “mobilização de recursos” é o desenvolvimento de uma ação educativa dirigida a todos os setores da sociedade, no intuito do reconhecimento do papel de cada um desses atores no enfrentamento dos graves problemas sociais brasileiros.

Janaína Jatobá, coordenadora do programa de mobilização de recursos Oxfam GB no Brasil, colabora com o exposto, quando afirma, na “Apresentação” do livro “Mobilizar para transformar”, de Armani (2008, p. 7):

[...] o papel da mobilização de recursos nas organizações é o de fazer com que o compromisso de diferentes sujeitos com a transformação da sociedade se concretize em ato político e financeiro a uma causa, por meio das organizações a ela relacionadas, de maneira que, nesse processo, possa se aprofundar o entendimento desta causa e sua relevância social, assim como a relação de confiança entre esses sujeitos e as organizações sociais; possibilitando, dessa forma, a participação de outros e a união de esforços na concretização de um outro projeto de sociedade.

Brito e Melo (2007) afirmam que a mobilização de recursos consiste em fortalecer as organizações da sociedade civil com fundamento na construção de uma base social de apoio político e financeiro, buscando desta forma aumentar a autonomia financeira e política e a capacidade de realização dessas organizações. Ainda segundo elas, o apoio social é visto como base para que ocorra o apoio financeiro.

A partir dessa perspectiva de uso do conceito de mobilização de recursos, buscou-se definir a classificação dos recursos, isto é, quais seriam os recursos possíveis de serem mobilizados. Na literatura acadêmica e técnica profissional encontrou-se variadas abordagens sobre recursos. Dall’Agnol et al. (2017) classificam os recursos como financeiros, físicos e humanos. Mills et al. (2002) classificam os recursos como tangíveis e intangíveis, denominando de tangíveis aqueles que podem ser tocados, como equipamentos, materiais e construções, e os intangíveis aqueles de difícil mensuração, como habilidades, conhecimento e experiências. Lacerda et al. (2014) classificam como recursos de capital físico, recursos de capital humano e recursos de capital organizacional. Os recursos de capital físico incluem a tecnologia física utilizada pela organização, tais como: sede, equipamentos, localização geográfica. Os recursos de capital humano incluem trabalhadores da organização, a capacidade intelectual, experiência, relacionamento entre os trabalhadores. Os recursos de capital organizacional são relacionados à estrutura formal da organização. A forma como ela se organiza, suas ferramentas de controle e seus sistemas de coordenação são alguns exemplos.

Nesta pesquisa, os recursos foram classificados conforme apresentado por Santos (2005), que se baseia nos princípios da economia solidária (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004), no qual a solidariedade tem centralidade na elaboração das atividades econômicas. Desta forma, propõem um novo olhar em relação à economia, que não a reduz ao mercado, mas a percebe como uma economia plural. A partir desta visão, identificam três economias: a economia mercantil, a economia não mercantil e a economia não monetária (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004). França Filho (2001, p. 250, grifo nosso) define a natureza dos recursos como:

Não mercantil: através de subvenções ou outros financiamentos à atividade oriundos do poder público (qualquer que seja a instância de governo) — recurso ao Estado;

Mercantil: através de venda ou prestação de serviços a particulares (pessoa física ou jurídica) — recurso ao mercado;

Não monetária: através da participação voluntária de certos membros, ou seja, a doação sob a forma material ou humana (doação de tempo, etc.) — recurso a uma lógica recíprota ou uma lógica da dádiva.

A partir desta classificação, Santos (2005, p. 118 e 119) sugere adequações à realidade das ONGs e classifica os recursos como:

a) mercantil: baseia-se nas relações estabelecidas com o mercado, englobando os produtos e serviços comercializados pela Organização e os recursos advindos das comercializações;

b) não mercantil (porém monetário): os financiamentos de projetos por parte de empresas, governo, fundações, agências de cooperação internacional, as doações recebidas de pessoas físicas e jurídicas, e o montante de recursos financeiros provenientes de cada um destes;

c) não monetário: os voluntários atuando na organização, os serviços e apoios técnicos realizados, gratuitamente, por indivíduos, empresas e organizações; e os bens materiais recebidos.

Baseado nessas referências e ajustando-se à realidade desta pesquisa, os recursos foram classificados como monetários e não monetários, sendo: a) monetários: recursos financeiros obtidos pelo Cepagro a partir dos projetos firmados com empresas, governo, fundações, agências de cooperação internacional; prestação de serviços; doações em dinheiro recebidas de pessoas físicas e jurídicas; b) não monetários: os serviços e apoios técnicos realizados, gratuitamente, por indivíduos, empresas e organizações; as doações de materiais e equipamentos; as parcerias na disponibilização gratuita de materiais, equipamentos e espaço para realização de atividades; apoio político a organização e as causas defendidas.



## 5 A INCIDÊNCIA POLÍTICA E A MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS

Este capítulo será dedicado aos resultados da pesquisa, e foi dividido em 05 partes: na primeira, será identificado o significado da incidência política realizada pelo Cepagro; na segunda, serão identificadas as estratégias de ação utilizadas pela organização nos processos de incidência política; na terceira, será tratado sobre o trabalho em rede, identificado pela equipe do Cepagro com uma estratégia de incidência política; na quarta, serão explorados alguns exemplos de oportunidades políticas e a relação do Cepagro com o Estado e; na quinta; será analisada a relação entre a incidência política do Cepagro e a mobilização de recursos para a organização e para a causa defendida.

### 5.1 A DEFINIÇÃO DE INCIDÊNCIA POLÍTICA

Para se analisar a relação entre a incidência política do Cepagro e sua capacidade de mobilizar recursos, buscou-se inicialmente compreender o significado de incidência política para o Cepagro, visto que o termo está em destaque na missão, na visão e em todas as áreas de atuação. Isso indica que a incidência política é uma ação transversal na atuação da organização (ver Tabela 15). A própria constituição do Cepagro pode ser considerada fruto de um trabalho de incidência política, num contexto no qual organizações não governamentais, instituições públicas de pesquisa e de extensão e universidades buscaram formas de apoiar o desenvolvimento da agricultura familiar no estado de Santa Catarina, nos anos 1990. Conforme um dos entrevistados, "A incidência política está no DNA do Cepagro, está na origem do Cepagro" (Entrevista 4).

Tabela 15 - Missão, visão e área de atuação Cepagro (grifo do pesquisador) (Continua)

MISSÃO	A promoção da agroecologia de maneira articulada em rede em comunidades rurais e urbanas, garantindo a <i>incidência política</i> .
VISÃO	Ser referência no fortalecimento da Agroecologia em comunidades locais, nacionais e internacionais, por meio do desenvolvimento e reaplicação de tecnologias sociais, estabelecendo parcerias, contribuindo na <i>construção de políticas públicas</i> , com sustentabilidade da equipe, da infraestrutura e nos projetos.
ÁREAS DE ATUAÇÃO	
Articulações de Redes Agroecológicas	Uma das principais estratégias de promoção da Agroecologia no Cepagro é o apoio a iniciativas agroecológicas rurais e urbanas para fortalecimento de alternativas de produção e consumo através do trabalho em Rede. Articulamos grupos de agroecologia, organizações e instituições de apoio por meio de encontros, seminários, oficinas, intercâmbios e comunicação formativa. Fomentamos a

	<p>organização de agricultores familiares para a adoção de práticas agroecológicas, planejamento de produção, abertura de canais de escoamento e valorização do patrimônio agroalimentar, principalmente através da articulação com a Rede Ecovida de Agroecologia e com organizações latinoamericanas. Também participamos na articulação de redes de agricultura urbana, hortas pedagógicas, engenhos artesanais e outras temáticas ligadas à agroecologia, <u>complementando este trabalho com nossa atuação em espaços de representação políticas</u> (fóruns, conselhos, audiências públicas). Buscamos com isso contribuir para segurança alimentar e nutricional, a saúde de agricultores e consumidores e a conservação do meio ambiente.</p>
Educação Agroecológica	<p>A educação agroecológica permeia diversas ações do Cepagro, integrando atividades práticas, reflexivas e participativas nos contextos urbano e rural, direcionadas para as comunidades escolar e acadêmica, agricultores familiares e urbanos, consumidores, grupos de economia solidária e organizações diversas. Realizamos oficinas, intercâmbios, mutirões, produção de publicações, intervenções lúdicas, formação e sensibilização de educadores e consumidores, bem como <u>incidência política para o fortalecimento de temáticas agroecológicas em espaços educativos</u>. Visamos estimular a mudança de hábitos alimentares e de atitudes em relação ao meio ambiente e a todas as formas de vida.</p>
Gestão de Resíduos Orgânicos	<p>Ao compreender os resíduos orgânicos como matéria prima para um insumo básico da agricultura agroecológica - o composto - promovemos a gestão descentralizada destes resíduos nos contextos rural e urbano, tendo como referência o método UFSC de compostagem. Trabalhamos junto a órgãos públicos, comunidades rurais e urbanas, grupos organizados, escolas, universidades e grandes geradores de resíduos orgânicos, prestando assessoria técnica na implantação e monitoramento de pátios de compostagem, <u>subsidiando a construção de políticas públicas</u> e contribuindo para pesquisas acadêmicas. Partimos de metodologias como formações e capacitações; sensibilização, mobilização e articulação comunitárias; produção de materiais técnicos e informativos; <u>incidência política</u> e reaplicação da tecnologia social de gestão comunitária de resíduos orgânicos e agricultura urbana. Visamos à valorização da fração orgânica, à conscientização sobre o ciclo do alimento, à qualificação dos recicláveis secos e à redução do volume de rejeitos destinados ao aterro sanitário, gerando renda e promovendo o desenvolvimento local sustentável.</p>
Agricultura Urbana	<p>A promoção da agricultura urbana no Cepagro enfatiza a sensibilização e articulação comunitárias para práticas ambientalmente sustentáveis em espaços públicos e privados. Utilizamos como estratégia de atuação a sensibilização para a gestão comunitária de resíduos orgânicos, a assessoria a hortas pedagógicas e comunitárias e o mapeamento de quintais produtivos. Atuamos junto a grupos comunitários, agricultores urbanos, gestores e órgãos públicos, além da comunidade acadêmica e escolar. Trabalhamos articulados as redes locais e nacionais, <u>realizando incidência política</u> e participação em conselhos, encontros e seminários. Buscamos a troca e socialização de saberes por meio de oficinas e intercâmbios; produção de materiais informativos e parcerias com instituições educacionais e de pesquisa. Contribuímos assim para a transformação da cidade, proporcionando espaços para a interação social com qualidade ambiental, a segurança alimentar e nutricional, além da manutenção da biodiversidade.</p>
Desenvolvimento Rural Sustentável	<p>A promoção do desenvolvimento rural sustentável no Cepagro está voltada para o fomento à transição agroecológica e à diversificação produtiva, além do fortalecimento da identidade de grupos de agroecologia. Trabalhamos junto a agricultores familiares, tanto os que buscam alternativas à agricultura chamada convencional (especialmente fumicultores) quanto os que já estão inseridos em redes agroecológicas. A fim de fortalecer a relação campo-cidade, atuamos também junto a consumidores, estudantes, educadores e lideranças comunitárias. Como metodologia de trabalho, priorizamos a mobilização e articulação comunitária; a realização de oficinas, seminários e intercâmbios de saberes; a inclusão e</p>

	<p>integração de famílias na Rede Ecovida de Agroecologia e outras redes colaborativas, além do apoio ao Sistema Participativo de Garantia. A partir dessas ações, promovemos uma agricultura mais sustentável, com melhorias na saúde das famílias agricultoras, no meio ambiente e na qualidade dos alimentos; contribuindo para a permanência das famílias no campo e a conservação e valorização da agrobiodiversidade. Paralelamente, <u>por meio da participação em espaços públicos de representação e ações de incidência política, fomentamos o acesso e fornecemos subsídios para a construção de políticas públicas</u> voltadas para o desenvolvimento da agroecologia. Colaboramos ainda com atividades de pesquisa e extensão universitárias.</p>
--	---

Fonte: Elaborado pelo pesquisador, 2018, com base no planejamento estratégico participativo Cepagro, 2018.

Quando perguntados sobre significado da incidência política realizada pelo Cepagro, a maioria dos entrevistados discorreram sobre espaços dos quais participa, como conselhos e fóruns. Outros elementos destacados foram: “Interferir de alguma forma para que os interesses dos grupos de base pudessem estar chegando nos espaços de construção das políticas”; “É nossa base que garante argumentação, se a gente não tiver na base, não temos acesso a lida do dia a dia, as dificuldades.”; “nos tornamos uma ponte entre essa base e os espaços de discussão dos temas de interesse dessa base”.

Desta maneira, percebe-se que o tema está inserido na compreensão dos entrevistados, mas não existe um alinhamento no conteúdo das verbalizações, o que sugere que não existe uma visão institucionalizada, isto é, um conceito construído e difundido para toda a equipe. Esse fato é destacado na fala de um dos entrevistados:

A gente sabe que faz incidência política, mas não conseguimos fazer ainda de maneira organizada, sistematizada [...] ainda não está 100% claro o que é essa incidência política pra gente. Fica muito fácil de materializar quando tem um espaço (Entrevista 3).

Esta falta de uma visão ou abordagem institucionalizada é percebido no site da organização, no qual na aba denominada “Incidência Política” encontra-se uma restrita menção à participação em conselhos, conforme transcrito abaixo:

Participação em Conselhos - Através da participação de membros de sua diretoria e equipe técnica, o Cepagro contribui permanentemente com a discussão e construção de políticas públicas nas áreas temáticas de Agroecologia, Segurança Alimentar e Nutricional, Alimentação Escolar, Produção Orgânica, Diversificação da Fumicultura, Gestão de Unidades de Conservação.

Este fato motivou o pesquisador a buscar elementos na literatura, visando refletir sobre possíveis sentidos e práticas de incidência política realizadas pelo Cepagro, pois a trajetória da organização evidencia que a incidência é mais ampla do que a participação em conselhos e a contribuição na construção de políticas públicas.

De acordo com Scherer-Warren (2011), para se compreender o processo de incidência política, se faz necessário entender alguns elos ou níveis estratégicos da sociedade civil. O primeiro nível seria o nível organizativo de base, que está relacionado ao trabalho de base destacado pelos entrevistados. Segundo a autora, neste nível, além do mapeamento das demandas da base, são realizadas práticas educacionais e de formação política orientadas para as desconstruções e reconstruções simbólicas acerca de políticas identitárias tradicionais.

Já a ligação entre as bases de trabalho da organização e os espaços de discussão, construção e controle social de políticas públicas é chamado de nível político articulatório ou de mediação. Neste nível, se dá voz a esses sujeitos ou a temáticas, muitas vezes excluídos da tomada de decisões. Segundo Scherer-Warren (2011), no nível político articulatório, ou de mediação, constroem-se a identificação política coletiva, a solidariedade, a demanda por direitos, o debate das políticas nacionais prioritárias para os movimentos. Esses debates são materializados em espaços como fóruns e redes interorganizacionais. Ainda de acordo com a autora, todo esse debate tem um retorno educativo direto no nível das organizações de base participantes e uma incidência política favorável a uma democratização da esfera pública. Esses dois níveis (organizativo e articulatório) são ilustrados na fala de um dos entrevistados, quando afirma:

Eu sempre fui para esses espaços de incidência política através de um trabalho de base, eu nunca consegui fazer a partir de uma defesa ideológica de um modelo, mas sempre a partir do que a base demandava (Entrevista 6).

Além das bases de atuação, alguns entrevistados entendem que a incidência política realizada pelo Cepagro abrange a sociedade civil em geral, isto é, as pessoas que têm interesse nas temáticas defendidas pela organização, bem como as que são impactadas pelos resultados gerados pela incidência política, conforme sugere um entrevistado:

Mas fico pensando que com a população também acabamos fazendo um trabalho de incidência política. Nisso eu vejo a questão da comunicação, se queremos mobilizar as pessoas para nossa causa, isso é um trabalho político também (Entrevista 2).

Outro entrevistado comenta:

A incidência política não é somente Cepagro e Estado, são todos os atores que estão envolvidos dentro da agroecologia [...] não temos a dimensão do quanto incidimos politicamente na vida das pessoas (Entrevista 3).

Esse processo de divulgação da causa, de busca de adesão de simpatizantes, de apoio ao movimento, conforme citado pelos entrevistados, é definido como nível de mobilização na esfera pública, conforme sugere Scherer-Warren (2011) e compreendem ações como as marchas em praça pública, as campanhas, as “semanas”, os “mutirões sociais”, entre outros. Exemplificando com base na atuação do Cepagro, cita-se as campanhas antitabagistas que envolvem áreas como saúde e diversificação produtiva; campanhas pela alimentação saudável, que envolvem variados atores e organizações ligadas à saúde, segurança alimentar e nutricional, agricultura; campanha #EngenhoéPatrimônio, que busca mobilizar comunidades para o reconhecimento dos engenhos de farinha catarinenses como Patrimônio Cultural; a “semana” do alimento orgânico que ocorre todo mês de maio, que é reconhecida e tem o apoio do Ministério da Agricultura.

Segundo Scherer-Warren (2011), no nível de mobilização da esfera pública busca-se a visibilidade política e o reconhecimento público do movimento, visa-se demonstrar força política e abrir canais de negociação na esfera pública. Este nível sai do contexto organizacional e se amplia para outros grupos com a mesma identidade social ou política, a fim de ganhar visibilidade, produzir impacto na esfera pública e obter conquistas para a cidadania (SCHERER-WARREN, 2006).

Voltando à missão da organização, percebe-se o termo “promoção da agroecologia”. No próprio nome do Cepagro, Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo, encontra-se a palavra “promoção”, no sentido de promover essas temáticas. Nos anos de 1990 a promoção da agricultura de grupo como a causa da

organização e atualmente, esta é entendida como um meio de ser fazer a agroecologia, que hoje é a temática central de atuação do Cepagro.

Um dos entrevistados afirma que a promoção da agroecologia garante a incidência política e vice-versa. Libordoni (2000, p. 193) leciona nesta direção quando afirma que:

[...] organizações veem a promoção e a defesa como um processo de mudança e transformação social visando tornar mais democráticas as relações de poder e assegurar uma participação maior dos segmentos historicamente excluídos nos processos de tomada de decisões, de maneira a tornar suas vidas mais saudáveis, seguras e produtivas. Essas concepções envolvem ao mesmo tempo o uso e a transformação do poder visando a promover uma nova visão de sociedade e de mundo, onde as relações sejam mais igualitárias, os direitos humanos fundamentais respeitados, o meio-ambiente preservado, e os benefícios do desenvolvimento equitativamente distribuídos.

Durante as entrevistas, algumas pessoas citaram as ações de advocacy como sendo incidência política. Alguns autores fazem uma distinção entre os termos incidência política e advocacy, como apontado por Scherer-Warren (2011, p. 73):

Advocacy se refere à defesa de direitos e da condição humana de grupos sociais particularmente excluídos e oprimidos. Incidência política 'se associa com processos de mobilização pública de atores sociais em função de incidir em quem faz as políticas públicas. Não se reduz à defesa dos grupos dentro da legislação vigente e, sim, inclui iniciativas em prol de novas regras de jogo' (GRUPO PACHACAMAC, [20--], p. 11 apud SCHERER-WARREN, 2011, p. 73).

Entretanto, mesmo indicando essa diferença conceitual, Scherer-Warren (2011) concorda que é difícil limitar uma fronteira entre esses conceitos, pois os mesmos se complementam num processo de luta por transformação. Talvez por isso, alguns autores não fazem essa diferenciação, como é o caso de Libordoni (2000), que trata o tema da incidência de maneira ampla, dentro do conceito de *advocacy*. Contribui com o tema, Silva (2017, p. 414) utilizando-se do termo *policy advocacy*, o qual define como:

[...] um conjunto de atividades estrategicamente coordenadas que objetivam defender os interesses de uma causa e promover mudanças de opiniões e conceitos por intermédio do engajamento de atores públicos dos e privados em prol de um objetivo em comum.

Libardoni (2000, p. 4) sugere que, quando falamos de *advocacy*:

[...] falamos de política e processos de transformação, de valores e crenças, consciência e conhecimento. Falamos sobre influenciar o poder em questões e problemas que concernem aos cidadãos, sobretudo àqueles marginalizados e excluídos dos processos políticos. Falamos de construção de organizações fortes e democráticas, de fortalecer a sociedade civil em sua ação de controle social e responsabilização de agentes institucionais. Falamos sobre democratizar as relações de poder e ampliar a participação dos segmentos historicamente excluídos nos processos de tomada de decisões, de maneira a promover uma nova visão de sociedade e um mundo onde as relações sejam mais equitativas.

A partir da análise das entrevistas, de informações documentais, bem como, do que a literatura do campo aborda, conclui-se que a incidência política realizada pelo Cepagro se aproxima do conceito de *advocacy* tratado por Libardoni (2000), podendo ser definida, nesse caso como: Iniciativas de interação e/ou pressão política junto ao Estado; de promoção e defesa da agroecologia; de articulações estrategicamente coordenadas e mobilizadas junto aos grupos de base, a outras organizações, aos agentes públicos e/ou a sociedade civil em geral; objetivando-se dar visibilidade à causa defendida no debate público, ampliar a participação dos segmentos excluídos nos processos de tomada de decisões, influenciar políticas e pessoas, de maneira a promover uma nova visão de sociedade e de mundo.

## 5.2 AS ESTRATÉGIAS DE INCIDÊNCIA POLÍTICA

Algumas estratégias de incidência política foram identificadas durante a pesquisa, sendo a principal delas, citada por todos os entrevistados, a atuação em espaços de construção e controle social de políticas públicas que tenha a participação da sociedade civil, com destaque aos conselhos, fóruns e audiências públicas. Segundo Abers, Serafim e Tatagiba (2014), a participação em conselhos é uma estratégia de ação utilizada pelos movimentos para se relacionar com o Estado, denominada de participação institucionalizada. Esta é:

[...] caracterizada pelo uso de canais de diálogo oficialmente sancionados que são guiados por regras previamente definidas, aceitas pelos envolvidos (e em alguns casos estabelecidas pela lei). [...]. No Brasil, três modelos de participação institucionalizada tornaram-se predominantes: o orçamento participativo, os

conselhos de políticas públicas e as conferências (ABERS, SERAFIM, TATAGIBA, 2014, p. 332).

Os conselhos de políticas públicas, também chamados de conselhos gestores, são frutos de demandas populares e pressões da sociedade civil no processo de redemocratização do Brasil (GOHN, 2007). Surgem nos anos 1990, garantidos legalmente pela Constituição de 1988, com o papel de ser instrumentos mediadores na relação entre Sociedade e Estado. Em especial os artigos 198, 204 e 206 da Constituição deram origem à criação dos conselhos no âmbito da saúde, assistência social e educação nos três níveis de governo. Tais experiências provocaram a multiplicação de conselhos em outras áreas temáticas. Conforme destaca Gohn (2007, p. 7):

A Constituição adotou como princípio geral a cidadania e previu instrumentos concretos para seu exercício via a democracia participativa. Leis orgânicas específicas passaram a regulamentar o direito constitucional à participação por meio de conselhos deliberativos, de composição paritária entre representantes do Poder Executivo e de instituições da sociedade civil.

Ainda conforme Gohn (2007), os conselhos estão inscritos na Constituição de 1988 na qualidade de instrumentos de expressão, representação e participação da população. Adicionalmente, Gohn (2007, p. 7) afirma que os conselhos:

[...] viabilizam a participação de segmentos sociais na formulação de políticas sociais e possibilitam à população o acesso aos espaços em que se tomam as decisões políticas.

Esse é o sentido de participação nos conselhos pelo Cepagro. Conforme afirmaram os entrevistados, são espaços de construção e controle social de políticas públicas e participação da sociedade civil que o Cepagro precisa ocupar. Sendo uma organização representativa da sua base de trabalho, precisa estar presente nesses espaços que possuem relação com as temáticas trabalhadas pela organização, como agroecologia e outras questões ligadas ao alimento. Adicionalmente, entende-se que o Cepagro se coloca no papel de fazer essa ponte entre a base e esses espaços de decisão política, qualificando a sua participação a partir das demandas identificadas nessas bases. Esta questão é reforçada pela seguinte transcrição da área de atuação “Desenvolvimento Rural Sustentável” retirada da Tabela 15:

[...] Por meio da participação em espaços públicos de representação e ações de incidência política, fomentamos o acesso e fornecemos subsídios para a construção de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento da agroecologia.

Para o Cepagro, os fóruns também são espaços de incidência política, onde se pode organizar demandas, articular a participação de variados atores em torno de uma temática e qualificar uma representação ou pressão política junto ao Estado. Conforme destaca Scherer-Warren (2006, p. 124), nos fóruns é “onde se constroem, de forma mais sistemática, as propostas para a transformação social e formas de negociação com o Estado e o mercado”. Como exemplo de fórum que o Cepagro atualmente participa, cita-se o Fórum Catarinense de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos e Transgênicos (FCCIAT) que articula diversos atores que atuam em temas relacionados ao uso de agrotóxicos e transgênicos. Coordenado pelo Ministério Público de Santa Catarina, é instrumento de controle social que congrega 97 entidades da sociedade civil com atuação em âmbito nacional e estaduais, órgãos de governo, Ministério Público, representantes do setor acadêmico e científico (FCCIAT, 2018).

Além de espaços de incidência política, esses locais são considerados pela equipe do Cepagro com estratégicos para firmar parcerias e divulgar ações desenvolvidas pela organização, conforme destaca um dos entrevistados (Entrevista 2): “são espaços de cultivo, tem que estar ali regando e cultivando as parcerias, o discurso da agroecologia, divulgando nossas ações e colocando a pauta da agroecologia.”

Como parte desta pesquisa, foi realizado um levantamento dos espaços de incidência política que o Cepagro participou ao longo de sua história. Esse levantamento foi feito com base nas entrevistas e nos documentos da organização, sendo sistematizado na Tabela 16 a seguir.

Tabela 16 - Espaços de incidência política Cepagro (Continua)

ESPAÇOS DE INCIDÊNCIA POLÍTICA	ANO																	
	1992 a 1995	1996 e 1997	1998	1999	2000	2001	2002 e 2003	2004	2005 a 2007	2008 e 2009	2010	2011	2012	2013 e 2014	2015	2016	2017	2018
Aliança pela Alimentação Adequada e Saudável																x	x	x
Comissão Estadual de Produção Orgânica (CPOrg/SC)									x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Comitê de Controle do Tabagismo e Alternativas Sustentáveis à Fumicultura de Santa Catarina												x	x					
Conselho Estadual de Alimentação Escolar (CAE/SC)														x	x	x	x	
Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural (Cederural)	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional – Consea/SC													x	x	x	x	x	x
Conselho Estadual do Programa Desenvolver			x	x	x													
Conselho Estadual do Proind		x																
Conselho Estadual do Pronaf		x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Conselho Municipal de Alimentação Escolar – CAE/Florianópolis																	x	x
Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável (Comseas / FPolis)															x	x	x	x
Coordenação Fundo Mini Projetos			x	x	x													
Fórum Catarinense de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos e Transgênicos															x	x	x	x
Fórum Regional de Economia Solidária										x	x							
Fórum Estadual de Economia Solidária										x	x							

Fórum Brasileiro de Economia Solidária										x	x							
GAO (Grupo de Agricultura Orgânica)							x											
GT Compostagem Conama																x		
INAFI (Rede Internacional Network of Alternative Financial Institutions)			x															
Rede Ecovida de Agroecologia					x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Rede Catarinense de Engenhos de Farinha											x	x	x	x	x	x	x	x
Rede Semear Floripa de Agricultura Urbana															x	x	x	x
Rede de Diversificação de Áreas Cultivadas com Tabaco																x	x	x

Fonte: Elaborado pelo autor, 2018.

Em 2018, o Cepagro faz parte de 05 conselhos: Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural, Conselho Estadual do Pronaf, Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional, Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável e no Conselho Municipal de Alimentação Escolar. Nesses dois últimos, ocupa o cargo presidente e vice-presidente, respectivamente. A organização participa, ainda, de 04 redes: Rede de Diversificação de Áreas Cultivadas com Tabaco, nacional; Rede Ecovida de Agroecologia, estadual e reconhecida internacionalmente; Rede Catarinense de Engenhos de Farinha, estadual e; Rede Semear Floripa de Agricultura Urbana, municipal. Outros espaços de atuação são o Fórum Catarinense de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos e Transgênicos, a Aliança pela Alimentação Adequada e Saudável e Comissão Estadual de Produção Orgânica (CPOrg/SC).

A segunda estratégia destacada foi a sistematização de metodologias de trabalho e a produção de materiais, como cartilhas, folders, boletins técnicos, vídeos, livros, entre outros, citados por entrevistados e mapeados no site da organização. Essa estratégia possibilita estabelecer uma relação entre a prática dos sujeitos e teoria, podendo gerar transformação individual e coletiva. Conforme destacado por Santos (2005, p. 112),

A sistematização, nesta perspectiva, significa a construção da memória de uma experiência de desenvolvimento local, seguida pela divulgação de saberes

relacionados às práticas, com vistas a estimular o intercâmbio e a confrontação de ideias, bem como contribuir na reconstituição de visões integradas dos processos de intervenção social.

Além de sistematizar as metodologias desenvolvidas e utilizadas pelo Cepagro, esses produtos contribuem para fortalecer e divulgar os temas trabalhados e a causa defendida. Adicionalmente, alguns destes produtos servem como referência técnica e de inspiração em editais e políticas públicas, como foi o caso do manual de orientação “Compostagem doméstica, comunitária e institucional de resíduos orgânicos: Manual de Orientação” (MMA, 2017), desenvolvido numa parceria entre Cepagro, Ministério do Meio Ambiente (MMA) e Serviço Social do Comércio (Sesc/SC), produzido em 2017, serviu de referência para o edital FNMA (Fundo Nacional do Meio Ambiente) / FSA (Fundo Sócio Ambiental) n. 1/2017 de Apoio a Projetos Compostagem lançado pelo MMA.

Outro exemplo é o Boletim Técnico de Compostagem para Pátios de Pequeno Porte (FAPESC, 2017), produzido em 2017 e parceria entre Cepagro, a Autarquia de Melhoramentos da Capital (Comcap), Fundação do Meio Ambiente de Santa Catarina (Fatma) e a Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (Fapesc), abordando critérios técnicos para projeto, implantação, operação e monitoramento de pátios de compostagem de pequeno porte, visando criar referências para o bom funcionamento do processo. O fato de se ter uma referência técnica produzida com o apoio do órgão de fiscalização ambiental gera mais segurança tanto para quem está operacionalizando o processo, como por exemplo as prefeituras, quanto para o órgão fiscalizador.

Como parte desta pesquisa, foi realizado um mapeamento de alguns materiais produzidos pelo Cepagro e indicados na Tabela 17, a seguir.

Tabela 17 - Produção de materiais técnicos do Cepagro (Continua)

Vídeo “Fumo: Exploração, dependência e novos horizontes aos agricultores”	Lançado em 2011, este vídeo foi elaborado em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário, como ação do Programa Nacional de Diversificação de Áreas Cultivadas com Tabaco.
Coleção “Saber na Prática”	Lançado no final de 2013, esta coleção é resultado da sistematização dos trabalhos realizados num projeto financiado pelo IAF relacionados com as temáticas: Banheiro Seco, Certificação Participativa, Agricultura Urbana e Diversificação Produtiva.
Mapa de Visitação: Engenhos Artesanais de Florianópolis e região	Lançado em 2013, este mapa estava vinculado as atividades do Ponto de Cultura Engenhos de Farinha e teve como objetivo fomentar o turismo de base comunitária como uma ferramenta importante para a manutenção da sustentabilidade dos engenhos.

Coleção "Engenhos da Cultura"	Lançada em 2014, a coleção é composta por livro e audiovisual. Estes reúnem a sistematização das metodologias desenvolvidas ao longo dos 04 anos de trabalho do Ponto de Cultura Engenhos de Farinha, além de receitas e reflexões ligadas ao patrimônio agroalimentar e cultural dos engenhos de farinha de mandioca.
Cartilha "Agroecologia: Saberes na Prática"	Lançada em 2016, a cartilha traz algumas técnicas trabalhadas nas oficinas e atividades do projeto Diversificação Agroecológica da Fumicultura, apoiado pelo Fundo para Reconstituição de Bens Lesados (FRBL), além de informações sobre as dinâmicas de organização e comercialização das famílias ligadas à Rede Ecovida de Agroecologia
Vídeo "Agroecologia: Uma alternativa ao cultivo de tabaco"	Produzido entre os anos de 2014 a 2016 e lançado no ano de 2016, dentro do escopo do projeto Diversificação Agroecológica da Fumicultura.
Vídeo "Artigo 17 – CQCT/OMS: Conhecendo experiências, promovendo alternativas"	Produzido em 2016, vídeo sobre a Visita Técnica Internacional que aconteceu em Santa Catarina no final de março 2016, para discutir a implementação do Artigo 17 da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco da Organização Mundial de Saúde (CQCT/OMS)
Cartilha "O passo a passo de uma Revolução: Compostagem e Agricultura Urbana na Gestão Comunitária de Resíduos Orgânicos"	Lançada em 2016, a cartilha foi fruto a sistematização de toda a metodologia de trabalho da gestão comunitária de resíduos orgânicos realizada pelo grupo Revolução dos Baldinhos. Este material foi produzido pelo Cepagro com apoio da Fapesc.
O manual de orientação: "Compostagem doméstica, comunitária e institucional de resíduos orgânicos: Manual de Orientação"	Lançado em 2017, o manual foi produzido numa parceria entre Cepagro, Sesc/SC e MMA e serviu de referência no edital (Edital FNMA / FSA nº 01/2017) de Apoio a Projetos Compostagem lançado pelo MMA em 2017.
Boletim Técnico de Compostagem para Pátios de Pequeno Porte	Lançado em 2017, o boletim foi resultado de numa parceria entre Cepagro, Comcap, Fatma e Fapesc. Este estabelece critérios técnicos para elaboração de projeto, operação e monitoramento de pátios de compostagem de pequeno porte.
Vídeos Campanha #EngenhoéPatrimônio	Lançados em 2018, os vídeos buscam mobilizar comunidades para o reconhecimento dos engenhos de farinha catarinenses como Patrimônio Cultural.
Livro de receitas Saberes, Sabores e Histórias dos Engenhos de Farinha	Em elaboração. Publicação de um livro de receitas, que visa promover o patrimônio agroalimentar e biocultural dos engenhos de farinha de Santa Catarina. Recursos monetários oriundos do edital Elisabete Anderle de Estímulo a Cultura (2017).

Fonte: Elaborado pelo autor, 2018.

A terceira estratégia mapeada foi a participação em eventos e, principalmente, a organização de eventos. Fato reforçado com a verbalização de um dos entrevistados:

Os eventos sempre foram uma instância importante de incidência política no Cepagro (seja um seminário, um encontro) e o Cepagro é um organizador de eventos. É nesses eventos que se traz uma representação governamental, uma diretora do IPHAN, alguém do MDA, alguém do MAPA. Os eventos no CEPAGRO não são meros eventos, são espaços de incidência política. (Entrevista 3).

Os eventos são oportunidades de encontros entre membros dos grupos de base, são momentos de troca de saberes, fortalecimento da causa e da própria identidade dos grupos. Além disso, os eventos são oportunidades de diálogo entre os grupos de base, as ONGs e as representações governamentais. Diferente dos espaços formais como os conselhos, os eventos são espaços nos quais se tem uma maior liberdade de ampliar o diálogo, estreitar relações e levar representações governamentais a campo, pois alguns eventos acontecem em campo, na propriedade do agricultor, na agroindústria de uma cooperativa, na comunidade da periferia.

Ilustrando a relevância da estratégia para o Cepagro, foram mapeados na Tabela 18 alguns eventos que o Cepagro contribuiu efetivamente na organização.

Tabela 18 - Exemplo de eventos nos quais o Cepagro contribuiu na organização (Continua)

Ano	Evento	Descrição
2011	Workshop “Mitos e Verdades Sobre o Tabaco: da Produção ao Consumo”	Realizado em Florianópolis. Organização do evento foi uma parceria entre Cepagro, MDA, Comissão Nacional para Implementação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (Conicq) e Cepon. Contou com a participação de parlamentares, ONGs, Aliança de Controle do Tabagismo (ACTBr), Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), Instituto Nacional de Câncer (Inca), entre outros. Visou aprofundar no debate sobre a produção do tabaco.
2012	8º Encontro Ampliado da Rede Ecovida	Realizado em Florianópolis. Encontro aconteceu na UFSC e contou com a participação de cerca de mil pessoas, reunidos em torno da Agroecologia em variados espaços: uma grande feira de produtos agroecológicos, 4 Seminários temáticos, 35 oficinas e programação cultural.
2013	I Seminário Catarinense do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Compras Institucionais (CI)	Realizado em Florianópolis, em parceria com o Centro Vianei e o Laboratório de Comercialização da Agricultura Familiar (Lacaf/UFSC). O evento reuniu membros de sindicatos e organizações dos agricultores familiares e de Núcleos da Rede Ecovida, além de estudantes e representantes da Secretaria de Estado da Educação, Funai, prefeituras, Epagri, Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), Consea/SC e dos Ministérios da Agricultura, Desenvolvimento Agrário e Desenvolvimento Social. Visou aproximar as instituições públicas demandantes de alimentos das entidades representativas da agricultura familiar.
	Seminário "Patrimônio Agroalimentar em Debate"	Realizado em Florianópolis, em parceria com Convivium Mata Atlântica, grupo de gastrônomos-expedicionários que viajam pelo Brasil buscando valorizar matérias-primas regionais, e com o Curso de Gastronomia do IFSC visando discutir as diversas relações entre saberes tradicionais, alimentação e cadeias produtivas
2014	Disco Xepa Revolução dos Baldinhos	Realizado em Florianópolis. Organizado pelo Slow Food, contou com o apoio do Cepagro e diversos voluntários. Evento de música e gastronomia que traz como tema central o desperdício de alimentos.

Tabela 18 - Exemplo de eventos nos quais o Cepagro contribuiu na organização (Continuação)		
	I Seminário de Agroecologia em Rede: Criando elos entre o campo e a cidade	Realizado em Florianópolis em parceria com o Sesc/SC. Foram discutidos normas de produção orgânica e destinação de resíduos sólidos; e ainda tiveram oficinas e palestras com professores e técnicos e a participação de representantes do Ministério da Agricultura e da FAO/ONU.
2015	1º Curso de Gestão Comunitária de Resíduos Orgânicos	Realizado em Florianópolis. Tem como objetivo capacitar lideranças de todo o Brasil para reaplicação da tecnologia social “Gestão Comunitária de Resíduos Orgânicos e Agricultura Urbana – Revolução dos Baldinhos”
	I Encontro Estadual de Agricultura Urbana	Realizado em Florianópolis. Parceria entre Cepagro, UFSC, MAPA e prefeitura de Florianópolis (Secretaria de Saúde e Assistência Social). Além de fortalecer o tema no estado, o evento visou mapear e organizar uma demanda para o Encontro Nacional de Agricultura Urbana que ocorreu no Rio de Janeiro em 2015.
	III Conferência Municipal de Segurança alimentar e Nutricional de Florianópolis	Realizado em Florianópolis e coordenado pelo Comseas. Teve como tema central “Comida de Verdade no Campo e na Cidade, por Direitos e Soberania Alimentar”. Além realizar um diálogo ampliado e a construção de uma proposta que foi apresentada ao executivo de Florianópolis, a conferência serviu para escolher os delegados que participaram do evento estadual que ocorreu no mesmo ano.
	Mesa Redonda - Impactos da Fumicultura e Alternativas ao cultivo.	Realizado em Florianópolis (Alesc). Apoiaram na organização a Comissão de Direitos Humanos (Alesc), Centro de Motivação Ecológica e Alternativas Rurais, Departamento de Estudos Socioeconômicos Rurais (Paraná), Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (Rio Grande do Sul). Participação do MDA, Inca, ACTBr, UFSC, Ministério Público de SC, agricultores, parlamentares, entre outros.
2016	2º Curso de Gestão Comunitária de Resíduos Orgânicos	Realizado em Florianópolis, contou com a participação de 45 pessoas de sete estados brasileiros, além do MMA, Autoridade Municipal de Limpeza Urbana de São Paulo (Amlurb), UFSC, entre outros parceiros.
	Evento sobre promoção de alternativas econômicas para trabalhadores que dependem da indústria do tabaco	Contou com a participação de uma comitiva com representantes de diversos ministérios do Brasil, Uruguai, Jamaica e Filipinas, juntamente com membros do Secretariado da Convenção-Quadro para Controle do Tabaco e da Organização Panamericana de Saúde.
	Painel de debates com o tema “A compostagem comunitária na gestão dos Resíduos Sólidos Urbanos (RSU).”	Realizado em Florianópolis (Alesc). Participação de representante do MMA, professores da UFSC e representante da Amlurb. Houve o lançamento da Cartilha Passo a Passo da Revolução e o Manual de Tecnologia Social da Fundação Banco do Brasil (FBB). Evento visou ampliar o debate sobre a compostagem e compartilhar experiências do Brasil
	II Encontro Municipal de Agricultura Urbana de Florianópolis	Realizado em Florianópolis (UFSC) numa parceria entre Cepagro, Quintais de Floripa <sup>4</sup> , UFSC, MAPA e prefeitura de Florianópolis (Secretaria de Saúde e Assistência Social).
2017	3º Curso de Gestão Comunitária de Resíduos Orgânicos	Realizado em Florianópolis (Jardim Botânico). Contou com a participação de diversas pessoas de diferentes locais do Brasil, além de representantes de algumas prefeituras do estado de Santa Catarina interessados no tema

<sup>4</sup> Grupo de voluntários, não formalizado, de fomento a agricultura urbana na cidade de Florianópolis.

Tabela 18 - Exemplo de eventos nos quais o Cepagro contribuiu na organização (Conclui)		
	Seminário "A Compostagem de Pequeno Porte como solução para os municípios de Santa Catarina".	Realizado em Florianópolis (Alesc), em parceria com Lacaf, Fatma, Comcap, UFSC e apoio da Fapesc. Reuniu representantes de experiências comunitárias e corporativas de gestão de resíduos orgânicos e do poder público para discutir potencialidades e desafios na implementação da compostagem em larga escala para tratamento de resíduos sólidos.
	III Encontro Municipal de Agricultura Urbana de Florianópolis e Práticas Integrativas Complementares de Florianópolis	Realizado em Florianópolis (Jardim Botânico) numa parceria entre Cepagro, UFSC, Rede Semear, Epagri, MAPA e prefeitura de Florianópolis (Comcap, Secretaria de Saúde).
	Festival Santa Catarina Agroecológica	Realizado em Florianópolis (Epagri) e teve como objetivo promover e valorizar a Agroecologia em Santa Catarina, principalmente na região do Litoral, com destaque para o papel da mulher no seu desenvolvimento.
	Seminário de Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco	Promovido pela Secretaria Especial da Agricultura Familiar (SEAD) em parceria com a Fundação do Câncer e articulação local do Cepagro. Buscou-se partilhar, debater e aprimorar as estratégias para a diversificação de culturas com tabaco, de forma a atender as recomendações dos artigos 17 e 18 da CQCT/OMS.
2018	IV Encontro Nacional de Agroecologia	Realizado em Belo Horizonte. O Cepagro apoiou na organização da parte de comunicação do evento. Contou com a participação de aproximadamente 2 mil pessoas, a maioria delas agricultores (as) familiares, representantes de povos e comunidades tradicionais, coletivos de agricultura urbana, movimentos sociais e entidades ligadas à agroecologia.

Fonte: Elaborado pelo pesquisador, 2018.

A quarta estratégia identificada é o trabalho da equipe de comunicação na divulgação das ações do Cepagro, de outras organizações parceiras e de assuntos relacionados ao tema da agroecologia. Adicionalmente, a comunicação é considerada como um importante canal de valorização e de mobilização de pessoas para a causa. As ações de comunicação são entendidas pela equipe do Cepagro com um ato político. Conforme destaca Armani (2008, p. 50):

As ações de comunicação devem servir à projeção da organização no espaço público como um interlocutor conhecido e reconhecido, capaz tanto de influenciar visões e opiniões no debate público como de mobilizar solidariedade, engajamento e contribuição material e financeira para causas sociais. [...] O fundamental e verdadeiro ato político da comunicação é fazer com que a sociedade em geral acredite e, conseqüentemente, apoie a luta cidadã.

Esse trabalho de comunicação é valorizado pelo Cepagro desde os anos 1990, época em que se iniciou a produção de um informativo denominado "Agricultura de

Grupo”. Informativo impresso, produzido pela própria equipe do Cepagro, de distribuição gratuita e com tiragens que alcançaram 1.500 cópias por edição. Esses informativos não tinham frequência constante de produção, mas foram produzidos até o ano de 2010, último exemplar encontrado pelo pesquisador e informado pela equipe do Cepagro (Figura 7). No ano de 2018 iniciou-se a produção de “Boletim Cepagro Agroecologia”, produzido quinzenalmente, em meio digital. Buscou-se atender as “novas” formas de comunicação, isto é, informações mais curtas e objetivas, encaminhadas via aplicativos de mensagens instantâneas, como o *whatsapp*.

Figura 7 - Informativos Cepagro, 1990 – 2010 – 2018



Fonte: Arquivos Cepagro (1990, 2010, 2018).

Um dos entrevistados faz a relação da comunicação com a incidência política quando afirma:

Utilizamos da comunicação enquanto estratégia de incidência política para divulgar determinadas ações públicas que estão sendo feitas, determinadas leis, políticas que estão saindo que podem afetar não só o campo da agroecologia, mas também outras questões ligadas ao alimento (Entrevista 2).

A incidência política é tratada dentro do Plano de Comunicação do Cepagro, conforme recorte destacado na Figura 8:

Figura 8 - Matriz: plano de comunicação Cepagro

Matriz: Plano de Comunicação - CEPAGRO						
Objetivo	Ação/Estratégias	Público(s) - Alvo	Meio(s)	Quando	Responsável	Envolvidos
Realizar incidência política em espaços para construção de políticas públicas e outras formas de apoio e promoção da Agroecologia	participação em espaços e divulgação das pautas	todo o público que acessa nossas redes e apoiadores; veículos de comunicação	divulgação das pautas através de postagens no site e redes sociais, quando é o caso produção de vídeos curtos sobre eventos	contínuo	equipe de comunicação - Carú, Clara e outros parceiros pontuais	equipe que participa em espaços de incidência política

Fonte: Cepagro, 2018.

Entendendo a importância da área de comunicação, o Cepagro vem qualificando e aprimorando a estrutura para o trabalho. Hoje conta com uma jornalista contratada período integral, uma estagiária, infraestrutura de informática e equipamentos de captação e edição de imagens. Além disso, recebe o apoio de profissionais parceiros, que são contratados para atender demandas específicas e, em algumas situações, trabalham de maneira voluntária em prol da causa da agroecologia. Como formas de divulgação, utiliza-se de um website e mídias sociais como *facebook*, *instagram* e *whatsapp*. O Cepagro tem mais de 7.000 seguidores no *facebook* e mais de 1.000 seguidores no *instagram*, sendo que este último foi criado pela organização recentemente. A partir destes canais de comunicação, são inseridas informações diárias sobre as atividades do Cepagro e de outras ações relacionadas a agroecologia.

A quinta estratégia mapeada é o trabalho em rede com outros parceiros, também considerada como central nas ações do Cepagro e vinculada com a própria constituição da organização, o que é tratado a seguir.

### 5.3 O TRABALHO EM REDE COMO ESTRATÉGIA DE INCIDÊNCIA POLÍTICA

O trabalho em rede foi identificado pela equipe do Cepagro com uma estratégia de incidência política. Um dos entrevistados, quando questionado sobre as estratégias de incidência política do Cepagro, foi afirmativo: “Passa a ser uma estratégia de ação trabalhar em rede” (Entrevista 1). Outro entrevistado comenta, “eu consigo materializar a incidência política mais no espaço de um conselho, de um fórum, num espaço de debate dentro de uma rede” (Entrevista 3). Contribuindo para essa questão, outro entrevistado

sugere, “Eu acho que a participação em redes pode fortalecer a incidência política” (Entrevista 4).

O trabalho em rede é entendido pela equipe do Cepagro como ações desenvolvidas em parcerias com outras pessoas e/ou organizações, cada um somando com as suas qualidades e os seus potenciais em torno de um objetivo comum. Scherer-Warren (2011, p. 65-66) leciona que as redes sociais:

[...] referem-se as comunidades de sentido construídas histórica ou voluntariamente em torno de afinidades/identificações ou objetivos comuns relacionados a uma causa, que serão os fios da rede. Por sua vez, esses fios são conectados entre si através dos elos da rede, que são os indivíduos e/ou organizações participantes dessa relação sociocomunitária.

Quando questionados sobre quais seriam os elementos de ligação das redes que o Cepagro faz parte, de maneira geral os entrevistados indicam que seria a confiança, a cooperação, a solidariedade, a igualdade, a justiça e a transformação social, isto é, valores que compartilham. Segundo Scherer-Warren (2011), esses valores são os fios que ligam os elos da rede, e estes últimos, são os indivíduos e as organizações que dela fazem parte.

Alguns entrevistados indicam como valores, a questão da identidade comum, sendo esta a causa defendida pela organização, e o senso de pertencimento. Um dos entrevistados cita o lema da Rede Ecovida no início dos anos 2000: “Uma identidade se constrói em rede” (Entrevista 4).

Relembrando a história da organização, identifica-se que o trabalho em rede está presente na trajetória do Cepagro desde a sua concepção, sendo parte de uma grande rede de organizações que, estatutariamente, compunham a sua Junta Administrativa. Já no início dos anos 2000, o tema rede também se mostra presente, na tentativa de criação da Rede Cepagro de Desenvolvimento Local.

Ainda no início dos anos 2000, o Cepagro passa a compor a Rede Ecovida de Agroecologia, da qual faz parte até os dias de hoje, como uma organização de articulação e apoio dos trabalhos da rede, mais direcionado ao suporte ao Núcleo Litoral Catarinense, que envolve 130 famílias de agricultores, de 28 municípios, localizados entre Garopaba e Joinville.

No contexto da Rede Ecovida, pode-se destacar com um importante processo de incidência política a contribuição na construção da Lei Nacional da Agricultura Orgânica, Lei n. 10.831/2003 (BRASIL, 2003). Em maio de 1999, foi publicada Instrução Normativa SDA/MA 007 e nela se previu a criação de órgãos colegiados estaduais e nacionais, compostos paritariamente por organizações do governo e da sociedade civil. O colegiado nacional, em processo de pouco diálogo, propôs ao Ministério da Agricultura critérios burocráticos para credenciamentos de certificadoras e que excluía os processos participativos propostos pela Rede Ecovida. Nesse momento, as organizações ligadas a Rede Ecovida, incluindo o Cepagro, propuseram uma retomada dos debates acerca do tema. Durante o Encontro Nacional de Agroecologia, de 2002, foi criado o Grupo de Agricultura Orgânica (GAO) com o objetivo de contribuir nas questões legais da agricultura orgânica, principalmente relacionado a normas e certificação. O Cepagro e outras organizações da Rede Ecovida fizeram parte deste grupo, que construiu uma proposta de projeto de lei que contemplava diversas iniciativas de agricultura orgânica no país e reconhecia tanto a certificação por auditoria quanto a participativa. Este documento contribuiu para a redação final da lei atualmente vigente.

No decorrer das entrevistas, outras redes foram mencionadas. No âmbito nacional, o Cepagro faz parte da Rede de Diversificação de Áreas Cultivadas com Tabaco. Segundo um entrevistado, esta rede é composta por mais de 20 organizações e representações da sociedade civil comprometidas com a implementação da Convenção-Quadro, especificamente das medidas relativas aos Art. 17 (Apoio a atividades alternativas economicamente viáveis) e 18 (Proteção ao meio ambiente e à saúde das pessoas). A CQCT/OMS:

Dedica diversas medidas baseadas em dados de caráter multisetorial que visam a reduzir o consumo de tabaco e a exposição à sua fumaça (fumo passivo). Ao mesmo tempo, também reconhece a necessidade de promover alternativas economicamente viáveis à produção do tabaco como forma de prevenir possíveis impactos sociais e econômicos adversos sobre as populações cujos meios de vida dependam do cultivo do tabaco. Além disso, as Partes concordaram ser necessário proteger o meio ambiente e a saúde das pessoas, especialmente no que diz respeito ao cultivo e à fabricação de produtos de tabaco (MINISTÉRIO DA SAÚDE - INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER, 2016, não paginado).

No âmbito estadual, o Cepagro é um dos articuladores e animadores da Rede Catarinense de Engenhos de Farinha. Essa Rede surgiu no ano de 2010, na época

denominada Rede de Engenhos da Grande Florianópolis, a partir da aprovação de um projeto do Cepagro junto ao Ministério da Cultura, através do Programa Mais Cultura – Pontos de Cultura. Este objetivou-se articular uma rede de Pontos de Cultura no Estado de Santa Catarina. Os Pontos de Cultura (PdC) são grupos, coletivos e entidades de natureza ou finalidade cultural que desenvolvem e articulam atividades culturais em suas comunidades e em redes, reconhecidos e certificados pelo Ministério da Cultura por meio dos instrumentos da Política Nacional de Cultura Viva (Ministério da Cultura, 2018). A proposta do Cepagro foi de articular o PdC Engenhos de Farinha e neste contexto foi concebida a Rede de Engenhos da Grande Florianópolis, formada por agricultores, organizações, movimentos e redes parceiras, como a própria Rede Ecovida e o Movimento Slow Food. No âmbito desta Rede foram desenvolvidas diversas ações de incidência política entre os anos de 2010 e 2014, entre elas: Seminário Sabores e Saberes Tradicionais em Debate; Debates sobre Patrimônio Agroalimentar; produção de materiais como o Mapa de Visitação de Engenhos de Farinha e o livro Engenhos da Cultura – Teias Agroecológicas. Entretanto, com a finalização do projeto em 2014, a rede se desmobilizou.

No ano de 2015 o Cepagro recebe o Prêmio Boas Práticas para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Com esse recurso monetário volta a articular e animar a rede de engenhos que passa a ser denominada, Rede Catarinense de Engenhos de Farinha. Num processo de construção participativa foram definidos 3 eixos de trabalho: Terra e Agroecologia; Educação e Cultura e; Comercialização e Serviços. Adicionalmente, no âmbito da Rede buscou-se promover a mobilização social para o reconhecimento dos Engenhos de Farinha como patrimônio cultural através da campanha *#engenhoépatrimônio*, no qual foram produzidos diversos vídeos de divulgação. Neste processo foi necessário facilitar a compreensão dos próprios membros da Rede em relação às políticas públicas e instrumentos legais de patrimônio cultural. Atualmente, encontra-se em elaboração uma proposta de registro dos Engenhos de Farinha como Patrimônio Cultural do Brasil, no qual acredita-se que fortalecerá o reconhecimento e a valorização dos saberes e dos produtos oriundos dos engenhos. São parceiros atuais da Rede: Associação Comunitária Rural de Imbituba (ACORDI), Associação de Moradores de Santo Antônio de Lisboa

(AMSAL), Casarão e Engenho dos Andrade (Florianópolis), Engenho do Sertão (Bombinhas), Engenho do Vô Zeca (Garopaba), Família Gelsleuchter (Angelina), Família Heidenreich (Florianópolis), Fundação Cultural de Bombinhas, IPHAN, IFSC - Garopaba, Núcleo de Estudos Açorianos (UFSC), Prefeitura de Angelina, Prefeitura de Bombinhas, Prefeitura de Garopaba, Prefeitura de Imbituba, Rede Ecovida de Agroecologia, Rede Slow Food Brasil e Cepagro.

Adicionalmente, ainda no contexto da Rede Catarinense de Engenhos de Farinha, o Cepagro foi contemplado no edital Elisabete Anderle de Estímulo a Cultura, no ano de 2017, com a proposta de elaboração de um livro de receitas Saberes, Sabores e Histórias dos Engenhos de Farinha. A proposta foi contemplada na categoria Culturas Populares, e tem o objetivo de promover, através de eventos gastronômicos e da publicação de um livro de receitas, o patrimônio agroalimentar e biocultural dos engenhos de farinha de Santa Catarina.

No âmbito local, destacam-se a Rede Semear Floripa de Agricultura Urbana e a Rede de Compostagem de Florianópolis, esta segunda em processo de formação. Segundo relato de um dos entrevistados (Entrevista 6), que participou ativamente de sua criação, a Rede Semear Floripa de Agricultura Urbana foi formada no ano de 2015 a partir do interesse de funcionários da Secretaria Municipal de Saúde de Florianópolis - SMSF (equipe da Promoção de Saúde) em ampliar a metodologia de redes, já desenvolvida em outras áreas, para o tema da Agricultura Urbana. Diante disto, procuraram o Cepagro para conhecer melhor a temática e montaram uma agenda de encontros semanais, na qual foi incorporada a equipe de Práticas Integrativas, também da SMSF. Ainda em 2015, o Cepagro organizou o que se chamou de “I Encontro Estadual de Agricultura Urbana”. Este contou com a participação de atores ligados ao tema da agricultura urbana e serviu para amadurecer a concepção da rede, oficialmente criada meses depois. Conforme o livro de princípios, conduta e organização da rede, o objetivo desta é:

[...] ampliar, fortalecer e consolidar as diversas formas de agricultura urbana no interior das cidades, construindo um modelo de desenvolvimento urbano mais justo e democrático que garanta o direito a terra e a alimentação adequada e saudável para todos os seus habitantes. (REDE SEMEAR FLORIPA, 2016, não paginado).

Exemplificando a atuação da Rede Semear na ação de incidência política, no âmbito da mesma, foi elaborada uma carta com diretrizes para a criação de um programa de agricultura urbana em Florianópolis. Essa carta foi a base para se construir o decreto que criou o Programa Municipal de Agricultura Urbana em Florianópolis. Esse decreto foi assinado pelo prefeito Gean Loureiro no ano de 2017, sob o n. 17.688 (FLORIANÓPOLIS, 2017). Segundo o decreto:

§ 1º O Programa Municipal de Agricultura Urbana promoverá práticas agroecológicas que envolvam a produção, o agroextrativismo, a coleta, a transformação e a prestação de serviços, de forma segura, para gerar produtos voltados ao consumo próprio, trocas, doações ou comercialização, aproveitando e reaproveitando, de forma eficiente e sustentável, os recursos e insumos locais.  
§ 2º As práticas agroecológicas em meio urbano deverão contemplar a melhoria das condições nutricionais e de saúde, de lazer, de saneamento, valorização da cultura, interação comunitária, educação ambiental, cuidado com o meio ambiente, função social do uso do solo, geração de emprego e renda, agroecoturismo, melhoria urbanística da cidade e sustentabilidade.

Contribuindo com o tema das redes, durante o planejamento estratégico participativo realizado no Cepagro em 2017, foram reavaliadas as áreas de atuação da organização e, devido à relevância do tema, as redes passaram a ser consideradas uma área de atuação transversal a todas as ações da organização, e foi denominada “Articulações de Redes Agroecológicas”, conforme descrita na Tabela 15.

#### 5.4 AS OPORTUNIDADES POLÍTICAS E A RELAÇÃO COM O ESTADO

A incidência política do Cepagro é influenciada por fatores externos e internos da organização, que se influenciam mutuamente. Como fatores externos, destacam-se as oportunidades políticas e, dentre os internos, a forma que a organização busca se colocar na relação com o Estado.

A Teoria do Processo Político enfatiza o contexto político institucional como central na emergência da ação coletiva, assim, a coordenação e a manutenção dos movimentos sociais dependem da estrutura externa aos indivíduos e suas organizações (CARLOS, 2011). Isto é chamado, por Tarrow (2009), de oportunidades políticas, e ele as considera em 05 dimensões: a abertura do acesso para novos atores; o realinhamento político no

interior do sistema; o surgimento de aliados influentes; divisões emergentes no interior da elite; e declínio na repressão pelo Estado.

Com base nessas dimensões, serão abordados dois momentos destacados pelos entrevistados e entendidos como relevantes para ilustrar a relação entre as oportunidades políticas externas à organização e o processo de incidência política realizado pelo Cepagro. O primeiro deles se refere ao contexto nacional, no que diz respeito à entrada de um governo de centro esquerda na presidência do país, especialmente os governos do presidente Lula (2003 a 2010). De acordo com Abers, Serafim e Tatagiba (2014), a gestão Lula criou novos conselhos nacionais de políticas públicas e fortaleceu aqueles criados anteriormente. Foram realizadas mais de 70 conferências nacionais em suas duas gestões. O governo Lula recriou o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) como parte do Programa Fome Zero, ligado diretamente à Presidência da República, e que contribuiu na definição políticas que afetaram a agricultura familiar (ABERS, SERAFIM, TATAGIBA, 2014). O resgate do Consea nacional foi seguido pela criação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan), em 2006, o que fortaleceu o tema da segurança alimentar e nutricional nos estados e municípios. A segurança alimentar e nutricional demanda ações intersetoriais de garantia do fortalecimento da agricultura familiar e da produção orgânica e agroecológica, questões relacionadas à atuação do Cepagro. Por essas razões, entre outras, o Cepagro compõe o Consea/SC desde 2012 e Comseas/Florianópolis, no qual ocupa a presidência desde 2015.

Outro fato indicado por Abers, Serafim e Tatagiba (2014) foi a presença de militantes no interior da estrutura do governo. Conforme estudo de D'Araújo (2009), que examinou o perfil social e político dos cargos de alto escalão do governo federal na gestão de Lula, 43% dos ministros na primeira gestão e 45%, na segunda gestão tinham relações próximas com os movimentos sociais. Em governos anteriores, conforme informado na pesquisa, esse índice, em média, ficou na casa dos 25%. Outro fato relevante nas gestões de Lula foi a intensa participação de antigos líderes sindicais em altos cargos do governo. Isso foi evidenciado na verbalização dos entrevistados, que sugeriram:

Destaco o governo do PT, governo popular. Naquele período tivemos várias oportunidades de diálogo e mais proximidades para construção desses momentos de oportunidades políticas (Entrevista 1)

Com a entrada do Lula em 2003, o governo precisava compor os quadros, e o que ele fez? Ele trouxe as lideranças dos sindicatos, das ONGs, dos movimentos sociais [...]. Neste momento a incidência política se deu dentro da estrutura do Estado. (Entrevista 3)

Com a eleição do governo Lula, que acolheu muito das demandas populares, a incidência política começou a se dar na abertura desses espaços juntos a organismos públicos, como a criação de conselhos, [...], conferências [...]. (Entrevista 4)

Contribuindo para os argumentos apresentados pelos entrevistados, Abers, Serafim e Tatagiba (2014) comentam que os ativistas que assumiram cargos no governo federal, frequentemente, transformaram agências governamentais em espaços de militância nos quais continuaram a defender bandeiras desenvolvidas previamente no âmbito da sociedade civil. Em certas áreas de políticas públicas, espaços participativos formalizados como conselhos e conferências tiveram papel central. Para Aber, Serafim e Tatagiba (2014, p. 326)

No governo Lula, o mote da “participação da sociedade” abriu espaço para a combinação mais criativa de diferentes práticas e rotinas, ampliando as chances de acesso e influência dos movimentos sobre o Estado, obviamente com variações setoriais importantes. Visto sob a ótica das relações Estado/movimento, o governo ampliou as possibilidades de combinações novas e criativas em relação aos padrões estruturais de interação [...].

Retomando as dimensões apresentadas por Tarrow (2009), nos processos de mudanças de oportunidades políticas e fazendo relação com os elementos supracitados, pode-se identificar algumas dessas dimensões, como: a) a abertura do acesso para novos atores e surgimentos de aliados influentes, podendo ser caracterizado pela maior presença de militantes e pessoas com relações com movimentos sociais em altos cargos do governos (D’ARAÚJO, 2009). Aber, Serafim e Tatagiba (2014) colaboram afirmando que quando amigos, aliados e companheiros de militância tornam-se funcionários do Estado, conexões personalizadas entre atores estatais e não estatais são facilitadas; b) o realinhamento político no interior do sistema, caracterizado pelo próprio plano de governo do presidente Lula, um governo de centro esquerda e com mais proximidade e sensibilidade a demandas dos movimentos sociais.

O segundo momento se refere a um contexto local, com foco no Legislativo de Florianópolis, que foi a eleição do vereador Marcos José de Abreu (Marquito) no ano de 2016. Marquito foi o segundo vereador mais votado naquela eleição e recebeu 5.448 votos. O seu plano de governo foi pautado em alguns eixos, destacando-se: agroecologia e agricultura urbana; gestão de resíduos e compostagem; e segurança alimentar e nutricional.

Grande parte do processo de formação profissional do vereador Marquito se deu no Cepagro, onde iniciou a sua trajetória em 2002 como bolsista de um projeto de extensão da UFSC, ainda como estudante de agronomia, trabalhando com grupos da Rede Ecovida de Agroecologia. Naquele mesmo ano, participou do Encontro Nacional de Agroecologia, onde teve contato com o tema da Agricultura Urbana a partir de experiências das organizações AS-PTA/RJ e Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas (Rede/MG), conforme destacado por ele em entrevista. No ano de 2003, no Programa Vivendas, Marquito ficou à frente da primeira experiência de Agricultura Urbana do Cepagro, na qual se realizaram trabalhos com quintais agroflorestais, reciclagem de materiais, resíduos orgânicos, dentre outros. Formou-se em 2006 em Agronomia e no mesmo ano foi contratado pelo Cepagro no âmbito do projeto Misereor, permanecendo na organização até o ano de 2016, quando se afastou para se candidatar às eleições de Florianópolis.

Esse rápido histórico se fez necessário para clarear a relação entre a formação técnica e militante do Marquito que, de alguma maneira, refletiu-se nas pautas políticas apresentadas por ele enquanto vereador na Câmara Legislativa de Florianópolis. Conforme entrevista dada ao site Estopim (2017, não paginado), Marquito destaca:

Eu fiz a opção de trabalhar em ONG. Passei a trabalhar com agroecologia, com agricultura familiar e a questionar o modelo hegemônico. Minha base política é essa e, a partir disso, participei de conselhos, de fóruns, valorizando a participação social, o controle social nas políticas públicas e também colaborando para conseguir políticas públicas voltadas para essa visão de mundo que a gente acredita.

Desta forma, identifica-se que a entrada do vereador Marquito no Legislativo, levando pautas comuns ao trabalho desenvolvido pelo Cepagro, contribuiu para um realinhamento político no interior do Estado, um aliado influente, que leva a bandeira da

agroecologia, agricultura urbana, compostagem, entre outros para dentro do governo, sensibilizando, influenciando e inspirando outros pares. Não se mediu o grau de influência desse realinhamento político, mas acredita-se que a influência ocorreu, podendo ser comprovada com a aprovação da Política Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica (PMAPO), com apenas um voto contrário na Câmara Municipal, mesmo fazendo parte da pequena bancada de oposição.

Importante pontuar que esse aliado influente se faz em relação a um defensor da causa da agroecologia, ficando claro que não é um aliado político-partidário, visto que, a não vinculação político-partidária é uma premissa estatutária do Cepagro e mais que isso, é uma premissa de existência e atuação da organização, conforme destacado por um entrevistado (Entrevista 4).

De maneira prática, exemplifica-se resultados positivos alcançados em relação às oportunidades políticas abertas pelo Estado, influenciadas pela presença do vereador Marquito no Legislativo e que fortaleceram a causa da agroecologia, da agricultura urbana e da compostagem no município de Florianópolis e conseqüentemente, o trabalho desenvolvido pelo Cepagro.

Durante o 2.º Encontro Municipal de Agricultura Urbana, realizado em 2016 e organizado pela Rede Semear Floripa, foram realizadas atividades que culminaram na elaboração de uma carta com as demandas voltadas ao tema da Agricultura Urbana, mapeadas durante o encontro. Essa carta foi apresentada para candidatos do Legislativo e Executivo, que assinaram uma espécie de compromisso com aquelas demandas caso fossem eleitos. O candidato Marquito (já afastado das atividades do Cepagro) foi um dos que assinou. Ainda resultado deste encontro, foi montado um grupo de trabalho, composto por sociedade civil e servidores públicos, que ficou responsável pela elaboração de uma minuta de um decreto para instituir um programa de agricultura urbana no município. Num processo de pressão e articulação política da sociedade civil, dos próprios servidores públicos e do Legislativo, esse Decreto (n. 17.688) (FLORIANÓPOLIS, 2017) foi assinado pelo prefeito Gean Loureiro no ano de 2017 e instituiu o Programa Municipal de Agricultura Urbana em Florianópolis.

Com base na minuta do decreto e na Política Nacional de Agricultura Urbana<sup>5</sup>, o vereador Marquito elaborou um Projeto de Lei n. 17002/2017 para instituir a PMAPO em Florianópolis. Esse projeto de lei foi aprovado em 06 de junho de 2018, no qual se instituiu a Lei n. 10392/2018 (FLORIANÓPOLIS, 2018). Conforme minuta da lei, artigo 1.º, a PMAPO tem como objetivo:

[...] integrar, articular e adequar políticas públicas, programas e ações indutoras da transição agroecológica e da produção orgânica e de base agroecológica, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida da população, por meio do uso sustentável dos recursos ambientais e da oferta e do consumo de alimentos saudáveis, de origem animal e vegetal. (FLORIANÓPOLIS, 2018, p. 26)

Um segundo projeto de lei elaborado pelo vereador Marquito e ainda em tramitação na câmara é a PL n. 17421/2018 (FLORIANÓPOLIS, 2018) que institui o Programa Municipal de Pagamento Por Serviços Ambientais Urbanos para o Gerenciamento de Resíduos Sólidos em Florianópolis. O pagamento por serviços ambientais no gerenciamento de resíduos sólidos é uma temática que o Cepagro vem trabalhando há alguns anos e que acredita ser fundamental para a sustentabilidade de iniciativas comunitárias de gestão de resíduos orgânicos, como é o caso da Revolução dos Baldinhos<sup>6</sup>. Essa afirmativa é comprovada em um dos objetivos específicos de um projeto aprovado pelo Cepagro junto ao Fundo Socioambiental Casa (Contrato 0048/2015), no ano de 2015, (CEPAGRO, 2015) conforme Tabela 19.

---

<sup>5</sup> Projeto de Lei n. 906/15 (BRASIL, 2015), do deputado Padre João (PT-MG), aprovado em 2017, instituiu a Política Nacional de Agricultura Urbana com o objetivo de ampliar a segurança alimentar e nutricional das populações urbanas vulneráveis, propiciar a ocupação de espaços urbanos ociosos e gerar alternativa de renda e de atividade ocupacional à população.

<sup>6</sup> O projeto iniciou em outubro de 2008, por um problema de saúde pública, ocasionado pelo grande volume de lixo jogado nas ruas, que revirado por animais, ficava exposto atraindo a proliferação de roedores, o que culminou num surto de leptospirose com mortes na comunidade. Integrados pelo Centro de Saúde, ocorreu uma grande mobilização comunitária, onde a solução foi retirar o alimento dos ratos. Com o apoio do Cepagro e outras organizações locais, formou-se um grupo comunitário que iniciou um trabalho de sensibilização dos moradores para separação dos resíduos orgânicos em pequenos baldinhos, para posterior destinação adequada em pontos de entrega voluntária que foram disponibilizados na comunidade. Duas vezes por semana esses resíduos eram coletados e tratados pelo próprio grupo dentro da comunidade, utilizando-se da técnica de compostagem termofílica. Todo esse trabalho foi sistematizado no que se denominou Gestão Comunitária de Resíduos Orgânicos e Agricultura Urbana – Revolução dos Baldinhos. Atualmente o grupo encontra-se em processo de formalização de uma cooperativa e ainda conta com a parceria do Cepagro para desenvolvimento de alguns projetos.

Tabela 19 - Informação retirada do projeto aprovado em 2015

Objetivo Específico	Ação
Consolidar as práticas da Revolução dos Baldinhos por meio de advocacy junto a entidades públicas e privadas, obtendo parcerias que permitam ampliar seu alcance.	Advocacy do instrumento jurídico que permita a Prefeitura Municipal de Florianópolis efetuar o pagamento de serviços ambientais para o Grupo Revolução dos Baldinhos

Fonte: Elaborado pelo autor, 2018.

Para execução desta ação, foi organizado um grupo composto pelo Cepagro, grupo Revolução dos Baldinhos, Udesc, UFSC, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental. Diversas reuniões foram realizadas, discutindo-se formas de implementar o pagamento por esses serviços ambientais. Conforme o próprio Marquito afirmou em entrevista, esse processo de advocacy trouxe elementos para a estruturação do projeto de lei supracitado.

Com base nesses exemplos, é possível ilustrar a afirmação de Libardoni (2000), bem como corroborar com as críticas de Gohn (1997) endereçadas para a Teoria do Processo Político. Segundo Libardoni (2000, p. 192):

[...] a estrutura de oportunidades políticas oferece possibilidades e limites para o trabalho de incidência política das organizações da sociedade civil, mas por outro lado essas organizações podem, através da ação de advocacy, contribuir para a configuração da estrutura de oportunidades e criar as condições para que sua ação política seja mais efetiva.

Isto é, por mais que o processo de abertura ou restrição de oportunidades políticas seja realizada pelo Estado, as organizações da sociedade civil, por meio do trabalho de incidência política, podem influenciar neste processo, criando referências, apresentando demandas da base, sensibilizando a sociedade civil, os servidores públicos ou outros agentes dentro do governo. Já Gohn (1997), mesmo aceitando a premissa do sistema político como o grande criador e dinamizador dos movimentos, critica a ênfase dada às oportunidades políticas (externas ao movimento) na TPP, desconsiderando a sociedade civil enquanto um polo de força e dinamismo próprio, sendo esta, segundo a TPP, sempre modelada e formada pelas oportunidades e pelos constrangimentos impostos pela sociedade política.

A incidência política do Cepagro também é influenciada por fatores internos da organização, e neste caso foi destacado nas entrevistas a postura adotada pelo Cepagro

nas relações que se tem com o Estado, especialmente, no município, no qual se consegue ter uma relação mais próxima. Ficou claro que o Cepagro se coloca como um parceiro na relação com o Estado, com o objetivo de somar, agregar, dialogar e construir, estes foram alguns verbos utilizados pelos entrevistados. Conforme destacado nas entrevistas:

O Cepagro tem posições claras, [...] tem uma base sólida de argumentação porque tem entendimento do que está falando. Mas nunca é no tom do clássico enfrentamento, perfil destrutivo, que destrói para vir com o novo. [...] O Cepagro é mais o perfil reformista, aceita a estrutura que está posta, que não é ideal e vamos reformando. Nessa perspectiva de uma organização que é reformista, agente adota o perfil de construção com o Estado. Isto está totalmente claro para mim, mais de construção do que conflito e embate. (Entrevista 3)

Nossa relação não é de ser contra o governo, contra isso ou contra aquilo. Deixamos claro a nossa postura, mas estamos sempre propondo coisas. Estamos sempre em diálogo, não cessamos o diálogo dentro dessas estruturas. (Entrevista 4)

Essa relação de diálogo e construção com o Estado se dá sobretudo nos espaços de incidência política, conforme já mencionados, como conselhos, fóruns, eventos e redes. O Cepagro mantém o caráter construtivo, propositivo, de articulação e diálogo, mesmo quando enfrentamentos são necessários, como a verbalização transcrita a seguir em relação à participação da organização no Fórum Catarinense de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos e Transgênicos:

[...] estamos ali pra colocar o pé na porta mesmo e talvez tentar trancar alguma iniciativa. Por exemplo, vemos as vezes projetos de lei que já estão entrando em tramitação super urgente nas comissões da câmara, sem ter sido discutido, sem a população ter sido consultada. [...] quando necessário entramos em confronto mas no geral o nosso diálogo é bem tranquilo (Entrevista 2)

Adicionalmente, outro entrevistado afirma:

[...] a gente entra com uma função bem estratégica de reunir essas pessoas, de conversar, integrar elas. Eu acho que é uma das nossas qualidades enquanto atuação dentro do Cepagro (Entrevista 4)

Outro ponto destacado foi o caráter apartidário da organização, que permite ampliar o diálogo com variadas instâncias governamentais. Conforme destaca um entrevistado:

O Cepagro consegue construir porque é apartidário. [...] Se você assume uma corrente partidária e ideológica as vezes fica preso no seu discurso ou no discurso daquela corrente e se você for visto conversando com o outro lado, pode ser chamado de traidor. O Cepagro conseguiu construir a sua caminhada se libertando disso e conseguiu trazer um princípio da economia solidária, da auto gestão, que é autonomia e independência. (Entrevista 3)

A partir dos exemplos citados, bem como da caracterização da relação do Cepagro com o Estado e, adicionalmente, a caracterização da atuação do Cepagro nos espaços de incidência política em que atua, fortalece o conceito de repertório de interação (ABERS, SERAFIM, TATAGIBA, 2014). Segundo as autoras, este foi adaptado do conceito de repertório de ação de Tilly, originalmente concebido para o estudo dos movimentos sociais sob a ótica das dinâmicas contenciosas, para relações que envolvem também dinâmicas colaborativas entre atores no Estado e na sociedade.

## 5.5 A RELAÇÃO ENTRE INCIDÊNCIA POLÍTICA E MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS

Para se compreender a relação entre incidência política e mobilização de recursos do Cepagro, retoma-se o que se elaborou sobre o conceito de incidência política realizada pela organização, as estratégias de ação utilizadas para realizar essa incidência e o significado de mobilização de recursos, sintetizados na Tabela 20, a seguir.

Tabela 20 - Significado de mobilização de recursos, incidência política e suas estratégias para o Cepagro (Continua)

Incidência Política	Iniciativas de interação e/ou pressão política junto ao Estado; de promoção e defesa da Agroecologia; de articulações, estrategicamente, coordenadas e mobilizadas junto aos grupos de base, as outras organizações, aos agentes públicos e/ou a sociedade civil em geral; objetivando-se dar maior visibilidade à causa defendida no debate público, ampliar a participação dos segmentos historicamente excluídos nos processos de tomada de decisões, influenciar políticas e pessoas, de maneira a promover uma nova visão de sociedade e de mundo.
Estratégias de Incidência Política	Atuação em espaços de construção e controle social de políticas públicas que tenha a participação da sociedade civil, com destaque aos conselhos, fóruns e audiências públicas.
	Sistematização de metodologias de trabalho e a produção de materiais, como cartilhas, folders, boletins técnicos, vídeos, livros, entre outros.
	Organização e participação em eventos.
	Comunicação, com a divulgação de pautas relacionadas a agroecologia através de postagem no site e redes sociais do Cepagro, dando visibilidade e apoiando na mobilização social para a causa.
	Trabalho em rede com outros parceiros.

Tabela 20 - Significado de mobilização de recursos, incidência política e suas estratégias para o Cepagro (Conclui)	
Mobilização de Recursos	Processo de fortalecimento organizacional, fundamentado na construção de uma base social de apoio político e financeiro, isto é, um processo pelo qual uma organização promove educação cidadã, mobilização social e mobilização de recursos monetários e não monetários, para a própria organização e/ou para a causa, visando promover transformação social.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2018.

Verifica-se que a incidência política é parte do processo de mobilização de recursos do Cepagro e, conseqüentemente, o legitima e o fortalece, bem como, a mobilização de recursos qualifica e potencializa a incidência política realizada pela organização. A incidência política é baseada na articulação e mobilização de grupos de base, de outras organizações, de agentes públicos e da sociedade civil em geral, em torno da causa da agroecologia, não se restringindo a uma relação de pressão ou interação política entre a organização e o Estado. Segundo os entrevistados, ela se expande num processo de mobilização da sociedade civil, que colabora com a construção de uma base social para a organização, conferindo legitimidade, credibilidade e relevância social junto a diferentes atores. Conforme destaca um dos entrevistados:

A incidência política não é somente o Cepagro e o Estado, são todos os atores que estão envolvidos dentro da agroecologia. [...] O Cepagro é uma estrutura de exercício da política, seja uma política pública, seja a política para mediar relações humanas, sejam as ações políticas para conseguir infraestrutura. A política está na nossa essência. (Entrevista 3)

A incidência política e a mobilização de recursos também se relacionam quando se trata de questões referentes à sustentabilidade das organizações. Armani (2008) leciona que a mobilização de recursos deve ser entendida como um esforço permanente, planejado e sistemático de fortalecimento da sustentabilidade da instituição. De maneira relacional, a incidência política, traduzida por Armani (2001) na capacidade de promover e influenciar processos de mobilização, organização e articulação sociais; na capacidade de incidir sobre o processo de constituição de atores e movimentos e sobre as políticas públicas; na capacidade de construção e consolidação de parcerias com o poder público, setor privado e a sociedade civil, é um parâmetro de sustentabilidade organizacional.

Santos (2005), em um estudo de caso sobre a sustentabilidade de uma ONG, elabora uma matriz-referencial indicando as dimensões da sustentabilidade, que são:

política, social, cognitiva, econômica e técnica. Conforme destaca Santos (2005), essas dimensões são inter-relacionadas, apresentando zonas de interseção. Para atender à realidade do Cepagro e aos elementos de análise desta pesquisa, esta matriz foi ajustada pelo pesquisador e indicada na Tabela 21.

Tabela 21 - Matriz-referencial: as dimensões da sustentabilidade

<b>Dimensão</b>	<b>Crítérios</b>	<b>Indicadores</b>
Político-social	Legitimidade	Reconhecimento e respeitabilidade da ONG pelo público externo; Proximidade com o público beneficiário; Cumprimento da missão; Compromisso de diferentes setores sociais com a manutenção do projeto da organização; Constituição de programas conceitual e metodologicamente embasados; Constituição de programas com capacidade de interferir em uma dada realidade; Número de voluntários atuando na organização; Titulações, registros e premiações; Participação em fóruns, conselhos e associações.
	Emancipação cidadã	Participação do público beneficiário na construção do projeto organizacional
	Difusão da Missão	Continuidade/difusão do projeto social, sendo conduzido por outros atores.
Cognitiva	Produção, sistematização e difusão de saberes.	Número de publicações sobre a temática defendida pela ONG e temas correlatos; Produção e sistematização de outros saberes não diretamente relacionados à temática da ONG; Participação em eventos para falar sobre a temática da ONG e temas correlatos; Capacitações e consultorias ministradas (socialização de saberes).
Econômica	Monetário	Número de Projetos Financiados e/ou parcerias estabelecidas; Montante de recursos provenientes dos financiamentos; Doações financeiras recebidas. Montante de recursos provenientes de serviços comercializados
	Não monetário	Número de voluntários; Serviços (apoio técnico) recebidos; Bens materiais recebidos.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2018, com base no trabalho de Santos, 2005.

Na dimensão político-social, um dos critérios de avaliação é a legitimidade. Entre os indicadores de legitimidade está “a participação em fóruns, conselhos e associações”, uma das estratégias mapeadas de incidência política do Cepagro. Andion (2015) contribui com esse tema quando afirma que a participação nesses espaços é um critério de legitimidade das ONGs. Para Santos (2005), a participação nos espaços de discussão

política aponta para o reconhecimento da organização como um ator legítimo na construção, execução e controle social de ações relacionadas com a causa defendida.

Além disso, evidencia-se a “proximidade com o público beneficiário”, entendido pelo Cepagro como a proximidade com os grupos de base que geram demandas, na prática, para a incidência política. Soma-se a isso o “cumprimento da missão”, como uma busca diária da organização e “o reconhecimento e a respeitabilidade da ONG pelo público externo”. Este é percebido nos espaços de incidência política que o Cepagro participa, na capacidade de mobilização de pessoas para os eventos que organiza, na capacidade de articulação e efetivação de parcerias com outros atores sociais e nas premiações de reconhecimento ao trabalho desenvolvido obtidas pelo Cepagro, a quais se destacam (Tabela 22):

Tabela 22 - Premiações recebidas pelo Cepagro entre 2011-2017

Ano	Premiação	Descrição
2011	Prêmio ADVB (Associação dos Dirigentes de Vendas e Marketing do Brasil)	Prêmio de Preservação Ambiental ao projeto Agricultura Urbana e Revolução dos Baldinhos, desenvolvido com patrocínio da Eletrosul.
2012	Medalha João Paulo II	Distinção concedida pela Câmara Municipal de Florianópolis, para entidades de reconhecida e relevante atuação social no município.
2013	Prêmio Tecnologia Social Fundação Banco do Brasil	Prêmio referente ao segundo lugar, na categoria Instituições de Ensino, Pesquisa e Universidades do "Prêmio Fundação Banco do Brasil de Tecnologia Social - Edição 2013", com a Gestão Comunitária de Resíduos Orgânicos e Agricultura Urbana - Revolução dos Baldinhos
2015	Prêmio de Boas Práticas em Salvaguarda do Patrimônio Imaterial - IPHAN	Prêmio recebido pelo trabalho realizado no Ponto de Cultura Engenheiros de Farinha, entre os anos de 2010 e 2014.
2017	24º Prêmio Expressão de Ecologia na categoria Educação Ambiental	Troféu Onda Verde, na categoria Educação Ambiental, ao Projeto Revolução dos Baldinhos, desenvolvido com financiamento da Oi Futuro.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2018.

Um outro ponto a se destacar é a dimensão cognitiva, sendo o critério de avaliação a “produção, sistematização e difusão de saberes”, entendido pelo Cepagro como uma estratégia de incidência política. Neste caso, destaca-se a metodologia de reapplicabilidade das ações, como é o caso da Gestão Comunitária de Resíduos Orgânicos e Agricultura Urbana – Revolução dos Baldinhos. Essa metodologia foi

sistematizada pelo Cepagro a partir dos trabalhos realizados com o Grupo Revolução dos Baldinhos e, em 2011, foi reconhecida pela FBB como uma Tecnologia Social. Em 2013, foi premiada pela FBB como uma tecnologia social que valoriza iniciativas promotoras da melhoria da qualidade de vida através de soluções de baixo custo e facilmente multiplicáveis. No ano de 2016 foram produzidos e lançados dois materiais relacionados ao tema, sendo eles: Cartilha “O passo a passo de uma Revolução: Compostagem e Agricultura Urbana na Gestão Comunitária de Resíduos Orgânicos”, lançada num projeto financiado pela Fapesc; e o Manual para replicação da Tecnologia Social da Gestão Comunitária de Resíduos Orgânicos e Agricultura Urbana – Revolução dos Baldinhos, lançado num projeto financiado pela FBB que consistia na re replicação da Tecnologia Social em empreendimentos do Programa Nacional de Habitação Urbana, relacionado ao Programa Minha casa Minha Vida. Projeto iniciado em 2015 e ainda em execução.

Figura 9 - Materiais produzidos pelo Cepagro relacionados a gestão comunitária de resíduos orgânicos



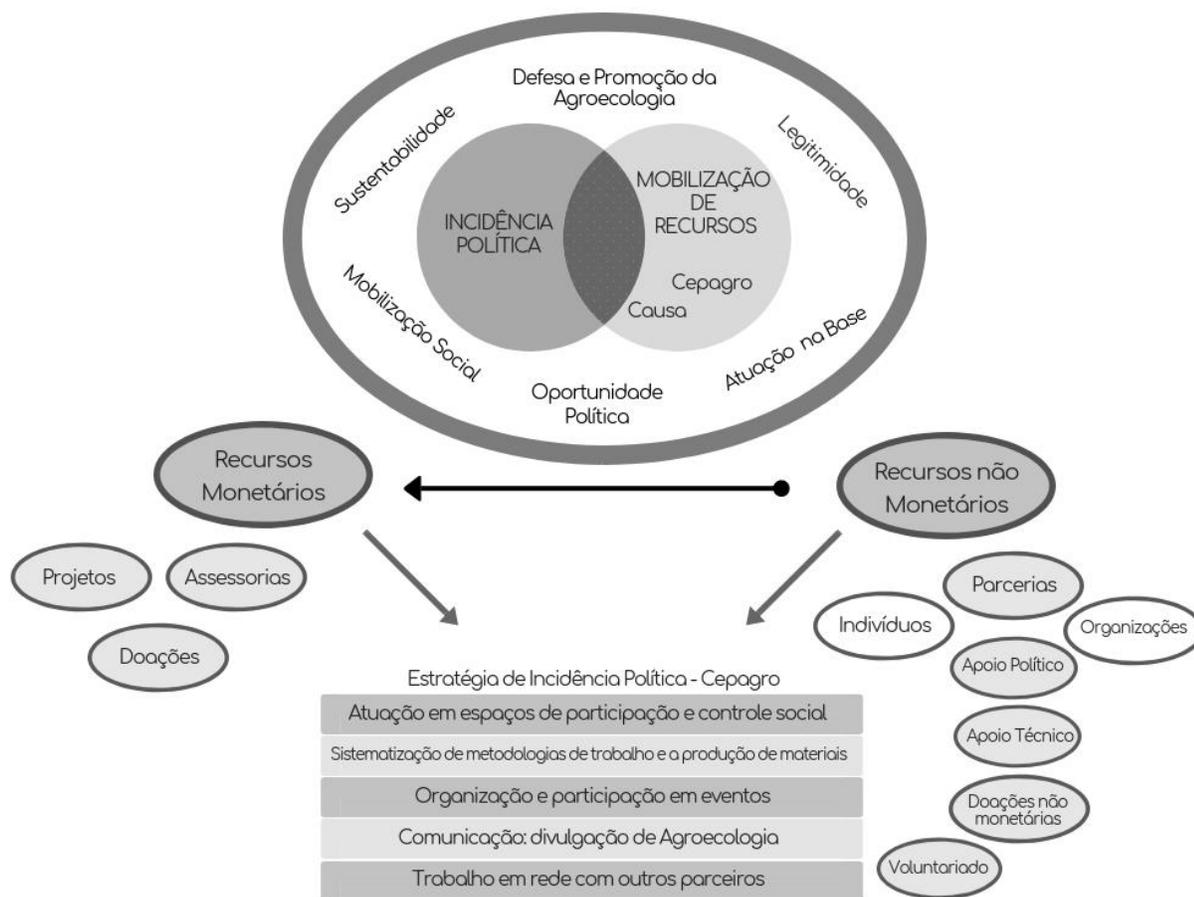
Fonte: Cepagro, 2018.

Diante do exposto, verifica-se que a incidência política e a mobilização de recursos são fenômenos multidimensionais, que se inter-relacionam e se influenciam. A incidência política é transversal às dimensões da sustentabilidade e a mobilização de recursos faz parte de algumas destas dimensões, incluindo a econômica. Assim, pode-se dizer que a incidência política realizado pelo Cepagro contribui no fortalecimento de dimensões de

sustentabilidade da organização, o que qualifica e legitima o processo de mobilização de recursos.

Na tentativa de ilustrar essas relações, mesmo considerando a complexidade e a multidimensionalidade entre os fenômenos da incidência política e da mobilização de recursos, o pesquisador propõe a Figura 10, indicada a seguir.

Figura 10 - Relação entre incidência política e mobilização de recursos



Fonte: Elaborado pelo autor, 2018.

Observa-se que a incidência política e a mobilização de recursos se inter-relacionam dentro de um macro ambiente de defesa e promoção da causa defendida, de atuação com grupos de base, ações de mobilização social para a temática, o que confere legitimidade para a atuação da organização e para a causa. Esses elementos também estão presentes em variadas dimensões da sustentabilidade da organização (Santos, 2005) e eles se influenciam. Além disso, e não menos importante, acredita-se que as

ONGs, por meio do trabalho de incidência política podem influenciar, de maneira efetiva, a criação de oportunidades políticas pelo Estado. Essas oportunidades, uma vez criadas, podem proporcionar o acesso a recursos pelas organizações.

Os recursos mobilizados pelo Cepagro são classificados como recursos monetários e não monetários. Os recursos monetários são oriundos de projetos, termos de cooperação e/ou colaboração firmados com organizações de cooperação internacional, organizações públicas, fundações privadas e outras ONGs. Atualmente, o Cepagro está com dois projetos vigentes com organizações da cooperação internacional, sendo um deles com o IAF e outro com a Misereor. O projeto com o IAF (LA 188) visa criar condições para construir redes colaborativas em torno da agroecologia, com parceiros do IAF no Brasil e outros países da América Latina, por meio de eventos formativos, comunicação interativa, intercâmbios, sistematização dos assuntos vivenciados, e incidência política articulada. Interessante verificar que nesta breve descrição do projeto são citadas várias estratégias de incidência política, conforme destaque. O projeto com a Misereor (233-950-1033 ZG) visa contribuir para uma mudança dos hábitos de produção e consumo, no sul do Brasil, para aumentar a segurança e soberania alimentar e nutricional da população, sejam produtores ou consumidores.

Com outras ONGs brasileiras, o Cepagro participa de um projeto vigente com a Rede Internacional Ação Comunitária, vinculado a FBB, que visa a reaplicação da tecnologia social Gestão Comunitária de Resíduos Orgânicos e Agricultura Urbana – Revolução dos Baldinhos em empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida. Outro projeto em andamento, com o Fundo Sócio Ambiental Casa, tem o objetivo de aquisição de equipamentos para o fortalecimento do projeto Revolução dos Baldinhos, visando contribuir na sustentabilidade do mesmo.

Um fato mapeado durante a pesquisa se refere à dificuldade de se justificar a ação de incidência política dentro dos projetos. Atualmente, o Cepagro participa de oito espaços de incidência política como conselhos, fórum e comissões (ver Tabela 16) e somente a participação no Comseas/Florianópolis faz parte do escopo dos projetos vigentes na organização, em todos os outros espaços o Cepagro participa de forma voluntária. Dentre as possíveis razões mapeadas durante as entrevistas, destaca-se o

fato de alguns financiadores não terem uma linha exclusiva para custear a ação de participação em espaços de incidência política; e a política de algumas organizações priorizarem os resultados quantificáveis de curto prazo, fato indicado na situação problema da pesquisa. Além disso, é possível que haja dificuldade de deixar claro para o financiador o que são as ações de incidência política realizadas, conforme destacado por um entrevistado: “Às vezes não se consegue recursos para a incidência política do Cepagro, pois talvez não conseguimos deixar claro para o financiador a atuação da organização nisso” (Entrevista 3).

Em relação às assessorias técnicas, as mesmas ocorrem com a elaboração de projetos, implantação e monitoramento de pátios de compostagem. Desde 2015, o Cepagro assessora a empresa Inova, num contrato com a interveniência da Amlurb, no qual implantou um pátio de compostagem numa área da subprefeitura da Lapa, em São Paulo, e que vem fazendo um acompanhamento e monitoramento mensal das atividades, com a perspectiva de aumentar o número de pátios no município. Também tem um histórico de assessoria em compostagem junto o Sesc/SC. Recentemente, realizou a implantação de pátios de compostagem em usinas da empresa Engie, visando o tratamento local dos resíduos orgânicos oriundos dos restaurantes das usinas. O Cepagro também presta assessoria na implantação de hortas produtivas e pedagógicas, com um trabalho em andamento com o Lar São Francisco, em Florianópolis. Também se destaca a assessoria realizada nos anos de 2011 e 2013 para a prefeitura de Florianópolis e no ano de 2017 para a prefeitura de Antônio Carlos/SC, referente ao projeto hortas pedagógicas escolares e compostagem, no qual o Cepagro desenvolveu uma metodologia que concilia o calendário agrícola com o escolar e utiliza-se das hortas e da compostagem como ferramentas educativas e pedagógicas. Importante pontuar que esses recursos monetários oriundos das assessorias técnica contribuem para a manutenção da estrutura da organização, visto que, não estão atrelados a ações de projeto, o que permite uma liberdade de uso.

No que se refere ao estímulo a doações, não é uma prática rotineira e planejada da organização. Foi realizada na década de 1990 e, no ano de 2017, o Cepagro organizou uma campanha de financiamento coletivo para apoio à manutenção das atividades do grupo Revolução dos Baldinhos. A campanha, realizada por meio da plataforma

“juntos.com.vc”, foi iniciada no dia 16 de janeiro e encerrada em 17 de março de 2017. A meta total era de R\$60mil, como submetas definidas de R\$20mil e R\$40mil. Foi arrecadado o valor total de R\$22.840,00, oriundas de 284 doações.

No que concerne aos recursos não monetários, destacam-se as parcerias de indivíduos e organizações, como empresas, organizações públicas e outras ONGs. Esses recursos não monetários se referem ao trabalho voluntário desenvolvido por pessoas sensíveis à causa e à organização. O Cepagro não conta nos dias atuais com uma estrutura para receber voluntários nos trabalhos de rotina da organização. Esses trabalhos voluntários costumam ser pontuais e convocados para ações específicas, como organização de eventos, participação em feiras, elaboração de materiais de comunicação, entre outros. Em relação às doações não monetárias, destacam-se a disponibilização de espaço físico para realização de atividades do Cepagro, doação de equipamentos de informática, mobiliários e outros materiais de apoio, como materiais de escritório, limpeza, entre outros. Adicionalmente, considera-se como recursos não monetários o apoio político nas causas defendidas pelo Cepagro realizados por indivíduos e organizações parceiras.

Ainda em relação aos recursos não monetários, pontua-se a relação do Cepagro com a Universidade Federal de Santa Catarina. Conforme abordado na sessão sobre a história do Cepagro, a sede da organização foi construída com recursos próprios, provenientes de apoio de organizações da cooperação internacional, em espaço cedido pela UFSC, dentro de Centro de Ciência Agrárias, localizado no bairro Itacorubi. A inauguração da sede aconteceu em 1995 e, desde então, esta é a localização do Cepagro. Atualmente, está em curso uma negociação para renovar a formalização do uso do espaço. Como contrapartidas do Cepagro nesta relação com a UFSC, destacam-se:

a) disponibilização de espaço físico, estrutura de trabalho e auxílio na orientação de estagiários, bolsistas, pesquisadores, estudantes de graduação e pós-graduação, participando de projetos acadêmicos, durante ou como estágio final de curso. Atualmente, conta com três estagiários da UFSC, dos cursos de agronomia, jornalismo e contabilidade;

b) o Cepagro é um parceiro e um elo de ligação entre a universidade e o campo, no qual viabiliza-se logística e apoio na relação entre universidade, agricultores e outros grupos de base que atua;

c) parcerias com laboratórios da universidade, como o caso do Lacaf, que desenvolvem um trabalho relacionado a feiras agroecológicas e que juntos, apoiaram na implantação do primeiro Box de orgânicos dentro de um Ceasa no Brasil, o Box 721, em São José/SC.

Essa relação com a universidade é entendida pela equipe do Cepagro como um ganho mútuo e faz parte da concepção da organização, destacado no seu próprio nome como “Centro de Estudos”. Considera-se como recursos não monetários provenientes desta relação com a UFSC:

a) a disponibilização do espaço físico da sede do Cepagro;

b) o ganho de credibilidade vinculado ao fato de estar localizado dentro da UFSC;

c) a proximidade com professores e alunos que contribui com que o Cepagro renove conhecimentos e temáticas, impactando na atuação da organização;

d) acesso a uma mão de obra qualificada, que se identifica com a causa da organização e que, após concluírem a graduação, podem se juntar à equipe técnica do Cepagro. Com base em dados da organização, de 2008 a 2018, passaram pelo Cepagro em torno de 25 estagiários (as) da UFSC, sendo que quase a metade atuou como técnico (a) em algum projeto do Cepagro após a conclusão da graduação.

Na Figura 10 foram destacadas as estratégias de incidência política do Cepagro que ficaram alocadas entre os recursos monetários e não monetários, visto que essas estratégias são viabilizadas a partir desses dois tipos de recursos. Ações e produtos são justificados, dimensionados e financiados por projetos e por recursos monetários obtidos através de assessorias e doações. São também viabilizados por meio de recursos não monetários, como trabalhos voluntários, cessão de espaços para realização de eventos, entre outros. Um exemplo recente disso foi a organização do evento, Festival Santa Catarina Agroecológico, em 2017. Teve como objetivo promover e valorizar a agroecologia em Santa Catarina, principalmente na região do litoral, com destaque para o papel da mulher no desenvolvimento da temática. Para este evento, foram mobilizados recursos monetários, via projeto de patrocínio com a FBB, que viabilizou o custeio do transporte e hospedagem de participantes, aquisição de alimentos e produção de

material de divulgação. Como recursos não monetários foram mobilizados trabalho voluntário para recepção de cadastramento dos participantes, cobertura de comunicação e auditório da Epagri para abrigar o evento.

Um fato importante identificado nesta pesquisa, a partir da análise dos documentos e das entrevistas, é que a mobilização de recursos é direcionada para o Cepagro e também para a causa. Algumas verbalizações das entrevistas ilustram essa questão:

A gente incide na construção de política públicas e mobilizamos recursos, mas não é algo só para nós ou para os grupos que atendemos. É algo bem maior, é para a causa. (Entrevista 2)

A incidência política e a mobilização de recursos não é para manter o Cepagro. Se cair nesse pensamento, acho que é um caminho perigoso. (Entrevista 3)

A gente não visa só mobilizar recursos para o Cepagro. A ideia é criar mecanismos no qual diversos grupos possam ser beneficiados, então é uma coisa bem maior [...] a incidência política é para que o tema seja expandido, com bastante qualidade, e que depois isso beneficie diversos grupos. (Entrevista 5)

Entende-se que pelo fato de a organização ser uma defensora e promotora da causa, quando se mobiliza algum tipo de recurso, monetário ou não monetário, para a organização, automaticamente, mobiliza-se para a causa. Entretanto, em alguns momentos, a organização faz todo um processo de articulação e incidência política para que recursos sejam disponibilizados para a causa, independente da possibilidade de a organização acessá-los.

Dois exemplos recentes disso podem ser citados. Para ilustrá-los, foram elaboradas a Figura 11, referente a temática da diversificação em áreas cultivadas com o tabaco, e a Figura 13, referente a temática da gestão de resíduos orgânicos.

Para a elaboração das Figuras 11 e 13, foram retomados elementos tratados na Figura 10, na qual buscou-se identificar no macro ambiente de defesa e promoção da agroecologia, de mobilização social, de atuação com grupos de base e de fortalecimento da legitimidade, os elementos tratados nesta pesquisa como: oportunidades políticas, estratégias de incidência política, mobilização de recursos, entre outros. A partir disso, foram elaboradas linhas do tempo da atuação do Cepagro nas temáticas. Por mais que se busque representar esses processos numa linha do tempo, os mesmos não são

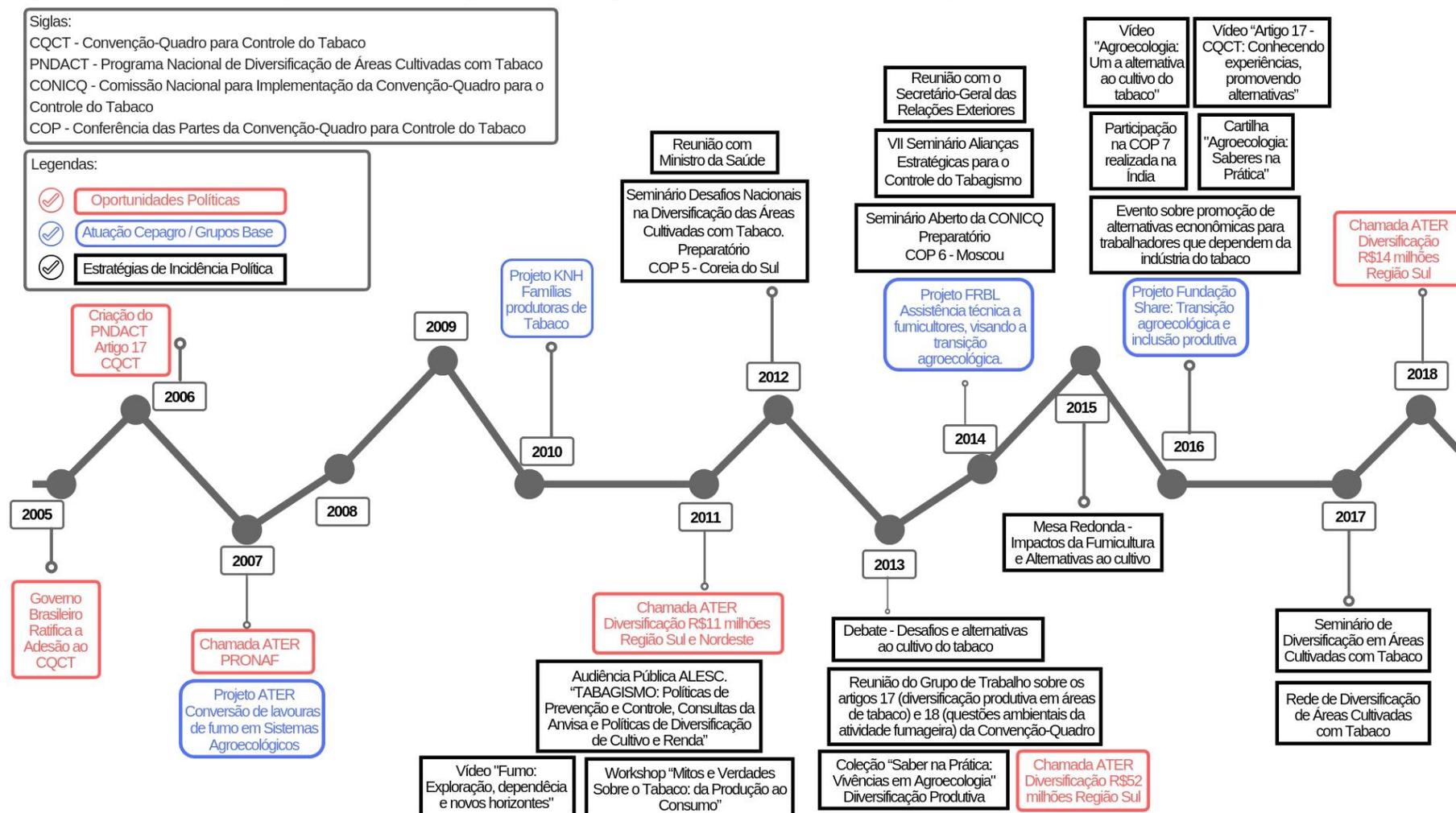
lineares e os elementos trazidos não acontecem de maneira isolada, se inter-relacionam e se influenciam. Mesmo considerando essa ressalva, acredita-se que as ilustrações contribuíram para a compreensão dos fenômenos abordados.

Os itens destacados de azul são referentes às ações desenvolvidas pelo Cepagro junto aos grupos de base, com apoio de recursos monetários mobilizados a partir de projetos que o Cepagro foi proponente e/ou parceiro. Destacado de preto, foram elencadas as estratégias de incidência política do Cepagro, conforme Tabela 20. E na cor vermelho foram destacadas as oportunidades políticas como programas de governo e políticas públicas; disponibilização de recursos públicos para ações relacionadas a esses programas e/ou políticas; eleição no Executivo e/ou Legislativo de pessoas com afinidades às causas defendidas pela organização; termos de cooperação assinado entre Cepagro e órgãos públicos; entre outros.

Em relação à temática da diversificação em áreas cultivadas com o tabaco (Figura 11), a linha do tempo se inicia no ano de 2005, com uma oportunidade política, que foi a ratificação, pelo governo brasileiro, da adesão a CQCT/OMS, da Organização Mundial da Saúde (OMS), tratado internacional de saúde pública. A linha do tempo segue até o ano de 2018, quando o governo lança a Chamada Pública n. 4/2018, no valor de R\$ 14.237.928,91, para assistência técnica e extensão rural (ATER), que beneficiará 3.840 Unidades Familiares de Produção Agrária (UFPAs).

A CQCT/OMS, nos artigos 17 e 18 respectivamente, trata do apoio às atividades alternativas economicamente viáveis à cultura do tabaco e; da saúde e do meio ambiente. A SEAD é a responsável pela implementação do artigo 17, por meio do Programa Nacional de Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco (PNDACT). O Programa foi criado no ano de 2006 para gerar novas alternativas de renda aos agricultores e evitar que aqueles que têm na fumiicultura sua principal atividade não tenham diminuição da renda, em função da diminuição expressiva do consumo de tabaco no mundo.

Figura 11 - Linha do tempo sobre a atuação do Cepagro na temática da diversificação em áreas cultivadas com o tabaco



Fonte: Elaborado pelo autor, 2018.

O Cepagro executou seu primeiro projeto com agricultores produtores de tabaco no ano de 2007, por meio de uma chamada de ATER ligado a Pronaf, isto é, desvinculado do Programa Nacional de Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco, mas como um público já mapeado pela organização como prioritário para execução de ações de diversificação e transição produtiva para a agroecologia. Desde então, o Cepagro vem desenvolvendo projetos nessa temática, como exemplo o projeto realizado nos anos de 2014 e 2015, numa parceria com o Ministério Público de Santa Catarina, com recursos do FRBL, visando a transição agroecológica para fumicultores em 100 propriedades do Alto Vale do Rio Tijucas.

O Cepagro sistematizou e produziu uma série de materiais relacionados à temática, alguns em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário e com o Inca (ver Tabela 17). Também, como citado (Tabela 18), participou e organizou eventos, o último em 2017, no qual o Cepagro colaborou na organização do seminário “Diversificação em áreas de cultivadas com Tabaco”, realizado em Florianópolis. Este seminário teve como objetivo debater sobre as potencialidades, desafios e estratégias de diversificação em áreas cultivadas com tabaco, com vistas a atender às recomendações da CQCT/OMS relacionadas a seus artigos 17 e 18, junto com o aperfeiçoamento do Programa Nacional de Diversificação de Áreas Cultivadas com Tabaco.

O evento contou com a participação de mais de 30 organizações, entre elas: Aliança de Controle do Tabagismo, Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater), Anvisa, Fiocruz, Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Paraná e Rio Grande do Sul, Epagri, Fundação do Câncer, SEAD, Inca, Ministério da Saúde, Centro de Motivação Ecológica e Alternativas Rurais, Cooperativa dos Engenheiros Agrônomos e de Profissionais em Desenvolvimento Rural e Ambiental de Santa Catarina, Cooperativa de Trabalho na Prestação de Serviços Agropecuários e Ambientais, Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia, entre outros.

Como resultado deste seminário, foi lançada em 2018, pela Anater, a chamada supracitada, através do PNDACT, que abrangeu 42 municípios produtores de tabaco do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, mas não abrangeu a área de atuação do Cepagro.

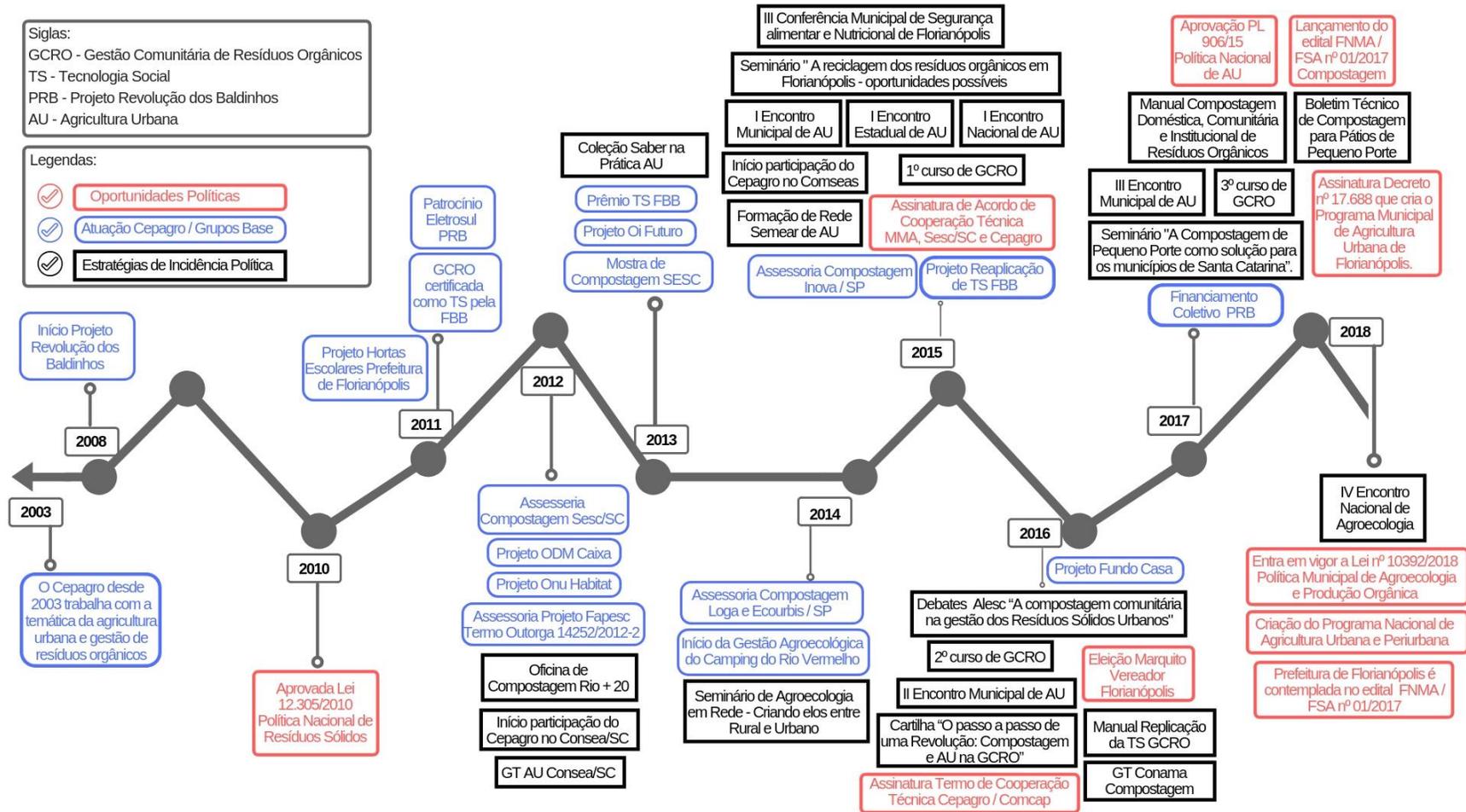
Figura 12 - Seminário sobre a diversificação em áreas cultivada com o tabaco



Fonte: Arquivo Cepagro, 2017.

Na temática da gestão de resíduos orgânicos, foi feita uma linha do tempo da atuação do Cepagro, começando no ano de 2003, com o Programa Vivendas, que tinha como um dos eixos, a reciclagem de materiais e resíduos orgânicos, até o ano de 2018 que teve como marco a seleção da Prefeitura de Florianópolis no edital do FNMA / FSA n. 1/2017. No ano de 2008, inicia-se do projeto Revolução dos Baldinhos, com o tema da Gestão Comunitária de Resíduos Orgânicos e Agricultura Urbana. Esse trabalho de base gerou aprendizagens e elementos para sistematizar a metodologia de trabalho utilizada, que foi premiada como Tecnologia Social pela FBB. A partir desta sistematização, passou a ser reaplicada em outros locais no país, dando visibilidade e fortalecendo a temática. Adicionalmente o Cepagro realizou assessorias técnicas para outras organizações como o Sesc/SC e o pátio de compostagem da subprefeitura da Lapa (Contrato Inova/Amlurb), que possibilitou aprimorar a técnica e gerar referências técnicas e práticas na operacionalização de pátios de compostagem de maior porte.

Figura 13 - Linha do tempo sobre a atuação do Cepagro na temática da gestão de resíduos orgânicos

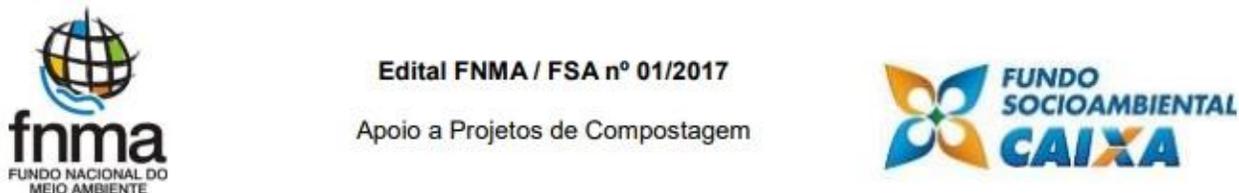


Fonte: Elaborado pelo autor, 2018.

Nesse processo de atuação e desenvolvimento da temática, o Cepagro produziu materiais técnicos, em parceria com outras organizações, como o Boletim Técnico de Compostagem para Pátios de Pequeno Porte e o manual de orientação “Compostagem doméstica, comunitária e institucional de resíduos orgânicos: Manual de Orientação” (ver Tabela 17). Adicionalmente realizou eventos e organizou cursos de formação (ver Tabela 18), a exemplo do curso de Gestão Comunitária de Resíduos Orgânicos e Agricultura Urbana, que vem sendo promovido, anualmente desde 2015, e que contribuiu na formação de lideranças comunitárias, agentes públicos e outras pessoas interessadas pela temática. Cita-se também a participação do Cepagro no GT de compostagem da Comissão Nacional do Meio Ambiente (Conama), em 2016. Este GT era formado por 37 organizações, sendo governamentais, não governamentais e privadas. Tinha como objeto elaborar uma resolução para estabelecer critérios e procedimentos para garantir a qualidade do composto, sua utilização segura, e orientar os procedimentos de licenciamento ambiental das unidades de compostagem de resíduos sólidos orgânicos, visando benefícios à agricultura, à saúde pública e ao meio ambiente (CONAMA, 2017). Essas ações contribuíram para dar mais visibilidade a temática, para ampliar e qualificar as discussões e as ações técnicas, gerar diálogo entre diferentes atores e organizações e inspirar e mobilizar pessoas para a causa.

Esses fatos podem ser evidenciados no edital FNMA / FSA n. 1/2017, no qual, no item 10 – “Material de Apoio”, dos quatro materiais disponibilizados como referências técnicas, três estão relacionados com as ações desenvolvidas pelo Cepagro, itens 1, 2 e 4, conforme Figura 14.

Figura 14 - Materiais técnicos de referência do edital FNMA/FSA n. 1/2017



- 1) "Compostagem doméstica, comunitária e institucional de resíduos orgânicos: Manual de Orientação" ([http://www.mma.gov.br/images/arquivo/80058/Compostagem-ManualOrientacao\\_MMA\\_2017-06-20.pdf](http://www.mma.gov.br/images/arquivo/80058/Compostagem-ManualOrientacao_MMA_2017-06-20.pdf))
- 2) Projeto Revolução dos Baldinhos (compostagem comunitária):  
<https://www.youtube.com/watch?v=FUc3r52vgoE>
- 3) Projeto Composta São Paulo (compostagem doméstica):  
<https://www.youtube.com/watch?v=5U3Lo6CWtpg>
- 4) Projeto Pátio da Lapa (compostagem descentralizada e resíduos de feiras e podas):  
<https://www.youtube.com/watch?v=9FernwdQVvc>

Fonte: Edital FNMA/FSA n. 1/2017, 2017.

O fato de a prefeitura de Florianópolis ter concorrido e ter ficado em 2º lugar nesse edital, acessando cerca de R\$ 1 milhão para desenvolver ações de compostagem, tem influência do trabalho desenvolvido pelo Cepagro e outras organizações e coletivos não formalizados que apoiam a temática no município. Como exemplos, pode-se citar o Grupo Revolução dos Baldinhos, o coletivo Horta Comunitária Pacuca, Associação Orgânica em parceria com a Comcap, Projeto Família Casca em parceria com a Fundação Municipal do Meio Ambiente de Florianópolis, as ações de compostagem realizadas pela UFSC, na pessoa do professor Rick Müller, entre outros.

A contribuição do Cepagro é indicada pela prefeitura de Florianópolis no projeto encaminhado para concorrer ao edital. No item 1.3.3 que diz respeito ao "Histórico de experiência no desenvolvimento do objeto/objetivos desta proposta" destaca-se (Figura 15):

Figura 15 - Atuação do Cepagro junto a Prefeitura de Florianópolis no tema da compostagem

- ✓ Parceira no Projeto apoiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa de Santa Catarina - FAPESC aprovado em 2012 intitulado "Revolução dos Baldinhos: gestão social e cooperativa de resíduos sólidos orgânicos, um modelo comunitário", submetido pelo Laboratório de Comercialização da Agricultura Familiar (LACAF) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), que também tinha como parceiros a Fundação do Meio Ambiente (FATMA) e assessoria do CEPAGRO, que tinha como ações de responsabilidade da COMCAP:
- ✓ Possui desde setembro de 2016 Termo de Cooperação Técnica com o CEPAGRO visando o "Fortalecimento e ampliação das ações de compostagem, gestão comunitária de resíduos orgânicos e agricultura urbana no município de Florianópolis" e que tem como objetivos:
  - Consolidar o projeto piloto de gestão comunitária de resíduos sólidos orgânicos e agricultura urbana "Projeto Revolução dos Baldinhos"
  - Fortalecer os projetos de agroecologia na área da compostagem, gestão comunitária de resíduos orgânicos e agricultura urbana, desenvolvidos pelo CEPAGRO e COMCAP;
  - Realizar cursos e oficinas de formação em compostagem, gestão comunitária de resíduos orgânicos e agricultura urbana;
  - Mapear as experiências de compostagem, gestão comunitária de resíduos orgânicos em agricultura urbana, no município de Florianópolis.
- ✓ Desde 2016 opera um pátio didático com diversos modelos de compostagem, horta comunitária e PEV para recebimento de resíduos orgânicos no Jardim Botânico de Florianópolis. O PEV e pátio didático foram implantados com apoio do CEPAGRO e de empresa local (Usina do Hamburger), que captou recursos junto aos seus clientes exclusivamente para implantação destas atividades. O PEV recebe de 2ª a 6ª f em

Fonte: Projeto Prefeitura de Florianópolis enviado ao concorrer ao edital FNMA/FSA n. 1/2017, 2017.

O Cepagro contribuiu na elaboração do projeto que concorreu no edital e contribuirá, de forma voluntária, na execução do mesmo, com as atribuições indicadas a seguir (Figura 16):

Figura 16 - Ações voluntárias do Cepagro no projeto da Prefeitura Florianópolis - edital FNMA/FSA n. 1/2017

<b>Entidade</b>	<b>Classificação</b> (Governo, Setor Privado, Terceiro Setor)	<b>Atribuição no Projeto</b>	<b>Tipo de contribuição</b> (financeira, técnica, RH, infraestrutura, bens, etc)
CEPAGRO	Terceiro Setor	Capacitação da equipe técnica envolvida no projeto; Articulação com grupo da Revolução dos Baldinhos; Conteúdo técnico dos materiais informativos;	Técnica

Fonte: Projeto Prefeitura de Florianópolis enviado ao concorrer ao edital FNMA/FSA n. 1/2017, 2017.

Oportunidades políticas também foram identificadas no período, algumas já citadas, e outras, como assinatura de termos de cooperação com entes públicos, aprovação de políticas no âmbito municipal e nacional, a exemplo da aprovação da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei n. 12.305/2010) (BRASIL, 2010), que:

[...] estabeleceu que só devem ser dispostos em aterros sanitários os resíduos sólidos cujas possibilidades de tratamento e recuperação por processos tecnológicos disponíveis e economicamente viáveis estejam esgotadas, ou seja, os rejeitos. Por ser um tipo de resíduo que se degrada naturalmente, os resíduos orgânicos não podem ser considerados indiscriminadamente como rejeitos. Há de se buscar as melhores formas, tecnologias, escalas e arranjos de gestão que permitam reciclar a grande quantidade de resíduos orgânicos gerados no Brasil, devolvendo a estes resíduos seu papel natural de fertilizar os solos e aumentando significativamente a vida útil dos aterros sanitários. A compostagem se configura como uma alternativa tecnológica de reciclagem de resíduos orgânicos ainda pouco explorada no Brasil. (Edital FNMA/FSA n. 1/2017, p. 4).

A partir da visualização das Figuras 11 e 13 e dos elementos explorados anteriormente, evidencia-se argumentos trabalhados na pesquisa. O primeiro deles é que a incidência política, em certos casos, é um processo em que os resultados, quando obtidos de maneira quantificáveis, surgem no longo prazo. Este argumento fica claro na Figura 13. O Cepagro inicia suas ações na temática de gestão de resíduos orgânicos em 2003, realiza uma série de ações práticas com os grupos de base, ações de incidência política e, somente, por volta do ano de 2015, especialmente no âmbito de Florianópolis, a temática começa a ter mais evidência pública e as ações são intensificadas, inclusive ampliando o número de oportunidades políticas.

Outro aspecto observado é a relação entre o Cepagro e o Estado, na qual predomina a postura de colaboração e construção em prol das temáticas e da causa defendida pela organização. Fato evidenciado pelas parcerias com entes públicos na elaboração de materiais técnicos, na organização de forma conjunta de eventos, nos termos de cooperação técnica firmados. Avançando nesta análise, evidencia-se o papel das ONGs e da sociedade civil em geral, enquanto um polo de força e dinamismo próprio, capaz de influenciar os processos de abertura de oportunidades políticas. Por meio do trabalho de incidência política, criando referências, apresentando demandas da base, sensibilizando a sociedade civil, os servidores públicos ou outros agentes dentro do governo, as ONGs podem influenciar neste processo.

Evidencia-se, também, que o Cepagro mobiliza recursos, monetários e não monetários, via parcerias com organizações de cooperação internacional, editais públicos e privados, prestação de serviços, entre outros. Essa mobilização de recursos permite que as ações de incidência política sejam realizadas no sentido da mobilização social, sistematização de experiências e metodologias, desenvolvimento de referências

técnicas. Isso contribui para a ampliação da visibilidade da temática e para a promoção, defesa, legitimidade e fortalecimento da causa. Desta maneira, entende-se que quando se mobiliza recursos para as ONGs, se mobiliza recursos para a causa. Por um outro lado, uma causa legítima e fortalecida colabora para que organizações aproveem projetos relacionados a ela, da mesma forma que colabora para que editais sejam lançados, tendo essas temáticas como prioritárias. As ações de incidência política do Cepagro, em alguns casos, geram oferta de recursos que o Cepagro não consegue acessar, mas que outras organizações conseguem, como foi o caso do edital FNMA/FSA n. 1/2017 e da chamada de ATER n. 4/2018. Desta forma, colabora-se para que ações continuem sendo executadas, para que as demandas dos grupos de base continuem sendo ouvidas, para que a visibilidade da causa seja ampliada e para que ela seja cada vez mais fortalecida.



## 6 CONCLUSÕES

O desenvolvimento desta dissertação foi conduzido pelo objetivo de analisar a relação entre incidência política e mobilização de recursos, com base no caso do Cepagro e sua atuação na causa da agroecologia. Para isso foram realizadas quatro etapas principais de pesquisa, sendo elas: a descrição do histórico de atuação do Cepagro, entre os anos de 1990 e 2006; a identificação do significado de incidência política realizada pela organização; a identificação das estratégias de ação utilizadas pelo Cepagro nos processos de incidência política; para assim, ter elementos e evidências para analisar a relação entre a incidência política do Cepagro e a sua capacidade de mobilizar recursos.

Essas etapas foram cumpridas em duas fases da pesquisa, a primeira referente ao resgate da história do Cepagro entre os anos de 1990 e 2006 e a segunda referente aos anos de 2006 a 2018, período central analisado. A primeira fase contribuiu na busca de elementos e pistas, daquele período, que se relacionavam com o objetivo da pesquisa e que foram importantes para a análise da segunda fase. Os dados da pesquisa foram obtidos por meio de análise documental, entrevistas e observação, que, confrontados com elementos encontrados na literatura, possibilitou inferir algumas conclusões.

Concluiu-se que a incidência política realizado pelo Cepagro pode ser conceituada como iniciativas de interação e/ou pressão política junto ao Estado; de promoção e defesa da agroecologia; de articulações estrategicamente coordenadas e mobilizadas junto aos grupos de base, a outras organizações, aos agentes públicos e/ou a sociedade civil em geral; objetivando-se dar visibilidade à causa defendida no debate público, ampliar a participação dos segmentos excluídos nos processos de tomada de decisões, influenciar políticas e pessoas, de maneira a promover uma nova visão de sociedade e de mundo.

Como estratégias de incidência política foram identificadas: a atuação em espaços de construção e controle social de políticas públicas que tenha a participação da sociedade civil, com destaque aos conselhos, fóruns e audiências públicas; a sistematização de metodologias de trabalho e a produção de materiais, como cartilhas, folders, boletins técnicos, vídeos, livros, entre outros; a organização e participação em eventos; ações de comunicação, com a divulgação de pautas relacionadas a

agroecologia, promovendo a visibilidade e apoiando na mobilização social para a causa e; o trabalho em rede realizado com outros parceiros.

Evidenciou-se que na relação do Cepagro com o Estado predomina uma postura de colaboração e construção em prol das temáticas e da causa defendida pela organização. As ações de incidência política do Cepagro extrapolam a relação com o Estado, pois também são realizadas junto a grupos de base, outras organizações, servidores públicos e sociedade civil em geral. Isso contribui para ampliar a visibilidade da temática e da mobilização social em torno da causa, legitimando e fortalecendo a mesma.

Avançando na análise, conclui-se que, mesmo sendo o Estado o criador das oportunidades políticas, as ações de incidência política e mobilização social executadas pelo Cepagro influenciam esses processos e criam condições para que a própria ação política da organização seja mais efetiva.

Por fim, conclui-se que o processo de mobilização de recursos, monetários e não monetários, vai além da mobilização para a própria organização e, de maneira mais abrangente, se torna uma mobilização para a causa. Quando recursos são mobilizados para o Cepagro, se mobiliza recursos para a causa, visto que as ações realizadas pela organização legitimam e fortalecem a causa. Também ficou evidente que, em alguns casos, a organização faz toda uma articulação visando disponibilizar recursos para a causa, independente se conseguirá acessá-los.

Com base nessas conclusões, pode-se afirmar que a Teoria do Processo Político contribuiu na compreensão da ação de incidência política do Cepagro, em especial no que tange aos repertórios de ação e à relação entre a organização e o Estado. Dado que a TPP apresenta limitações e foi necessário buscar outras teorias para complementar e enriquecer a análise. Uma das limitações é o fato de a TPP desconsiderar a sociedade civil como um polo de força e dinamismo, capaz de influenciar a criação de oportunidades políticas pelo Estado. Outra limitação é que, para a TPP, o conflito/protesto é um componente central dos repertórios de ação dos movimentos sociais. Entretanto, no caso do Cepagro, a relação com o Estado é predominantemente de interação e colaboração, por isso utilizou-se o conceito de repertório de interação, que tem a sua origem na TPP.

Outra limitação da TPP se refere à abordagem dada das redes, uma das estratégias de incidência política do Cepagro, que sempre esteve presente na dinâmica da organização. A TPP aborda de maneira superficial os processos de construção de solidariedade e identidade entre os participantes das redes, e acredita-se que estes sejam elementos centrais na concepção e manutenção dessas estruturas. Diante disso, buscou-se elementos da Teoria de Redes de Movimento Social, entre eles os conceitos dos fios e elos de ligação, que foram utilizados na concepção da Rede Ecovida, da qual o Cepagro faz parte desde o ano 2000.

Acredita-se que a pesquisa trouxe contribuições para o Cepagro. A primeira delas é o levantamento e sistematização de parte da história da organização, que poderá ser compartilhada com a equipe, parceiros e financiadores. Durante a pesquisa, vários documentos foram localizados e organizados cronologicamente em pastas arquivo, que estão disponibilizadas de maneira mais segura para a organização. Visualiza-se uma possibilidade de continuidade no resgate dessa história, objetivando-se a elaboração de um livro a ser lançado nos 30 anos da organização, em 2020.

Outra contribuição foram as reflexões geradas no processo de pesquisa entre os colaboradores do Cepagro a respeito da relevância da incidência política para a organização. Este fato foi evidenciado durante as entrevistas e no convívio diário do pesquisador na organização. Chegou-se ao significado da incidência política realizada pelo Cepagro, que será discutida de forma coletiva, visando incentivar um aprofundamento no tema. Isto poderá contribuir na qualificação das estratégias de ação, bem como no entendimento dos próprios apoiadores da organização sobre a relevância de se financiar ações como participação em conselhos e fóruns. Visto que, em muitos casos, essas ações são difíceis de serem quantificadas e os resultados são de longo prazo.

Não menos importante, a pesquisa serviu para a organização ampliar o entendimento acerca dos recursos possíveis de serem mobilizados, em especial os não monetários, como por exemplo o apoio político de simpatizantes da agroecologia. A partir do momento que se tem compreensão desses temas, é possível qualificar e potencializar o impacto das ações desenvolvidas.

A presente pesquisa instigou, ainda, retomar a elaboração dos relatórios anuais de atividades da organização. É um instrumento importante de prestação de contas das ações desenvolvidas para a sociedade, para os apoiadores financeiros, técnicos e políticos do Cepagro. É um instrumento de transparência necessário, visando fortalecer a legitimidade e credibilidade da organização, bem como divulgar as ações. É um instrumento de fortalecimento institucional, pois, além de ser uma ferramenta de gestão, contribui para um senso de reconhecimento, valorização do trabalho e pertencimento da própria equipe do Cepagro. É uma maneira de se registrar a história. Não menos importante, pode ser uma ferramenta estratégica para comunicação com os grupos de base.

Entre as limitações da pesquisa, está o viés da análise, derivado do fato de o pesquisador ser membro da organização pesquisada. Por mais que se tenha tomado medidas para reduzir esse viés, ele existiu e é assumido pelo pesquisador. Não se conseguiu medir o impacto, mas ele ocorreu. Uma segunda limitação foi o foco na prática da organização e, talvez, poderia ter sido feita uma busca mais abrangente sobre o tema pesquisado, especialmente, em relação aos trabalhos internacionais, o que teria trazido mais elementos para a discussão. Por fim, acredita-se que poderia ter sido melhor abordado a relação entre os contextos políticos e as ações do Cepagro, entretanto faltou tempo e energia do pesquisador para tal.

Algumas questões suscitadas pela pesquisa ficaram em aberto, entre elas, um aprofundamento e uma atualização no tema da relação entre as organizações da cooperação internacional e as ONGs brasileiras. Em relação à cooperação internacional, fica o questionamento sobre o impacto dessas organizações no projeto político das ONGs brasileiras e na incidência política das mesmas. Outro ponto seria a análise da atuação do Cepagro nas redes em que está inserido, a partir da Teoria de Redes de Movimento Social, que oferece elementos para o estudo dessa temática. Para finalizar, analisar até que ponto os grupos de base reconhecem ou compreendem o papel de incidência política desempenhado pela organização, e se sentem representados por ela.

Se faz importante pontuar as contribuições da pesquisa para o pesquisador. Fiquei feliz com o resultado final da pesquisa, mas em especial com toda a trajetória percorrida. Essa dissertação simboliza o encerramento de um dos ciclos que me propus a realizar,

num processo de mudança de direcionamento da minha vida, iniciado por volta do ano de 2010. Os dois anos de mestrado e pesquisa foram muito desafiadores para mim, pelo fato de minha área de formação ser diferente, o que representou o meu primeiro contato com a maioria dos conteúdos estudados. Além disso, me fez enfrentar uma limitação pessoal relacionada à dificuldade de me concentrar para leituras, fato que, de uma maneira sincera, expus na entrevista de seleção e escutei da banca “você tem realmente certeza que quer fazer o mestrado?”. Sim, eu tinha a certeza, sabia das minhas limitações, mas o desafio foi maior do que o imaginado. Enfim, um rico e importante ciclo quase fechado, que contribuiu significativamente na minha formação enquanto ser humano, enquanto pesquisador e enquanto profissional, em especial, pela oportunidade de ter realizado um estudo de caso do Cepagro, que também é um elemento chave neste meu “novo ciclo”.



## REFERÊNCIAS

ABERS, R.; SERAFIM, L.; TATAGIBA, L. Repertórios de interação estado-sociedade em um estado heterogêneo: a experiência na era Lula. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 57, p. 325-357, 2014.

ALONSO, A. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. **Lua Nova**, São Paulo, 76, p. 49-86, 2009.

\_\_\_\_\_. Repertório, segundo Charles Tilly: história de um conceito. **Sociologia & Antropologia**, [S. l.], v. 2, n. 3, p. 21-41, 2012.

\_\_\_\_\_; BOTELHO, A. Repertórios de ação coletiva e confrontos políticos: entrevista com Sidney Tarrow. **Sociologia & Antropologia**, [S. l.], v. 2, n. 3, p. 11-19, 2012.

ANDION, C. (Org.). **Investimento social privado e mobilização de recursos na grande Florianópolis**. Florianópolis: UDESC, 2015.

\_\_\_\_\_; KRIEGER, M. G. M. Legitimidade das organizações da sociedade civil: análise de conteúdo à luz da teoria da capacidade crítica. **Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 48, n. 1, p. 83-110, jan./fev. 2014.

ARL, V. **Uma identidade que se constrói em rede**: caderno de formação, v. 1. Lapa: Rede Ecovida de Agroecologia, 2007. 46 p.

ARMANI, D. O desenvolvimento institucional como condição de sustentabilidade das ONG no Brasil. In: BRASIL. Ministério da Saúde. **Aids e sustentabilidade**: sobre as ações das organizações da sociedade civil brasileira. Brasília: Coordenação Nacional de DST e Aids/Secretaria de Políticas de Saúde, 2001.

\_\_\_\_\_. **Mobilizar para transformar**: a mobilização de recursos nas organizações da sociedade civil. São Paulo: Peirópolis, 2008.

\_\_\_\_\_. Organizações da sociedade civil: sustentabilidade e democracia. In: ARMANI, D.; PECCHIO, R. (Org.). **Novos desafios à luta por direitos e democracia no Brasil**: sustentabilidade das organizações da sociedade civil. Recife: Aliança Interage, 2010.

\_\_\_\_\_. OSCs no Brasil: a relevância dos atores. In: Armani, D. (Org.). **OSCs**: protagonismo e sustentabilidade. Recife: Instituto C&A, 2013, p. 13-33.

\_\_\_\_\_. **Sustentabilidade**: do que se trata, afinal? Rio Grande do Sul: Unisinos, 2002. Mimeografado.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS (ABONG). **Um novo marco legal para as ONGs no Brasil**: fortalecendo a cidadania e a participação democrática. São Paulo: [s. n.], 2007.

\_\_\_\_\_. **Sustentabilidade das ONGs no Brasil**: acesso a recursos privados. Rio de Janeiro: ABONG, 2010.

BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL (BRDE). **Redes de agroindústria de pequeno porte**: experiências de Santa Catarina. Florianópolis: BRDE, 2004. 154 p.

BECKER, H. S. **Métodos de pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Hucitec, 1997.

BIEKART, K. Novos desafios para os atores da sociedade civil brasileira em um contexto de mudanças na cooperação internacional. In: MENDONÇA, P. M. E; ALVES, M. A; NOGUEIRA, F. do A. **Arquitetura institucional de apoio às organizações da sociedade civil no Brasil**. São Paulo: FGV, 2013.

BRASIL. **Lei n. 10.831**, de 23 de dezembro de 2003. Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/2003/L10.831.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.831.htm). Acesso em: 10 mai. 2018.

BRASIL. **Lei n. 11.326**, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm)>. Acesso em: 10 jun. 2018.

BRASIL. **Projeto de Lei n. 906**, de 25 de março de 2015. Institui a Política Nacional de Agricultura Urbana e dá outras providências. Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=7349534&disposition=inline>>. Acesso em: 10 mai. 2018.

BRITO, M.; MELO, M. E. **Hábitos de doar e captar recursos no Brasil**. São Paulo: Peirópolis, 2007.

CARLOS, E. Contribuições da análise de redes sociais às teorias de movimentos sociais. **Sociologia Política**, [S. l.], v. 19, n. 39, p. 153-166, 2011.

CASSARINO, J. P. **A construção social de mecanismos alternativos de mercados no âmbito da Rede Ecovida de agroecologia**. 2012. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

CENTRO DE ESTUDOS E PROMOÇÃO DA AGRICULTURA DE GRUPO (CEPAGRO). **Ata reunião do conselho deliberativo**. Florianópolis: Cepagro, 2004b.

\_\_\_\_\_. **Estatuto**. Florianópolis: Cepagro, 1990.

\_\_\_\_\_. **Estatuto**. Florianópolis: Cepagro, 2018.

\_\_\_\_\_. **Marco de referência para reestruturação do Cepagro**. Florianópolis: Cepagro, 1994c.

- \_\_\_\_\_. **Projeto de apoio às atividades do Cepagro**. Florianópolis: Cepagro, 1994b.
- \_\_\_\_\_. **Projeto Fundo Socio Ambiental Casa**. Florianópolis: Cepagro, 2015.
- \_\_\_\_\_. **Relatório de atividades e prestação de contas 1990/1991**. Florianópolis: Cepagro, 1991.
- \_\_\_\_\_. **Relatório de atividades e prestação de contas 1992/1993**. Florianópolis: Cepagro, 1993.
- \_\_\_\_\_. **Relatório de atividades prestação de contas 1993/1994**. Florianópolis: Cepagro, 1994a.
- \_\_\_\_\_. **Relatório de atividades e prestação de contas 1995**. Florianópolis: Cepagro, 1996.
- \_\_\_\_\_. **Relatório de atividades e prestação de contas 1997**. Florianópolis: Cepagro, 1998.
- \_\_\_\_\_. **Relatório de atividades e prestação de contas 2000**. Florianópolis: Cepagro, 2001a.
- \_\_\_\_\_. **Relatório de atividades e prestação de contas 2003**. Florianópolis: Cepagro, 2004a.
- \_\_\_\_\_. **Relatório de atividades e prestação de contas 2004**. Florianópolis: Cepagro, 2005.
- \_\_\_\_\_. **Relatório de avaliação e planejamento da Rede Cepagro**. Florianópolis: Cepagro, 2002.
- \_\_\_\_\_. **Relatório do planejamento estratégico participativo**. Florianópolis: Cepagro, 1996.
- \_\_\_\_\_. **Relatório planejamento estratégico participativo**. Florianópolis: Cepagro, 2017.
- \_\_\_\_\_. **Relatório seminário de avaliação Cepagro**. Florianópolis: Cepagro, 1999.
- \_\_\_\_\_. **Relatório seminário de planejamento da Rede Cepagro de desenvolvimento local**. Florianópolis: Cepagro, 2001b.
- CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2006.
- CLOHESY, W. W. Fund: raising and the articulation of common goods. **Nonprofit and Voluntary Sector Quartely**, [S. l.], v. 32, n. 1, p. 128-140, 2003.

CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE (CONAMA). **Proposta de resolução Conama que define critérios para produção de composto de resíduos sólidos orgânicos**: relatório das reuniões do GT Compostagem. Disponível em: <[http://www2.mma.gov.br/port/conama/processos/8BF1C37E/Relatorio\\_GTCompostagem.pdf](http://www2.mma.gov.br/port/conama/processos/8BF1C37E/Relatorio_GTCompostagem.pdf)>. Acesso em: 8 ago. 2018.

CRUZ, C.; ESTRAVIZ, M. **Captação de diferentes recursos para organizações sem fins lucrativos**. São Paulo: Global, 2000.

DALL'AGNOL, C. F. et al. Transparência e prestação de contas na mobilização de recursos no terceiro setor: um estudo de casos múltiplos realizado no sul do Brasil. **Universo Contábil**, [S. l.], v. 13, n. 2, abr./jun. p. 187-203, 2017.

D'ARAÚJO, M. C. **A elite dirigente do governo Lula**. Rio de Janeiro: CPDoc/FGV, 2009.

DOWBOR, L.; DOWBOR, M. As novas relações que vão dar trabalho: adoção de novos formatos de mobilização de recursos pelas organizações da sociedade civil no Brasil. In: MENDONÇA, P. M. E; ALVES, M. A; NOGUEIRA, F. do A. **Arquitetura institucional de apoio às organizações da sociedade civil no Brasil**. São Paulo: FGV, 2013.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA (Embrapa). **Variação geográfica do tamanho dos módulos fiscais no Brasil**. Sete Lagoas: Embrapa, 2012.

ESTOPIM. **Renovação política**: entrevista Marquito. 16 jul. 2017. Florianópolis Disponível em: <<https://www.estopimcoletivo.com/single-post/Renovacao-Politica-entrevista-Marquito>>. Acesso em: 8 ago. 2018.

ESTRAVIZ, M. **Um dia de captador**. [S. l. : s. n.], 2017.

FERREIRA L. B.; TORRECILHA N.; MACHADO S. H. S. **A técnica de observação em estudos de administração**. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 36, 2012, Rio de Janeiro: ANPAD, 2012.

FLICK, U. **Uma introdução a pesquisa qualitativa**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

FLORIANÓPOLIS. **Lei n. 4846**, de 22 de março de 1996. Declara utilizada pública o Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo. Disponível em: <[http://www.cepagro.org.br/uploads/lei\\_cepagro\\_municipal.pdf](http://www.cepagro.org.br/uploads/lei_cepagro_municipal.pdf)>. Acesso em: 10 jun. 2018.

FLORIANÓPOLIS. **Decreto n. 17.688**, de 5 de junho de 2017. Dispõe sobre a criação do Programa Municipal de Agricultura Urbana. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/sc/f/florianopolis/decreto/2017/1769/17688/decreto-n-17688-2017-dispoe-sobre-a-criacao-do-programa-municipal-de-agricultura-urbana?q=17688>>. Acesso em: 10 jun. 2018.

FLORIANÓPOLIS. **Projeto de Lei n. 17.421**, de 27 de fevereiro de 2018. Institui o Programa Municipal de Pagamento por Serviços Ambientais Urbanos para o gerenciamento de resíduos sólidos no município de Florianópolis e estabelece outras providências. Disponível em: <<http://www.cmf.sc.gov.br/proposicao/PL.-17421-2018>>. Acesso em: 10 jun. 2018.

FLORIANÓPOLIS. **Lei n. 10.392**, de 6 de junho de 2018. Dispõe sobre a política municipal de agroecologia e produção orgânica de Florianópolis (PMAPO). Disponível em: <[http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/diario/pdf/08\\_06\\_2018\\_17.38.46.c3ea111082bbf8a1d09fa19585fefe58.pdf](http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/diario/pdf/08_06_2018_17.38.46.c3ea111082bbf8a1d09fa19585fefe58.pdf)>. Acesso em: 10 jul. 2018.

FÓRUM CATARINENSE DE COMBATE AOS IMPACTOS DOS AGROTÓXICOS E TRANSGÊNICOS (FCCIAT). **Carta de compromissos para candidatos à Presidência da República, ao Governo Estadual e aos Parlamentos Federal e Estaduais nas Eleições de 2018**. Disponível em: <<http://fcciat.blogspot.com/2018/09/carta-de-compromissos-para-candidatos.html>>. Acesso em: 13 set. 2018.

FRANÇA FILHO, G. C. A problemática da economia solidária: uma perspectiva internacional. **Sociedade e Estado**, [S. l.], v. 16, n. 1-2, p. 245-275, 2001.

\_\_\_\_\_; LAVILLE, J. **Economia solidária: uma abordagem internacional**. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA E INOVAÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA (FAPESC). **Boletim técnico de compostagem para pátios de pequeno porte**. Florianópolis, [s. n.], 2017. Disponível em: <<https://www.slideshare.net/Cepagro/boletim-critrios-tnicos-para-elaborao-de-projeto-operao-e-monitoramento-de-ptios-de-compostagem-de-pequeno-porte>>. Acesso em: 10 ago. 2018.

FUNDACENTRO. **A importância da memória institucional**. Disponível em: <<http://www.fundacentro.gov.br/resgate-historico/a-importancia-da-memoria-institucional>>. Acesso em: 15 jul. 2018.

GIBBS, G. **Análise de dados qualitativos**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

GOHN, M. G. **Conselhos gestores e participação sociopolítica**. São Paulo: Cortez, 2007.

\_\_\_\_\_. **Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos.** São Paulo: Edições Loyola, 1997.

HEYMAN, D. R.; BRENNER, L. **Guia prático de captação de recursos: conheças as principais fontes, estratégias e ferramentas para captar recursos em organizações da sociedade civil.** São Paulo: Instituto Filantropia, 2017.

JATOBÁ, J. Apresentação. In: ARMANI, D. **Mobilizar para transformar: a mobilização de recursos nas organizações da sociedade civil.** São Paulo: Peirópolis, 2008.

LIBARDONI, M. Fundamentos teóricos e visão estratégica da advocacy. **Estudos Feministas**, [S. l.], v. 8, n. 2, p. 191-206, 2000.

LÜCHMANN, L. H. H.; NICOLETTI, A., SCHAEFER, M. I. Associativismo e repertórios de ação político-institucional. **Opinião Pública**, Campinas, v. 23, n. 2, 2017.

MATOS, I. S. **Terceiro setor e gênero: trajetórias e perspectivas.** São Paulo: Cultura Acadêmica/Instituto Presbiteriano Mackenzie, 2005.

MCADAM, D.; TARROW S.; TILLY C. Para mapear o confronto político. **Lua Nova**, São Paulo, n. 76, p. 11-48, 2009.

MEIRELLES, L. **Rede Ecovida é espaço estratégico para fortalecimento da agroecologia.** 2016. Disponível em: <<http://www.capa.org.br/blog/rede-ecovida-de-agroecologia-espaco-de-interacao-e/>>. Acesso em: 7 set. 2017.

MELUCCI, A. Um objetivo para os movimentos sociais. **Lua Nova**, São Paulo, n. 17, jun. 1989.

\_\_\_\_\_. The process of collective identity. In: Klandermans, Bert; Johnston, Hank (Org.). **Social movements and culture.** Minneapolis: Minnesota Press, p. 41-63, 1995.

MENDONÇA, P. M. E; ALVES, M. A; NOGUEIRA, F. do A. Quadro geral da arquitetura de apoio às OSCs: tendências e reflexões. In: MENDONÇA, P. M. E; ALVES, M. A; NOGUEIRA, F. do A. **Arquitetura institucional de apoio às organizações da sociedade civil no Brasil.** São Paulo: FGV, 2013.

MENDONÇA, P. M. E. et al. Desafios e dilemas das ONGs na cooperação internacional: uma análise da realidade brasileira. **Gestão.Org**, [S. l.], p. 69-83, jan./abr., 2009.

MILLS, J.; PLATTS, K.; BOURNE, M.; RICHARDS, H. **Competing through competences.** Cambridge: University Press, 2002.

MINISTÉRIO DA CULTURA (MinC). **O que é um ponto de cultura?** Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/culturaviva/ponto-de-cultura/apresentacao>>. Acesso em: 14 set. 2018.

MINISTÉRIO DA SAÚDE (MS). INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER (INCA). **Opções de políticas e recomendações sobre alternativas economicamente sustentáveis para o cultivo do tabaco (com relação aos artigos 17 e 18)**. Disponível em: <<http://actbr.org.br/diversifica/uploads/biblioteca/Artigos%2017o%20e%2018o%20-%20Alternativas%20sustent%C3%A1veis%20cultivo%20do%20tabaco.pdf>>. Acesso em: 11 ago. 2018.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA). Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo. Serviço Social do Comércio. **Compostagem doméstica, comunitária e institucional de resíduos orgânicos**: manual de orientação. Brasília: [MMA], 2017. Disponível em: <[http://www.mma.gov.br/images/arquivo/80058/CompostagemManualOrientacao\\_MMA\\_2017-06-20.pdf](http://www.mma.gov.br/images/arquivo/80058/CompostagemManualOrientacao_MMA_2017-06-20.pdf)>. Acesso em: 10 ago. 2018.

MISEREOR. **Relato do encontro de parceiros da Misereor do sul do Brasil**. Florianópolis, 2015.

MONTEIRO, L. P. Histórico da primeira casa familiar rural em Quilombo, Santa Catarina: a construção da casa familiar rural Santo Agostinho e a pedagogia da alternância. **Pegada**, [S. l.], v. 18, n. 3, p. 175-201, 2017.

REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA. **Uma identidade que se constrói em Rede**: caderno de Formação, v. 1. Curitiba: Rede Ecovida de Agroecologia, 2007.

REDE SEMEAR FLORIPA. Princípios, conduta e organização: Rede Semear Floripa. Florianópolis: Rede Semear Floripa, 2016. Disponível em: <[https://issuu.com/redesemearfloripa/docs/princ\\_pios\\_conduta\\_e\\_organiza](https://issuu.com/redesemearfloripa/docs/princ_pios_conduta_e_organiza)>. Acesso em: 10 ago. 2018.

REINACH, S. Financiamento de organizações da sociedade civil por meio de doações individuais: um cenário ainda pouco conhecido no Brasil. In: MENDONÇA, P. M. E; ALVES, M. A; NOGUEIRA, F. do A. **Arquitetura institucional de apoio às organizações da sociedade civil no Brasil**. São Paulo: FGV, 2013.

ROVER, O. Agroecologia, mercado e inovação social: o caso da Rede Ecovida de Agroecologia. **Ciências Sociais Unisinos**, [S. l.], v. 47, n. 1, p. 56-63, 2011.

SANTA CATARINA. **Lei n. 10.212**, de 19 de agosto de 1996. Declara de utilidade pública o Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo. Disponível em: [http://www.cepagro.org.br/uploads/lei\\_cepagro\\_estadual.pdf](http://www.cepagro.org.br/uploads/lei_cepagro_estadual.pdf). Acesso em: 10 jun. 2018.

SANTOS, T. C. S. S. Com a palavra o captador! Resenha: um dia de captador de Marcelo Estraviz. **Portas**, [S. l.], v. 5, n. 5, p. 53-56, 2014.

\_\_\_\_\_. **As diferentes dimensões de sustentabilidade em uma organização da sociedade civil brasileira**: o caso da Gapa-Bahia. 2005. Dissertação (Mestrado) - Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.

\_\_\_\_\_. Organizações da sociedade civil e as contribuições teóricas contemporâneas acerca da sustentabilidade. **Cadernos Gestão Social**, [S. l.], v. 2, n. 1, 2009.

SCHERER-WARREN, I. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 21, p. 109-130, 2006.

\_\_\_\_\_. Redes da sociedade civil: advocacy e incidências possíveis. In: MARTINHO, C.; FÉLIX, C. **Vida em rede**: conexões, relacionamentos e caminhos para uma nova sociedade. Barueri, SP: Instituto C&A, 2011.

SCHLITHLER, C.; KISIL, M; CORREIA, T. O. **Descobrimo o investidor social**: perfil e características. São Paulo: IDIS, 2008.

SERVA, M; JAIME JÚNIOR, P. Observação participante e pesquisa em administração: uma postura antropológica. **RAE: Revista de Administração de Empresas**, [S. l.], v. 35, n. 3, p. 64-79, 1995.

SILVA, A. C. M. **Os bastidores da sociedade civil**: oportunidades políticas e estruturas de mobilização na construção de redes de defesa dos direitos humanos. 2015. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristovão, 2015.

SILVA, M. E.; COSTA, A. C. V.; GÓMEZ, C. R. P. Sustentabilidade no terceiro setor: o desafio de harmonizar as dimensões de sustentabilidade em uma ONG. **Reuna**, Belo Horizonte, v.16, n.3, p. 75-92, jul./set, 2011.

SILVA, R. R.; VARGAS, A. C. **Efeitos da crise econômica 2008/2009 sobre as agências de cooperação internacional que atuam no Brasil**: relatório de pesquisa. São Paulo: Instituto Fonte para o Desenvolvimento Social, 2009. Disponível em: <[http://institutofonte.org.br/sites/default/files/Pesquisa%20Crise%20e%20Coopera%C3%A7%C3%A3o\\_Relat%C3%B3rio%20Final\\_2009%2007%2014\\_0.pdf](http://institutofonte.org.br/sites/default/files/Pesquisa%20Crise%20e%20Coopera%C3%A7%C3%A3o_Relat%C3%B3rio%20Final_2009%2007%2014_0.pdf)>. Acesso em: 10 set. 2017.

SILVA, V. R. Policy advocacy: contribuições para a construção de um conceito a partir de uma revisão sistemática da literatura. **Revista da Emesc**, [S. l.], v. 24, n. 30, p. 395-417, 2017.

TARROW, S. **Poder em Movimento**: Movimentos Sociais e Confronto Político. Petrópolis, Vozes, 2009.

TONI, A. A trajetória da cooperação internacional no Brasil. **Le Monde Diplomatique Brasil**, [S. l.], n. 30, 2010. Disponível em: <<https://diplomatique.org.br/a-trajetoria-da-cooperacao-internacional-no-brasil/>>. Acesso em: 25 ago. 2018.

TURNES, V. A.; SCHMIDT, V. D. B. A agroindustrialização nas encostas da Serra Geral e o papel do CEPAGRO. In: SCHMIDT, W. **Agroecologia sem agricultores locais?**: uma reflexão sobre implicações da agroindustrialização em projetos de

desenvolvimento sustentável de territórios rurais. Florianópolis: NEA EduCampo/UFSC, 2016.

VALARELLI, L. L. Uma noção ampliada de captação de recursos. **Rits**, [S. l.], 24 out. 1999.

VERGUEIRO, J. P. **Captação internacional de recursos**. Disponível em: <<http://escolaaberta3setor.org.br/artigos/captacao-internacional-de-recursos/>>. Acesso em: 25 ago. 2018.

\_\_\_\_\_. In: GIFE. **Financiamento das organizações da sociedade civil é ponto central para o fortalecimento do campo**. Disponível em: <<http://plataformaosc.org.br/financiamento-das-organizacoes-da-sociedade-civil-e-ponto-central-para-o-fortalecimento-do-campo/>>. Acesso em: 17 ago. 2017.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.



## **APÊNDICE A - Roteiro de entrevistas**

- 1 - Como você iniciou sua trajetória no Cepagro? Até quando trabalhou lá?
- 2 - O que você entende por mobilização de recursos? Na sua opinião, quais são os recursos possíveis de serem mobilizados?
- 3 - O que você entende pelo termo “incidência política” destacado na missão do Cepagro?
- 4 - Quais são as estratégias de ação utilizadas pelo Cepagro no processo de incidência política?
- 5 - De quais espaços de representação (fóruns, conselhos, redes organizadas) o Cepagro participa?? Qual a razão de participar nesses espaços?
- 6 - O que se entende por trabalho em Rede destacado na missão? De quais redes o Cepagro participa? Quais os elementos que criam os elos de ligação dessas redes?
- 7 - O Cepagro consegue justificar a incidência política nos projetos (financiadores) visando direcionar recursos para essas participações?
- 8 - Como se dá a relação entre o Cepagro e o Estado? Confronto/conflito e/ou parceira? Quais as condicionantes?
- 9 - Existe uma relação entre a atuação política do Cepagro e a mobilização recursos da organização e/ou para a causa defendida? Caso positivo, qual seria?
- 10 - Consegue me dar exemplos de processos de atuação política do Cepagro nos quais se teve como resultado a mobilização de recursos para a organização e/ou causa defendida?



**ANEXO A - Estatuto 1990**

27.04.1990

DIÁRIO OFICIAL — SC — Nº 13.934

DESENVOLVIMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE

PORTARIA Nº 1586/90/SEAD

O GOVERNADOR DE SANTA CATARINA, DE ACORDO COM A DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA QUE LHE FÓZ CONFERIDA PELO ARTIGO 2º, ITEM I, DO DECRETO Nº 21.402, DE 17 DE FEVEREIRO DE 1990...

Florianópolis, em 16 de abril de 1990.

Paulo Lemnate Medeiros Vieira - Secretário de Estado de Administração

PORTARIA Nº 1744/90/SEAD

O GOVERNADOR DE SANTA CATARINA, DE ACORDO COM A DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA QUE LHE FÓZ CONFERIDA PELO ARTIGO 2º, ITEM I, DO DECRETO Nº 21.402, DE 17 DE FEVEREIRO DE 1990...

Florianópolis, em 17 de abril de 1990.

Paulo Lemnate Medeiros Vieira - Secretário de Estado de Administração

PORTARIA Nº 1746/90/SEAD

O GOVERNADOR DE SANTA CATARINA, DE ACORDO COM A DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA QUE LHE FÓZ CONFERIDA PELO ARTIGO 2º, ITEM I, DO DECRETO Nº 21.402, DE 17 DE FEVEREIRO DE 1990...

Florianópolis, em 17 de abril de 1990.

Paulo Lemnate Medeiros Vieira - Secretário de Estado de Administração

PORTARIA Nº 1817/90/SEAD

O GOVERNADOR DE SANTA CATARINA, DE ACORDO COM A DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA QUE LHE FÓZ CONFERIDA PELO ARTIGO 2º, ITEM I, DO DECRETO Nº 21.402, DE 17 DE FEVEREIRO DE 1990...

do no Livro nº 16 (16) de Processos Jurídicos, às fls. 154, sob nº 1.528, em 09 de Maio de 1990, de acordo com a 035 de 11 de Dezembro de 1973,0 referido ovidente e dou fo. 2º par. 09 de Maio de 1990.

1990, e tendo em vista o disposto no item I, da cláusula 4ª do convênio firmado pelo fato de com a Superintendência do Desenvolvimento de Pesca-SUDICPE, hoje com a denominação de Instituto Brasileiro do Meio Ambiente-IBAMA, MEMORIAL, designar WILSON EMERIN, Chefe de Divisão de Fiscalização de Pesca, nível PL-1450.3, matrícula nº 133.005-9, para exercer as funções de executor do convênio firmado com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente-IBAMA, para a fiscalização de Pesca no Lago de Florianópolis, em 25 de abril de 1990.

Florianópolis, 25 de abril de 1990. Wilson Emerin, Secretário de Agricultura, do Desenvolvimento e de Irrigação.

CEDRO DE ESTUDO Nº 0000007 de AGRICULTURA DE 1989.

EDUARDO DE FREITAS.

O Centro de Pesca e Pescação de Agricultura de Pesca - CEPENCO - fundado em 20/04/79, é entidade civil sem fins lucrativos com sede e foro em Florianópolis, tendo por fim atingir e promover as formas associativas de Agricultura, não sendo capaz de permitir a qualquer título a qualquer entidade, grupo de pessoas ou associação de pessoas, não sendo capaz de permitir a qualquer título a qualquer entidade, grupo de pessoas ou associação de pessoas, não sendo capaz de permitir a qualquer título a qualquer entidade, grupo de pessoas ou associação de pessoas...

Florianópolis, em 17 de abril de 1990.

CULTURA E ESPORTE

ESTADO DE SANTA CATARINA

Evento de Nascimento Neto Egr. Jur.